

Equipa técnica

Prof. Doutor Cardoso T. Muendane, Team leader

Dra. Joaquina Lisete Nunes Pascoal

Dr. Mário Alberto Jessen

Dra. Mariamo Amade Abdula

Dr. Gabriel Alberto Langa

Dr. Adão Manuel

GRADECIMENTOS

Agradecemos a todos aqueles que, directa ou indirectamente, contribuíram para a realização do presente Plano Estratégico da Província de Inhambane.

A elaboração deste documento foi possível com a colaboração de diversas instituições e pessoas, entre os quais, o Governo da Província de Inhambane, os funcionários do Estado a diversos níveis da província de Inhambane, parceiros de cooperação, sociedade civil, autoridade tradicional, consultores, técnicos e quadros.

O nosso agradecimento é extensivo ao pessoal de apoio logístico, tanto na reprodução dos documentos, bem como na organização de seminários e outros serviços sem os quais o trabalho da equipa técnica não teria sido possível.

ÍNDICE GERAL

SUMÁRIO EXECUTIVO	viii
1. INTRODUÇÃO	1
2. METODOLOGIA	1
3. DIAGNÓSTICO	2
3.1. Ambiente Externo	2
3.1.1. Factores Político – Legais	3
3.1.2. Factores Económicos	5
3.1.3. Factores Socioculturais	15
3.1.4. Factores Tecnológicos	20
3.2. PROVÍNCIA DE INHAMBANE	23
3.2.1. Factores Político-Legais.....	23
3.2.2. Divisão Administrativa	24
3.2.3. Recursos Humanos.....	24
3.2.4. Finanças	25
3.2.5. Assembleia-Provincial e Sociedade Civil	25
3.3. Caracterização Económica	25
3.3.1. Descrição Biofísica	25
3.3.2. PIB de Inhambane.....	28
3.3.3. Incidência da Pobreza Humana.....	28
3.3.4. Produção de Bens e Serviços	30
3.3.5. Emprego.....	35
3.3.6. Desemprego	36
3.4. Caracterização Sócio-Cultural.....	37
3.4.1. Saúde.....	37
3.4.2. Educação	38
3.4.3. População.....	40
3.4.4. Índice de Desenvolvimento Humano.....	41
3.5. Caracterização Tecnológica	42
3.6. Análise SWOT	43
4. ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA	48
4.1. Valores	48
4.2. Visão.....	48
4.3. Objectivo Geral	48
4.4. Factores-chave de Sucesso	50
4.5. Pilares Estratégicos do PEP	51
4.5.1. Pilar 1: Desenvolvimento Humano e Social	51
4.5.2. Pilar 2: Desenvolvimento Económico	61
4.5.3. Pilar 3: Boa Governação	67
4.5.4. Pilar 4: Assuntos Transversais	70
4.6. Prioridades.....	72
5. QUADRO INSTITUCIONAL DO PEP II	72
5.1. O Papel do Governo, Autarquias Locais e Autoridade Tradicional.....	72
5.2. O Papel da Sociedade Civil.....	73
5.3. O Papel do Sector Privado	74
5.4. O Papel dos Parceiros de Cooperação.....	74
5.5. O Papel da Academia e Investigação	74
6. ORÇAMENTO	75
7. MONITORIA E AVALIAÇÃO	78

7.1.	Pressupostos da Monitoria e Avaliação	78
7.2.	Funções da Monitoria e Avaliação.....	78
7.3.	Monitoria e Avaliação do PEP ao nível Distrital	78
7.4.	Monitoria e Avaliação do Plano de Acção do PEP II	79
8.	BIBLIOGRAFIA	80
9.	ANEXOS	82
9.1.	Descrição Geográfica da Província de Inhambane	86

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Representação de Partidos Políticos na Assembleia da República (AR).....	3
Quadro 2 – Taxas de Cambio Médias (Mt/USD)	7
Quadro 3– Taxas de Juro aplicadas pelo Banco de Moçambique – 2008-2010	8
Quadro 4 – Total de novos empregos criados por ano: 2005-2009	9
Quadro 5 – Relação entre o IDE e o emprego	10
Quadro 6 – Índice de Competitividade Global (ICG) 2010 relativo às infra-estruturas.....	13
Quadro 7 – Dados demográficos de Moçambique de 1997, 2007 e 2010	15
Quadro 8 – Indicadores de Educação em Moçambique de 1997 e 2007	16
Quadro 9 - Indicadores de saúde em Moçambique de 1997 a 2011	18
Quadro 10 – Pessoal do Serviço Nacional de Saúde: 2005-2009	18
Quadro 11 – TIC’s – situação actual em números: 1997-2009	20
Quadro 12 – Produção Agrícola da Província no período 2000 – 2009	31
Quadro 13 – Exportações da Indústria Transformadora (2000-2009)	31
Quadro 14 – Evolução do Desempenho do Sector Turístico na Província.....	32
Quadro 15 – Estado das vias de acesso e o nível de transitabilidade da Província	33
Quadro 16 – Unidades da rede de telefonia fixa instaladas	34
Quadro 17 – Evolução da Rede Comercial.....	34
Quadro 18 – Produção Comercializada na Província	35
Quadro 19 – Número de Unidades Económicas e Número de Empregados ao serviço	35
Quadro 20 – Distribuição das empresas pelos distritos, cidades e vilas	36
Quadro 21 – Segura social na Província	36
Quadro 22 – Taxa de cobertura de abastecimento de água por distrito	38
Quadro 23 – Rede escolar por nível de ensino na Província	39
Quadro 24 – Efectivo de alunos por nível de Ensino na Província	39
Quadro 25 – Alguns Indicadores de Saúde.....	41
Quadro 26– Formações pela unidade móvel por distrito	43
Quadro 27 – Formações pelo CPRD.....	43
Quadro 28 - Análise PEST/SWOT	44
Quadro 29 – Orçamento para a Implementação do Plano Estratégico da Província de Inhambane em Mil Mt (2011 - 2020)	76
Quadro 30- Doing Business: Moçambique - 2008-2010	82
Quadro 31 – Taxas de desemprego da população de 15 e mais anos/Sexo: 2005	83
Quadro 32 – Rede escolar: 1998-2009.....	85
Quadro 33 – Divisão Administrativa da Província de Inhambane	87
Quadro 34 - Distribuição % dos AFs por percepção da situação económica do agregado comparando com o ano anterior ao inquérito, segundo características seleccionadas. Moçambique, 2008/9	89
Quadro 35 - Incidência da pobreza de consumo (1996/97 – 2008/09).....	90

Quadro 36 - Distribuição % dos AFs por tempo (em minutos) que levam para chegar andando a pé até a fonte de água e a uma unidade sanitária, segundo características seleccionadas. Moçambique, 2008/9	91
Quadro 37 - Distribuição % dos AFs por tempo (em minutos) que levam para chegar andando a pé até a escola primária e ao mercado de alimentos, segundo características seleccionadas. Moçambique, 2008/9	91
Quadro 38 - Distribuição % dos AFs por tempo (em minutos) que levam para chegar andando a pé até a paragem de transporte e ao posto policial, segundo características seleccionadas. Moçambique, 2008/9	93
Quadro 39 - Despesa média mensal dos AFs por tipo de despesas, segundo características seleccionadas (em meticais a preços correntes). Moçambique 2008/9.....	94
Quadro 40 - Despesa média mensal per capita por tipo de despesas, segundo características seleccionadas (em Meticais a preços correntes).Moçambique 2008/9	96
Quadro 41 - Despesa média mensal por adulto equivalente nos AFs por tipo de despesas, segundo características seleccionadas (em Meticais a preços correntes). Moçambique, 2008/9	97

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do PIB Moçambicano (variação %): 2000-2010	6
Gráfico 2 – Inflação em Moçambique – 2000-2010	7
Gráfico 3 – Incidência de Pobreza em Moçambique – 1997-2009; 2014 previsão	15
Gráfico 4 – Distribuição da rede educacional: 1998-2009	17
Gráfico 5 – Taxa de prevalência de HIV/SIDA (1997-2009) entre adultos de 15-59 anos	19
Gráfico 6 – Incidência da pobreza Absoluta 1996/7, 2002/3 e 2008/9	29
Gráfico 7 – Percepção dos AF sobre a evolução da situação económica (IOF 2008/09)	30
Gráfico 8 – Escolas Públicas de Inhambane vs País (%)	40
Gráfico 9 – Índice de Desenvolvimento Humano de Inhambane (2004-2007)	41
Gráfico 10 – Índice de Desenvolvimento Humano de Inhambane vs País (2007)	42
Gráfico 11 – Incidência da pobreza em Inhambane e no País - 2014	49
Gráfico 12 – Incidência da pobreza em Inhambane e no País -2020	49

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa Mundi – Global Peace Index 2010	4
Figura 2 – Mapa da Província de Inhambane	22
Figura 3 – Incidência de Pobreza/Província em Moçambique - 2007	84

LISTA DE ACRÓNIMOS

BR	Boletim da República
CDR	Campos de Demonstração de Resultados
DDADR	Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DDOPH	Direcção Distrital de Obras Públicas e Habitação
DPADR	Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DE	Direcção de Economia
DINA	Direcção Nacional de Agricultura
DNER	Direcção Nacional de Extensão Rural
EDR	Estratégia de Desenvolvimento Rural
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
INE	Instituto Nacional de Estatística
INIA	Instituto Nacional de Investigação Agronómica
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MISAU	Ministério da Saúde
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OE	Orçamento do Estado
ONGs	Organizações Não Governamentais
PARPA	Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta
PEP	Plano Estratégico Provincial
PQG	Programa Quinquenal do Governo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROAGRI	Programa de Desenvolvimento Agrário
RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique
SPER	Serviços Provinciais de Extensão Rural
UDM	União Democrática de Moçambique

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Plano Estratégico da Província de Inhambane para o período 2011-2020 (PEP II) é parte integrante do processo provincial de planificação do Governo, com a finalidade de promover o desenvolvimento socioeconómico e combater a pobreza. A sua elaboração segue a avaliação do PEP I que vigorou de 2000 a 2010.

A acção do Governo durante este período apresentou resultados positivos tendo tirado a província do grupo das três mais pobres do país, em conjunto com Zambézia e Niassa. A redução da incidência da pobreza foi de 80,7% em 2002/3 para 57,9% em 2009, ou seja, em 22,8 pp. O mesmo período, a incidência da pobreza ao nível do país subiu de 54,1% para 54,7%.

O plano estratégico é composto das seguintes partes: definição de valores, da visão, dos objectivos estratégicos, dos pilares estratégicos. Foi realizada também um diagnóstico com base nos modelos PEST e SWOT.

Valores

Os principais valores da actividade governativa da província baseiam-se na Constituição da República que estabelece entre outros princípios (Artigo 11):

- a) Consolidação da unidade nacional;
- b) Edificação de uma sociedade de justiça social e a criação do bem-estar material, espiritual e de qualidade de vida e dos cidadãos;
- c) Promoção do desenvolvimento equilibrado, económico, social e regional do país;
- d) Defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade dos cidadãos perante a lei;
- e) Reforço da democracia, da liberdade, da estabilidade social e da harmonia social e individual;
- f) Promoção de uma sociedade de pluralismo, tolerância e cultura de paz;
- g) Desenvolvimento da economia e o progresso da ciência e da técnica; e
- h) Afirmação da identidade moçambicana, das suas tradições e demais valores socioculturais.

Visão

Inhambane, província próspera e segura e com um capital humano saudável e solidário

Objectivo Geral

Manter o crescimento económico a uma taxa média do PIB de pelo menos 8% ao ano e reduzir a incidência da pobreza de 57,9% em 2009 para 45% em 2014 e para 40% em 2020

Pilares Estratégicos

- Desenvolvimento Humano e Social
- Desenvolvimento Económico
- Boa Governação
- Assuntos Transversais

Análise PEST/SWOT

Factores	Ambiente Externo		Ambiente Interno	
	Oportunidades	Ameaças/desafios	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Político-Legais (Governo)	<ul style="list-style-type: none"> • Estabilidade política nacional; • Sistema democrático em consolidação; • Política do Governo favorável à criação de um bom ambiente de negócios; • Política do Governo favorável à inserção social; • Estabilidade política regional (SADC); • Estabelecimento de protocolos entre os países da SADC; • Adesão do país às convenções internacionais, como por exemplo, Convenção de Lomé, Sistema geral de Preferências, Câmara de Comércio Internacional, Centro Internacional para a Resolução de Disputas de Investimento, AGOA, acesso livre ao mercado da China; • Existência da Lei de Investimentos e benefícios fiscais; • Reforma do sector público; • Simplificação dos procedimentos de licenciamento de actividades económicas. • Existência de Legislação laboral • Existência de normas de qualidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ambiente de negócios ainda com muitos obstáculos; • Incapacidade de o país defender adequadamente os seus interesses nas organizações internacionais; • Dificuldade de implementação de legislação ao nível nacional; • A baixa produção nacional e falta de infra-estruturas adequadas ao apoio da produção dificulta por vezes o país beneficiar das oportunidades criadas pelos acordos internacionais (Ex: AGOA, CHINA, UE); • Vulnerabilidade das fronteiras; • Níveis salariais insuficientes em relação ao custo de vida; • Crise política no Zimbabwe e nos Grande Lagos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Governo provincial devidamente estruturado até ao nível do Distrito; • Conselhos Consultivos locais (distritais, postos administrativos e de localidade) a funcionar normalmente; • Assembleia provincial em funcionamento regular; • Autarquias a funcionar regularmente nas cidades e vilas, nomeadamente, Inhambane, Maxixe, Massinga e Vilankulo; 	<ul style="list-style-type: none"> • Escassez de recursos financeiros para o funcionamento pleno do Governo; • Escassez de recursos humanos devidamente qualificados; • Excessiva burocracia • Assembleia provincial a funcionar somente com um Partido representado; • Desmotivação de funcionários em alguns sectores públicos;

Factores	Ambiente Externo		Ambiente Interno	
	Oportunidades	Ameaças/desafios	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Económico	<ul style="list-style-type: none"> • Ambiente económico estável; • Crescimento económico permanente, desde há mais de 10 anos; • Inflação controlada a menos de um dígito; • Liberdade cambial; • Apoio externo ao OE; • Disponibilidade de recursos naturais, entre os quais, florestas, fauna bravia e marítima; recursos hídricos, minerais, terra fértil principalmente nas regiões Centro e Norte; potencial turístico invejável; • Infra-estrutura ferro portuária ao serviço dos países do interland; • Existência do FDD (vulgo 7 Milhões); • Disponibilidade de mão-de-obra. • Disponibilidade de bolsas e feiras económicas e de turismo ao nível nacional. • Existência de zonas económicas especiais. • Política de alargamento da base tributária. 	<ul style="list-style-type: none"> • Assimetrias no desenvolvimento ao nível nacional; • Calamidades naturais cíclicas, entre cheias e secas; • Falta de infra-estruturas de gestão de água; • Infra-estruturas de transporte ferroviário insuficiente e infra-estrutura rodoviária deficiente para a ligação de diversas localidades dentro do país; • Transporte marítimo baseado em oligopólio, com preços altos e infra-estruturas inadequadas em alguns portos secundários e terciários. • Em geral, baixa produção e produtividade nacional e falta de competitividade dos produtos nacionais no mercado internacional; • Elevada dependência externa: cerca de metade do OE depende do financiamento exterior, nas formas de crédito e donativos. • Prática de queimadas descontroladas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento económico estável a uma taxa média superior a taxa média nacional; • Disponibilidade de recursos naturais, entre os quais, florestas, fauna bravia e marítima; recursos hídricos, minerais; • Potencial turístico invejável; • Autonomia local de gestão do FDD (vulgo 7 Milhões). • Disponibilidade de rede de transporte e comunicações; • Ambiente favorável de negócios; • Disponibilidade de mão-de-obra; • Existência de instituições bancárias e de micro-finanças; • Presença de uma delegação do Banco de Moçambique; • Expansão de instituições de colecta fiscal; • Potencial agrícola, em particular, de citrinos, manga, ananás e de coqueiros. • Disponibilidade de energia eléctrica e de gás natural. • Existência de instituições empresariais e da sociedade civil em geral que contribuem para o aumento de empregabilidade da mão-de-obra. 	<ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade local de exploração dos recursos; • Exploração não sustentável dos recursos naturais, em particular, florestais e marinhos. • Fraca capacidade de fiscalização dos recursos naturais; • Elevado défice orçamental; • Fraca rede da indústria transformadora, em particular, do agro processamento; • Falta de infra-estruturas de apoio a conservação e comercialização de produtos agrícolas; • Deficiente funcionamento dos sistemas de regadio e outras infra-estruturas de gestão de água; • Rede rodoviária insuficiente; • Estradas secundárias, terciárias e vicinais em mau estado de conservação; • Baixo nível de reembolso dos créditos do FDD. • Falta de domínio das Leis de trabalho.

Factores	Ambiente Externo		Ambiente Interno	
	Oportunidades	Ameaças/desafios	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Sócio-Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Diversidade social e cultural; • Utilização de uma língua oficial em todo o país; • Política do governo favorável ao desenvolvimento social e valorização da cultura nacional; • Disponibilidade de escolas e centros de saúde em todo o país; • Desenvolvimento do ensino privado a todos os níveis: primário, secundário e universitário; • Desenvolvimento da saúde privada em todo o país, entre importadores de medicamentos, provedores de saúde e farmácias; • Uso de línguas nacionais no ensino; • Reconhecimento da medicina tradicional. • Envolvimento de líderes comunitários no processo de desenvolvimento local 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades de comunicação entre comunidades de diferentes regiões que não dominam o Português (língua oficial); • Escassez de escolas em algumas zonas, particularmente, nas cidades e vilas, densamente povoadas; • Inadequadas condições em algumas escolas, em particular, nas zonas rurais; • Inadequadas condições em algumas unidades sanitárias nacionais; • Escassez de medicamentos no serviço nacional de saúde; • Mercado informal tanto de livro escolar como de medicamentos; • Falta de professores devidamente qualificados nos diversos níveis do ensino nacional; • Falta de motivação geral dos professores e dos agentes de saúde pública; • Inadequada divulgação da oferta e procura de emprego. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura de educação e de saúde implantada em toda a província; • Alguns indicadores de saúde favoráveis em relação à média nacional tais como “taxa de baixo peso à nascença” e “esperança de vida”. • Índice de desenvolvimento humano crescente ao nível da província; • Emprego crescente em particular nas cidades e vilas; • Existência de instituições de ensino superior e de formação técnica profissional; • Existência de instituições de promoção de emprego; • Implementação de programa de saúde preventiva; • Existência de festivais e de grupos culturais locais; • Rápida expansão da rede escolar no ensino básico; • Existência de locais históricos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de ensino pré-primário; • Não aderência das comunidades locais aos serviços de saúde; • Deficiente enquadramento dos professores do ensino primário devido a restrição orçamental. • Venda de livro escolar de distribuição gratuita e de medicamentos no mercado informal; • Deficientes condições de algumas unidades sanitárias locais. • Escassez de medicamentos nas unidades de saúde públicas; • Existência de escolas sem equipamento e mobiliário. • Falta de mecanismos para informação constante do cidadão sobre as oportunidades do emprego.

Factores	Ambiente Externo		Ambiente Interno	
	Oportunidades	Ameaças/desafios	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Tecnológico	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de uma Política e estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação no país; • Introdução do “governo electrónico”; • Disponibilidade de telefonia celular em todo o país; • Uso de internet em desenvolvimento ao nível nacional; • Relançamento do ensino técnico profissional ao nível do país; • Desenvolvimento do ensino superior no país; • Disponibilidade do IIAM; • Criação do Parque de Ciência e Tecnologia no país. • Existência de uma política de informática; • Expansão da fibra óptica por via terrestre e marítima; • Existência do fundo nacional de investigação; • Colaboração de universidade e indústria em pesquisa de desenvolvimento; • Implantação de vilas de milénio. 	<ul style="list-style-type: none"> • Burocracia persistente ao nível do Governo e do sector público; • Restrições orçamentais para desenvolvimento do “governo electrónico”; • Oligopólio nos serviços de telefonia celular; • Ensino técnico profissional incipiente ao nível nacional; • Ensino universitário direccionado em geral aos cursos relacionados com letras e não do “saber fazer” (Engenharias, etc.) • Baixo nível de uso de tecnologia desenvolvida ao nível nacional; • Falta de organismos de pesquisa aplicada ao nível nacional; • Falta de segurança do cabo de fibra óptica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade de sistemas de telefonia móvel em toda a província; • Uso de internet em desenvolvimento em todas as cidades e vilas; • Desenvolvimento do ensino técnico profissional ao nível da província; • Desenvolvimento do ensino superior na província; • Operacionalização da rede de dados (telefonia móvel, fixa, fax, internet) até aos distritos; • Existência de centros de multimédia (telecentro e rádio) comunitários; • Existência do portal do Governo Provincial; • Existência de jornadas e feiras científicas; • Existência de uma unidade móvel de formação em TICs (tecnologia de Informação e Comunicação); • Existência de um centro provincial de recursos digitais (CPRD). 	<ul style="list-style-type: none"> • Burocracia persistente ao nível do Governo e do sector público ao nível da província; • Restrições orçamentais para desenvolvimento do “governo electrónico”; • Oligopólio nos serviços de telefonia celular; • Ensino técnico profissional incipiente ao nível provincial; • Ensino universitário direccionado em geral aos cursos relacionados com letras e não do “saber fazer” (Engenharias, etc.) • Baixo nível de uso de tecnologia desenvolvida ao nível provincial; • Falta de organismos de pesquisa aplicada ao nível provincial. fraco domínio das TICs; • Falta de fundos para o acompanhamento das inovações; • Falta de investigadores e de instituições de pesquisa.

Factores-chave de Sucesso

Consideramos como factores-chave de sucesso, os factores que condicionam sobremaneira o alcance dos objectivos estratégicos. Dos diversos factores, destacámos os seguintes:

- Cometimento de todos os agentes do desenvolvimento provincial (político, social e económico);
- Melhoria constante do ambiente de negócios;
- Desenvolvimento do capital humano;
- Eficiência na alocação e utilização dos recursos financeiros;
- Manutenção da paz e tranquilidade pública;
- Transparência; e
- Mapeamento (reservas para zonas habitacionais, zonas agrícolas, zonas turísticas, zonas industriais)

Prioridades

Pilar	Prioridades
Desenvolvimento humano e social	<ul style="list-style-type: none">• Saúde• Educação:<ul style="list-style-type: none">◦ Ensino Técnico-profissional◦ Educação geral• Obras Públicas e Habitação:<ul style="list-style-type: none">◦ Vias de comunicação◦ Habitação para jovens.
Desenvolvimento económico	<ul style="list-style-type: none">• Agricultura, pecuária e pescas• Agro-indústria• Turismo e ambiente• Recursos minerais e energia
Boa governação	<ul style="list-style-type: none">• Descentralização e Desenvolvimento da Administração Local e Autárquica• Ordem, Segurança e Tranquilidade Pública• Transparência
Assuntos transversais	<ul style="list-style-type: none">• Segurança Alimentar e Nutricional• HIV/SIDA

Monitoria e Avaliação do Plano de Acção do PEP II

Os meios de verificação da monitoria e avaliação do processo são os seguintes:

- Plano Económico e Social (PES) que dá o balanço das actividades implementadas pelo Governo;
- Plano Económico e Social distrital que espelha o grau de cumprimento das actividades ao nível do Distrito e das comunidades.

Os instrumentos da monitoria e avaliação do impacto são os balanços periódicos que deverão ser realizados, pelo menos no meio e no fim do período programado.

Os instrumentos da monitoria e avaliação de gestão são deverão ser realizados regularmente, pelo menos no meio e no fim de cada ano.

Orçamento

O orçamento global do plano estratégico é de 15.261.731 Mil Meticais durante os 10 anos, conforme a tabela abaixo.

Em média, metade do orçamento global é destinada ao pilar de desenvolvimento humano e social, quase um quarto (24%) ao pilar de desenvolvimento económico, 17% ao pilar de boa governação e 9% aos assuntos transversais. O orçamento deverá ser consolidado com o cenário fiscal de médio prazo do Governo.

Orçamento (Mil Meticais)

Ordem	Pilares do Plano Estratégico	Anos									
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1	Desenvolvimento Humano e Social	607.838	638.230	670.142	703.649	738.831	775.773	814.561	855.289	898.054	942.956
2	Desenvolvimento Económico	306.483	317.150	328.350	340.111	352.459	365.425	379.039	393.333	408.343	424.103
3	Boa Governação	229.989	210.933	221.480	232.554	244.182	256.391	269.210	282.671	296.805	311.645
4	Assuntos Transversais	122.505	126.786	131.280	136.000	140.955	146.159	151.622	157.358	163.382	169.706
Total		1.266.815	1.293.099	1.351.252	1.412.313	1.476.427	1.543.747	1.614.432	1.688.652	1.766.583	1.848.410

1. INTRODUÇÃO

O Plano Estratégico da Província de Inhambane para o período 2011-2020 (PEPII) é parte integrante do processo provincial de planificação do Governo, com a finalidade de promover o desenvolvimento socioeconómico e combater a pobreza. A sua elaboração segue a avaliação do PEP I que vigorou de 2000 a 2010. A acção do Governo durante este período apresentou resultados positivos tendo tirado a província do grupo das três mais pobres do país, em conjunto com Zambézia e Niassa. A redução da incidência da pobreza foi de 80,7% em 2002/3 para 57,9% em 2009, ou seja, em 22,8 pp. O mesmo período, a incidência da pobreza ao nível do país subiu de 54,1% para 54,7%.

2. METODOLOGIA

A elaboração do plano estratégico da província de Inhambane será feita fundamentalmente em duas partes: diagnóstico e orientação estratégica.

O diagnóstico compõe-se de duas partes: (i) análise da situação externa da província, ou seja, a situação geral do país, numa perspectiva macroeconómica, destacando os aspectos relevantes para o desenvolvimento sustentável da província, tais como os factores político-legais, económicos, socioculturais e tecnológicos, utilizando para o efeito o método PEST¹; (ii) análise da situação interna de Inhambane, na base da avaliação realizada ao PEP I, começando pela caracterização da província em termos físicos, económicos e sociais.

A descrição do ambiente externo e interno da província termina com a análise SWOT, combinada com a análise PEST, onde se destacam as oportunidades, desafios, pontos fortes e pontos fracos de cada um dos factores analisados do modelo PEST.

Na realização do diagnóstico, para além dos aspectos constantes da avaliação do PEP I, foram contactados os técnicos de todos os sectores do Governo da Província, incluindo direcções provinciais e distritais; parceiros de cooperação, autarquias, autoridade tradicional, sociedade civil (associações empresariais, comunitárias, organizações não governamentais – ONG), entre outros. Esta consulta incluiu debates em todas as fases da realização do PEP II e foi precedida de um programa de treinamento em elaboração de estratégia aos quadros do Governo da província.

A orientação estratégica foi elaborada com base nos documentos do Governo, entre os quais, a Agenda 2025, Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), Princípios e Estratégia de Revolução Verde em Moçambique, Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), Programa Quinquenal do Governo (PQG), Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR), Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN II), Estratégia de Comercialização Agrícola, Estratégia Nacional do Turismo, Estratégia de Estradas, Programa de Agricultura (PROAGRI I e II), Plano de Acção de Produção de Alimentos (PAPA), Estratégia do Desenvolvimento da Educação, Programa de Reforma do Sector Público e Planos Distritais de Desenvolvimento Económico e Social. Para além destes documentos, cada sector consultou e teve em conta as estratégias nacionais respectivas na definição dos objectivos estratégicos sectoriais da província. Também serviram de apoio, na elaboração deste documento, experiências e iniciativas de organizações da sociedade civil e de parceiros internacionais como participantes activos no desenvolvimento da província de Inhambane.

¹ Método PEST vem das iniciais de Político-legal, Económico, Sociocultural e Tecnológico.

A orientação estratégica foi elaborada através da definição dos valores, da visão geral, da missão de cada sector e dos objectivos estratégicos comuns e sectoriais. A partir destes elementos foi elaborado um plano de acção para os próximos 10 (dez) anos, 2011-2020. O plano de acção é complementado por um cronograma, orçamento e plano de monitoria e avaliação.

Os objectivos estratégicos gerais foram definidos com base na visão e nas funções principais do Governo e nos objectivos específicos de cada sector. O plano de acção foi elaborado tendo em conta, fundamentalmente, os objectivos estratégicos: identificaram-se as actividades principais, os agentes implementadores, os indicadores de execução e os parceiros.

Foi elaborado um cronograma, indicando o período de execução de cada actividade e respectivas metas. O orçamento é apresentado de acordo com as actividades. É prevista uma taxa de inflação ponderada, de acordo com as premissas do Governo.

Na secção da implementação foram definidas as funções dos principais intervenientes do PEP II e os factores críticos de sucesso.

O plano de monitoria e avaliação foi definido com base no plano de acção e vai consistir em dois aspectos:

- *Monitoria de Gestão* (a organização, a qualidade do funcionamento, a adequação e a conformidade dos processos); e
- *Monitoria de Resultados* (Metas e indicadores intermédios e finais).

3. DIAGNÓSTICO

O diagnóstico foi feito através da análise do ambiente externo geral e destaca os aspectos relevantes da situação do país e da região que influenciam directamente ou indirectamente o desenvolvimento da província de Inhambane. Da análise interna da província destacamos a acção do Governo provincial e das suas estruturas até ao posto administrativo. Também analisamos a participação dos partidos políticos de outros agentes na província.

3.1. Ambiente Externo

O ambiente externo geral será analisado com base no modelo PEST. Este modelo analisa quatro grupos de factores que influenciam o macro-ambiente, nomeadamente: Político-legais, Económicos, Socioculturais e Tecnológicos.

- *Político-Legais*: inclui, entre outros, a estabilidade governativa e legislativa e a regulamentação dos mercados.
- *Económicos*: ambiente económico, nível de desemprego, níveis salariais e infra-estruturas.
- *Socioculturais*: tendências demográficas, diversidade cultural e sistema educativo e de saúde.
- *Tecnológicos*: investimentos públicos e transferência de tecnologia; Padrões de consumo de Tecnologia de Informação e comunicação.

Cada uma das variáveis apresentadas caracteriza-se por estar fora do controlo directo da organização, podendo alguns aspectos representar ameaça (ou desafio) ou oportunidade que a organização deverá procurar evitar (enfrentar) ou aproveitar.

3.1.1. Factores Político – Legais

Os factores político-legais mais relevantes são a estabilidade governativa, legislativa e a regulamentação dos mercados.

3.1.1.1. Estabilidade governativa

Moçambique é um país democrático baseado num sistema político multipartidário. Como demonstração de uma progressiva consolidação da democracia, realizam-se, regularmente, eleições legislativas e presidenciais (1994, 1999, 2004 e 2009) e autárquicas (1998, 2003 e 2008).

A Constituição da República consagra, entre outros, o princípio da liberdade de associação e organização política dos cidadãos, o princípio da separação dos poderes legislativo, executivo e judiciário, a realização de eleições livres e a liberdade de expressão e de imprensa.

O país possui dezenas de formações políticas sendo, contudo, três representadas na Assembleia da República: a FRELIMO (no poder), a RENAMO e o MDM. O sistema de governação é presidencialista, sendo o Presidente da República, também Chefe do Estado, do Governo e Comandante em Chefe das Forças Armadas, eleito por sufrágio directo e universal. O Governo é formado e dirigido pelo Presidente da República, com a assistência de um Primeiro-Ministro, também por ele nomeado.

O poder legislativo é exercido pela Assembleia da República com 250 deputados, eleitos por sufrágio directo e universal. A duração dos mandatos, tanto do Presidente da República como da Assembleia da República é de cinco (5) anos. Os Partidos políticos representados na Assembleia da República, desde que foi instaurado o sistema multipartidário, são constantes do quadro seguinte:

Quadro 1 – Representação de Partidos Políticos na Assembleia da República (AR)

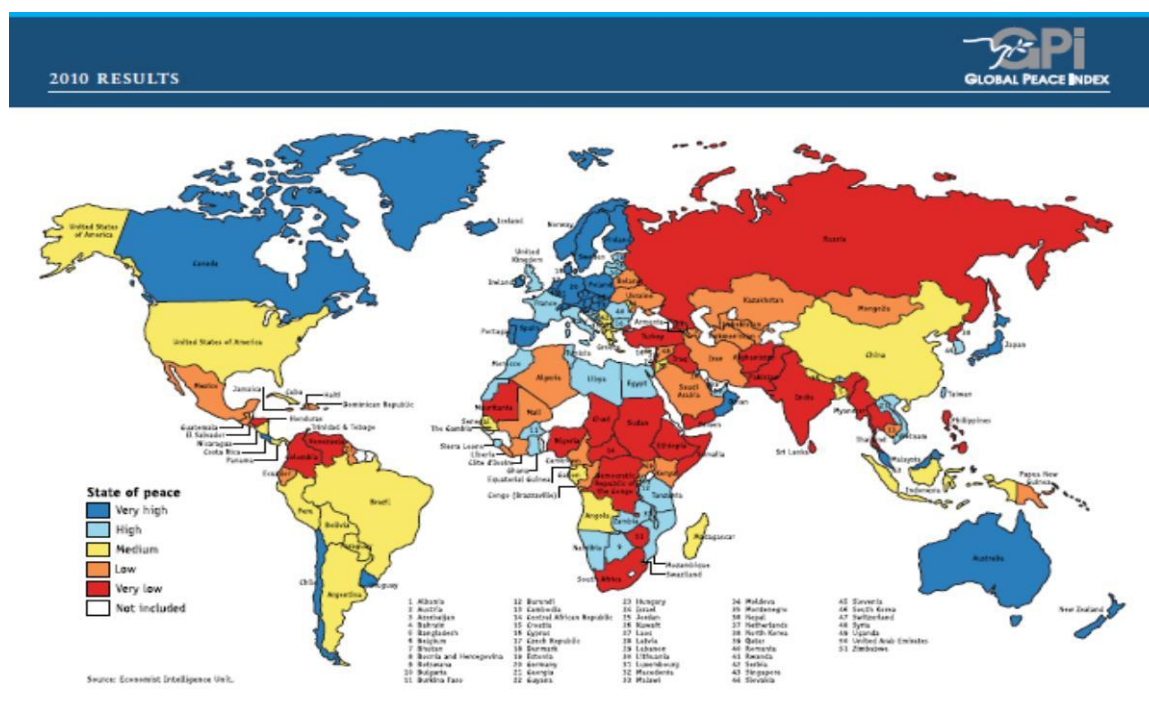
Partido político	Anos de Eleições Presidenciais			
	1994	1999	2004	2009
FRELIMO	129	133	160	193
RENAMO	112	-	-	49
RENAMO-UE (União Eleitoral)	-	117	90	-
UD (União Democrática)	09	-	-	-
MDM (Movimento Democrático de Moçambique)				8
Total	250	250	250	250

Fonte: Portal do Governo, 2010.

Nas quatro eleições presidenciais realizadas em Moçambique entre 1994 e 2009 o partido FRELIMO deteve sempre a maioria dos votos, resultando assim em mais de 50% dos assentos na AR.

De acordo com o Global Peace Index 2010, Moçambique é o 3º país mais estável em África, e 47º mais estável no Mundo.

Figura 1 – Mapa Mundi – Global Peace Índice 2010



3.1.1.2. Legislação e regulamentação dos mercados

A legislação importante para o funcionamento do Estado Moçambicano compreende: (i) Constituição da República; (ii) Acordos e Convenções internacionais ratificados; (iii) Boletins da República; (iv) Legislação por sectores; e (v) Processos Administrativos.

Desde 2006 que Moçambique conta com a Lei dos órgãos locais e com o Estatuto Orgânico do Governo Distrital. Esta legislação veio dar um efectivo impulso à descentralização, reforçando a tónica do desenvolvimento local no distrito, tornando-se na principal unidade para o planeamento e o funcionamento das Administrações Locais do Estado. Desde essa altura o distrito representa uma unidade com autonomia financeira, com orçamentos de funcionamento e de investimento próprios.

O Estado, através da execução da sua política orçamental regula e dinamiza as áreas socioeconómicas mais importantes e cria um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento da iniciativa privada.

As reformas jurídicas no âmbito na lei de terra e na legislação financeira, fiscal, laboral e comercial levadas a cabo pelos Governo contribuem significativamente para melhorar e fortalecer o ambiente de negócios e, conseqüentemente, maior atracção do investimento privado nacional e internacional.

De uma forma geral, os factores políticos, estratégicos e de desenvolvimento que elevam o bom ambiente de negócios em Moçambique, de acordo com vários estudos (CTA, ICEP, WEF e KPMG) são:

- Aplicação de reformas na Administração Pública para eficiência dos serviços públicos;
- Na área empresarial criação do Balcão de Atendimento Único que permite criar empresas num dia;
- Preocupação permanente do Governo em melhorar o ambiente de negócios no país através da reabilitação, construção e expansão de infra-estruturas de energia, telecomunicações, estradas, pontes, edifícios públicos, entre outras infra-estruturas;

- Com o Protocolo Comercial da SADC em vigor, torna-se mais fácil o acesso e penetração no mercado regional de cerca de 200 milhões de habitantes;
- Acesso fácil e a isenção de quaisquer quotas de exportações e imposições aduaneiras para as exportações de artigos produzidos em Moçambique, ao abrigo da Convenção de Lomé, Sistema Geral de Preferências (GSP).
- Adesão de Moçambique às convenções internacionais no âmbito da resolução de disputas pela ICC (Câmara de Comércio Internacional) ou arbitragem pelo ICSID (Centro Internacional para Resolução de Disputas de Investimento);
- Acesso livre ao mercado dos EUA, através do Acordo intergovernamental entre Moçambique e USA, designado AGOA, com vantagens do ponto de vista tarifário e sem quotas, para uma gama de 600 produtos;
- Acesso livre para o mercado da China com a possibilidade de exportar mais de 400 produtos diversos à taxa zero; e
- Incentivos aduaneiros, fiscais e cambiais disponíveis para os investidores e respectivos empreendimentos.

3.1.2. *Factores Económicos*

Moçambique independente herdou uma estrutura económica colonial frágil e assimétrica entre as diversas regiões do país. A política estabelecida nos primeiros anos da independência nacional baseava-se na economia socialista de planificação centralizada. No entanto, a conjuntura internacional desfavorável, as calamidades naturais e um conflito militar interno de 16 anos inviabilizaram a estratégia. O endividamento externo (cerca de 5,5 biliões de USD em 1995) obrigou o País a uma mudança radical para uma estratégia de desenvolvimento do mercado filiando-se nas Instituições de Bretton Woods e a consequente adaptação dum Programa de Ajustamento Estrutural, a partir de 1987. Desde então, o País tem estado a registar um notável crescimento económico.

Os principais objectivos macroeconómicos definidos no plano de desenvolvimento do Governo Moçambicano assentam na consolidação da estabilidade económica, na implementação das reformas estruturais e na redução da pobreza (PARPA II, 2006), objectivos esses que estão sendo cumpridos fazendo do país uma referência comparando com as novas economias emergentes africanas. Em paralelo, Moçambique tem vindo a assumir um papel determinante no contexto da África Austral devido ao seu potencial como fornecedor de energia para a região.

3.1.2.1. Ambiente económico

O ambiente económico do país será analisado através do seu crescimento, do comportamento da inflação, da variação cambial e das taxas de juro do mercado.

a) Crescimento económico

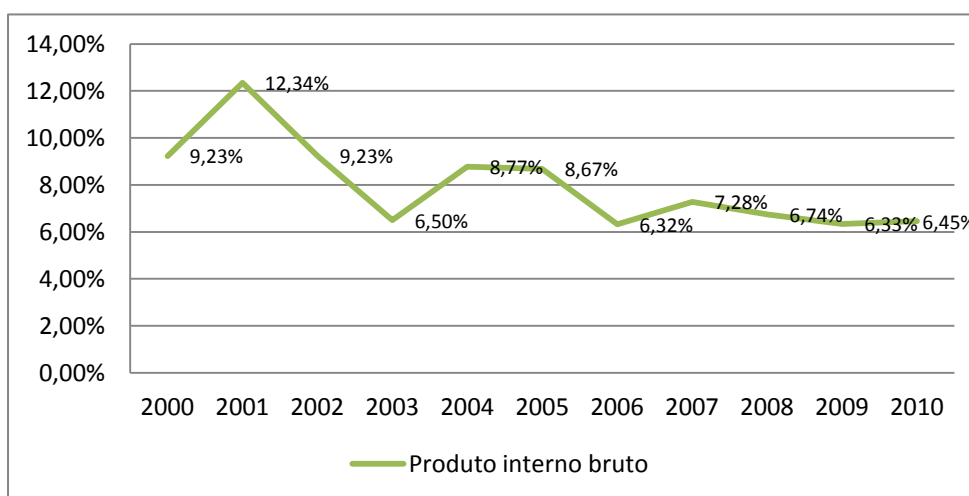
Entre 1996 e 2007 a economia moçambicana apostou na manutenção de elevados índices de crescimento económico com uma taxa média anual de 8%. Segundo o Economist Intelligence Unit – EIU (2010), em 2008 apesar dos efeitos da evolução em alta dos preços internacionais do petróleo e dos produtos alimentares, bem como do impacto da crise internacional, o crescimento do produto

interno bruto (PIB) situou-se em 6,7%. Justifica que crescimento económico, durante este período, deveu-se, principalmente, a instalação de alguns megaprojectos do sector mineiro e do gás².

A crise económica global conduziu a um abrandamento económico em 2009, apontando para uma taxa de crescimento de 6.3%. As principais causas, apontadas pelo relatório do ICEP (2010), são:

- Redução das exportações de produtos tradicionais e alumínio, como resultado de contracção da procura global e baixa de preços internacionais;
- Redução ou atraso nos desembolsos de ajuda externa, face às pressões sobre os orçamentos públicos nos países doadores;
- Redução dos fluxos de divisas, como resultado da contracção do investimento directo estrangeiro e de maior exigência nas condições de acesso ao crédito.

Gráfico 1 – Evolução do PIB Moçambicano (variação %): 2000-2010



Fonte: INE, 2009 e FMI, 2010.

No primeiro trimestre de 2010, o Instituto Nacional de Estatística (INE), admite que o PIB tenha atingido um crescimento real de 9.5% diferentemente dos 5% em igual período de 2009. AIU (2010) previu um crescimento médio de 6.1% para 2010 e justifica que o investimento estrangeiro relativo aos megaprojectos de extracção de carvão de Moatize e de Benga e a construção do segundo gasoduto para a África do Sul, o crescimento do sector agrícola e a ajuda financeira internacional seriam as principais razões desse crescimento. Igualmente, o Plano Económico e Social – PES (2010) previu que o crescimento económico atingisse 6% em 2010, entretanto as previsões não estiveram longe da realidade pois o PIB para esse ano atingiu os 6.45% reflectindo uma subida em 0.12 pp em relação 2009.

b) Inflação

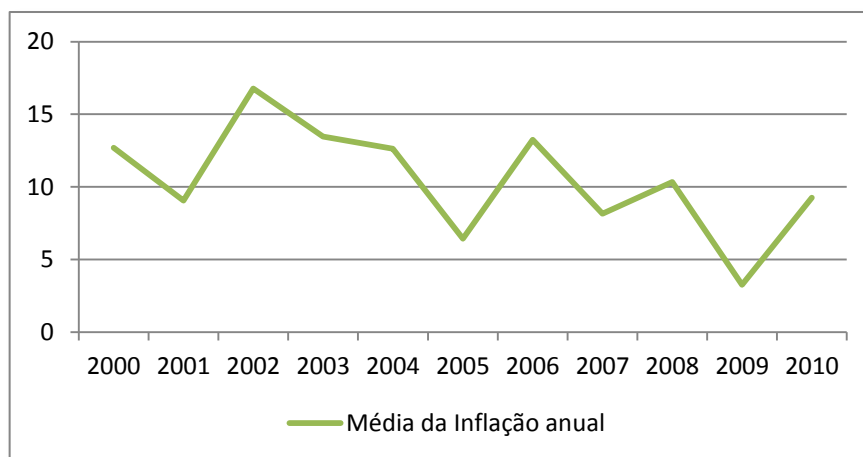
A inflação vem decrescendo em 50%, desde de meados dos anos 90, para próximo a um dígito nos dias actuais. Entretanto, quando da subida de preços dos alimentos e combustíveis em meados de

²Actualmente, a distribuição sectorial da economia moçambicana é relativamente diversificada. Dados no INE mostram que o sector agrícola tem um peso de 26% no PIB (é responsável por cerca de 80% do emprego), a indústria transformadora (14%, cujo peso se deve sobretudo à fábrica de alumínio da Mozal), transportes e comunicações (12%), comércio (12%), electricidade e água (6%) e serviços financeiros (6%).

2008, a inflação aumentou para 10,3%, expondo vulnerabilidades sociais. Para atenuar essa situação o Governo moçambicano adoptou medidas que foram financiadas pelos cortes nos gastos não prioritários e pela ajuda financeira adicional (ICEP, 2010).

Em 2009, a taxa média anual de inflação em Moçambique foi de 3.25% e foi considerada a taxa mais baixa nos últimos dois anos (KPMG, 2010), o EIU já estimava uma taxa de inflação de 3.3% e considera como razões: descida do preço dos produtos comuns, queda da procura e os subsídios aos preços dos combustíveis. Contudo, os aumentos do consumo e a recuperação dos preços dos *produtos comuns*, provocou um aumento da inflação em 2010 e 2011, para níveis próximos dos 10%.

Gráfico 2 – Inflação em Moçambique – 2000-2010

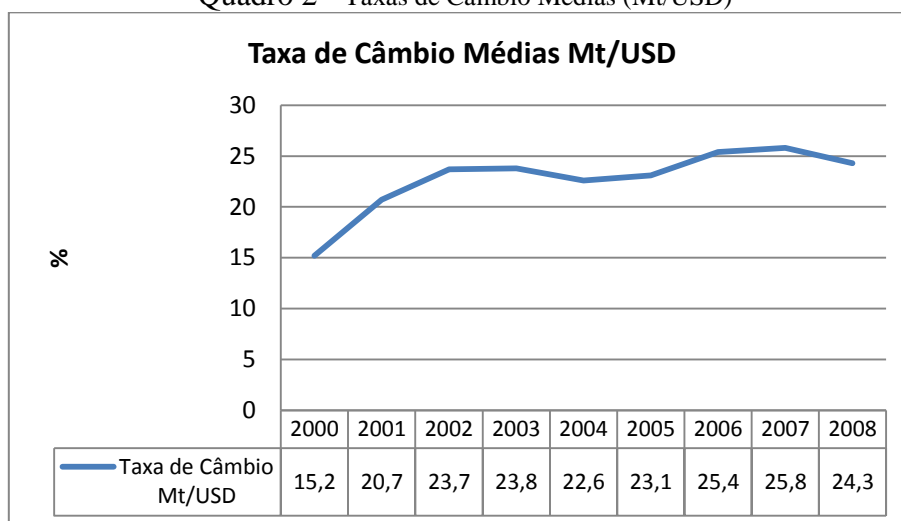


Fonte: FMI (2000-2010)

c) Taxas de Câmbio

Moçambique possui um dos regimes cambiais mais liberalizados de África e o Banco Central tem conseguido manter estabilidade monetária ao longo dos últimos anos. A evolução das taxas de câmbio médias de 2000 a 2008 consta do quadro seguinte:

Quadro 2 – Taxas de Câmbio Médias (Mt/USD)



Fonte: Banco Mundial e World Economic Outlook (2010)

Uma forte pressão cambial, reflectida pela elevada procura de divisas no Mercado Cambial Interbancário (MCI), originou uma das maiores depreciações do metical face ao Dólar atingindo os

9.65%. Em resposta a essa situação o Banco de Moçambique vendeu ao MCI cerca de 789 milhões de dólares Americanos durante o ano de 2009. Relativamente ao comportamento do Metical face ao Rand a taxa de depreciação registada foi de 45.6% devido ao fortalecimento do Rand no mercado Internacional(INE, 2010).

Segundo a KPMG (2010), o Metical registou maior procura derivada de uma:

- Crescente utilização na comercialização agrícola de alguns produtos antes de serem convertidos em moedas dos países vizinhos; e
- Execução dos orçamentos de investimentos de iniciativas locais e processo de descentralização financeira do Estado.

Em 2010, a taxa de câmbio dos bancos comerciais chegou a atingir mais de 35 Meticais por Dólar dos EUA (INE, 2010).

d) Taxas de Juro

Ataxa média de empréstimo em moeda nacional praticada pelas instituições de crédito para prazos de um ano tem vindo a reduzir ao longo dos últimos 3 anos (Banco de Moçambique, 2008-2010).

Quadro 3– Taxas de Juro aplicadas pelo Banco de Moçambique – 2008-2010

Taxas de juro	Dezembro 2008	Dezembro 2009	Setembro 2010
Taxa média de empréstimo em moeda nacional praticada pelas instituições de crédito (ICs) para prazos de um ano	21.85%	19.21%	20.91%
Taxas de juros de operações passivas para a maturidade de um ano	11.64%	10.15%	10.52%
Taxa de juro média anual de crédito em moeda estrangeira para o prazo de um ano	8.30%	6.5%	si

Legenda: si = sem informação.

Fonte: KPMG (2010) e BM (2010)

De acordo com KPMG (2010) as taxas de juro aplicadas pelos bancos comerciais são pouco atractivas ao investimento privado por serem demasiado altas e consequentemente retraem as iniciativas privadas de desenvolvimento.

3.1.2.2. Estágio do ambiente de Negócio

Moçambique tem registado ligeiras melhorias no seu ambiente de negócios medido tanto pelo *doing business* como por outros indicadores, como o índice de ambiente de negócios (IAN) do KPMG. Neste índice, em 2009, houve uma melhoria passando de 141^a posição para 135^a no ranking de mais de 180 países. Essa melhoria deve-se essencialmente da redução de exigências para começar um negócio (WEF, 2010), anexo 1.

Os factores que mais influenciaram positivamente no IAN de 2010 estão relacionados com as infra-estruturas e com os serviços de comunicação devido a concorrência estabelecida no sector de provedores de serviços de telefonia, forçando a baixa das tarifas.

Apesar destes avanços, a posição actual do IAN no ranking global (135ª lugar entre 180 países) não deixa de ser crítico e os indicadores que mais influenciam para essa posição estão relacionadas com transacções com licença de construção, obtenção de crédito, protecção ao investidor, pagamento de impostos, cumprimentos de contratos e termo de um negócio (vide anexo 1). Aliado a estes factores que dificultam o bom ambiente de negócio, a AICEP (2010) considera que a economia informal e a limitada obrigatoriedade do cumprimento da lei são outros aspectos importantes que podem convergir para uma concorrência desleal e dificultar negociações.

Por outro lado, os elevados custos detransacção e de factores produtivos como a logística e as telecomunicações, a fraca capacitação da mão-de-obra e a quase ausência de indústria transformadora são as maiores dificuldades para que Moçambique aproveite adequadamente as oportunidades de negócio.

3.1.2.3. Padrões de Emprego e Desemprego

De acordo com os dados do censo de 1997, a população economicamente activa (PEA) em 1997 era de 5.9 milhões de pessoas e a maioria eram trabalhadores por conta própria (52%), 33.7% trabalhadores não assalariados e apenas 11.1% eram empregados dos quais 4.1% no sector publico e 7% no sector privado. Em 2010 a PEA, representava mais de 10 milhões de pessoas, e era constituída em mais de 50% por trabalhadores por conta própria e cerca de 10% (uma redução de 1,1 pp em relação a 1997) por trabalhadores assalariados absorvidos na maioria pelo sector privado (EEFP 2006-2015).

Dados do Inquérito da Força de Trabalho (IFTRAB) 2004/2005, apontam para uma taxa de desemprego em Moçambique de 18.7% em 2005 (vide anexo 2), sendo que na área urbana os níveis são mais altos, atingindo 31% enquanto na área rural é de 12.9%. O desemprego atinge mais às mulheres que aos homens (21.7% e 14.7%, respectivamente). As estatísticas do INEFP (2004), relativas ao desemprego registado indicam que a procura de emprego tem as seguintes características:

- Baixo nível académico (90% tem menos de 9ª classe e apenas 1.3% tem o nível secundário);
- Baixa qualificação profissional (62% não tem nenhuma qualificação);e
- Pouca ou nenhuma experiência profissional.

O IFTRAB foi conduzido apenas em 2004/2005 impossibilitando uma análise da tendência do desemprego. Contudo, pode-se deduzir através do número de postos de trabalho criados ao longo do período entre 2004-2009 que a tendência seria de decrescer:

Quadro 4 – Total de novos empregos criados por ano: 2005-2009

Ano	Novos empregos criados	Crescimento % comparado ao ano anterior
2005	64.399	-
2006	71.060	10.34%
2007	154.988	118%
2008	247.256	59.5%
2009	385.732	55%

Fonte: INEFP/MITRAB, 2010.

Em comparação com as metas definidas no PARPA II, o número total de empregos registados é 924.168 excedendo a meta planeada de 900.000 em cerca de 2.4% (MDG-Mozambique, 2010).

3.1.2.4. Relação entre o IDE e o emprego

A evolução entre o Investimento directo estrangeiro (IDE) e o emprego é ilustrado na tabela seguinte:

Quadro 5–Relação entre o IDE e o emprego

	2004	2005	2006	2007	2008	2009
IDE (US\$ Milhoes)	113	165	164	5.699	366	1.776
Nr Projectos	150	142	157	192	195	250
Empregos	13.222	15.133	19.372	27.469	19.995	26.758
USD/emprego	8.546	10.903	8.466	207.470	18.305	66.373

Fonte: CPI, 2010.

O IDE aumentou muito nos anos 2007 e 2009 devido aos grandes projectos, entre os quais, o Vale do Rio Doce, em Moatize-Tete. De um modo geral, tende a subir o custo de criação de cada emprego de 8.546 USD em 2004 para 66.373 USD em 2009.

3.1.2.5. Níveis salariais

De acordo com a lei Laboral (Lei n. ° 23/2007), artigo 108 (5), o Governo, em consulta com a Comissão Consultiva do Trabalho (CCT) fixa o salário mínimo nacional, por sectores de actividade, que é actualizado anualmente. A CCT é composta por representantes Governo, do sector privado e dos sindicatos. Contribuem para a determinação do salário mínimo diversos factores, entre os quais o desempenho económico nacional e de cada sector, no mesmo período (Portal do Governo e meusalario.org, 2011). O salário mínimo em 2011 varia entre 2.005,00 Mts e 5.320,00 Mts.

3.1.2.6. Sector público

Em 2009 o défice do sector público sofreu um agravamento atingindo 5,1% do PIB, resultante da adopção de uma política orçamental expansionista como forma de combater os efeitos da crise internacional e dinamizar a economia (INE, 2010). Esta política traduziu-se no aumento das despesas correntes e de investimento subsídios aos preços dos combustíveis, programa agrícola entre outras).

Cerca de 55% do orçamento de 2009 foi financiado pela ajuda internacional, sendo esta destinada aos sectores prioritários, nomeadamente a educação e a saúde. No quadro do programa fiscal a médio prazo (2009-2011), a ajuda externa deverá representar 45% da receita pública em 2011, propondo-se o Governo reforçar a receita fiscal pelo menos em 0,5% do PIB/ano, através do alargamento da base tributária, da adopção de medidas que permitam uma maior eficiência da cobrança de impostos e do aumento do investimento.

Prevê-se que, em 2011, as receitas do Estado atinjam o equivalente a 19,5% do PIB, um crescimento em cerca de 1 ponto percentual do PIB, face a previsão Orçamental para 2010. A previsão da arrecadação das receitas do Estado para 2011 toma em conta o bom desempenho nos níveis de realização, em resultado dos esforços no âmbito da política tributária. As despesas totais do Estado deverão atingir em 2011, o correspondente a 35,3% do PIB. As despesas correntes correspondem a 18,3% do PIB, as despesas de investimento em de cerca de 16% do PIB e as operações financeiras

em 1% do PIB. A locação de maior volume de recursos para despesas correntes, toma em conta, entre outros factores, a concessão dos subsídios de localização aos funcionários do Estado e os subsídios aos preços do pão e transportes, no quadro das medidas de redução do custo de vida definidas pelo Governo (PES, 2011).

Este forte dinamismo é determinado pela capacidade de atracção de projectos de investimento internacionais relevantes, pelo aumento do auxílio internacional e pela reorientação dos objectivos de desenvolvimento. Nos próximos anos, o desenvolvimento da economia moçambicana permanecerá dependente da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, o qual representa cerca de 50% do orçamento do Estado.

3.1.2.7. Comércio Externo

No sector externo, Moçambique registou um agravamento do défice corrente em 2009 (10,9% do PIB), reflectindo a degradação da balança comercial (EIU, 2010). Comparativamente ao ano anterior -2008- as exportações totais de bens reduziram em 37,2%, devido a queda de exportações pelos grandes projectos (38,8%) e pelos restantes sectores da economia (33%).

As projecções de 2010 apontam para um aumento acentuado das exportações, em virtude da forte subida do preço do alumínio a nível internacional, o que permitirá um desagravamento do défice corrente, que manterá a mesma tendência em 2011, fruto do impacto do aumento das exportações de gás (EIU, 2010).

Estimativas preliminares para 2011 apontam que as exportações atingirão USD 2,400 milhões, o que representará um crescimento de 15% comparativamente a projecções para 2010. Enquanto as previsões do crescimento das exportações tradicionais é de 3,1%, as exportações dos grandes projectos poderão crescer 20% (o equivalente a 1.768 milhões de USD), impulsionadas pelo início das vendas de carvão, aumento das receitas de gás natural e melhorias dos preços de alumínio e de energia eléctrica. As projecções apontam ainda para um ganho de peso das exportações dos grandes projectos em 3 pp, ao passar para 74% do total das exportações (PES, 2011)

No que concerne às importações, prevê-se um aumento em cerca de 10% em 2011 comparativamente ao projectado para o ano anterior, podendo atingir USD 3,948 milhões, o que decorrerá do aumento das importações dos grandes projectos em 12,3% e dos restantes dos sectores em 9,4%, sustentada pela prevista subida das importações de bens de capital e dos bens de consumo, em 7% e 5%, respectivamente. O peso das aquisições no exterior dos sectores que não fazem parte da categoria dos grandes projectos poderá manter-se em cerca de 78% do total (PES, 2011).

Principais produtos de exportação: alumínio; electricidade; algodão; castanha de caju; camarão; madeira; lagosta; açúcar, gás natural e tabaco. As exportações são dirigidas para os seguintes países por ordem decrescente de valores: Holanda, África do Sul, Zimbabwe, China, Espanha, Malawi, Índia, Portugal, Alemanha e EUA.

Principais produtos de importação: equipamento eléctrico e de transporte; maquinaria; produtos alimentares; cereais; petróleo e derivados; automóveis; medicamentos; alumina; metais; produtos têxteis; energia eléctrica; plásticos e borracha. As importações são provenientes dos seguintes países: África do Sul, Holanda, Índia, Portugal, EUA, China, Emiratos Árabes Unidos, Japão, Tailândia e Alemanha.

3.1.2.8. Infra-estruturas

O País possui boas potencialidades agrícolas, agro-industriais, hídricas, minerais³ e de turismo⁴, assim como recursos florestais e marinhos e uma excelente infra-estrutura ferro portuária, tendo em conta a sua localização no espaço geoestratégico da África Austral.

Os relatórios de IDH e ODM (2005) indicam como infra-estruturas prioritárias para o crescimento económico as ligadas ao desenvolvimento da agricultura, aos transportes de superfície e com a capacidade de armazenamento.

a) Gestão de água e Desenvolvimento da agricultura

Moçambique tem um clima tropical com tendência para semiárida região sul, sobretudo no interland, reflectindo o alto risco de perda de colheita na agricultura⁵ de sequeiro. Nesta perspectiva as infra-estruturas mais importantes para a agricultura são as relacionadas com a gestão da água. De acordo com PNUD (2005), estima-se em 120.000 ha de terra equipada para irrigação (cerca de 3.3% da área potencial), no entanto apenas 35.000 ha encontram-se operacionais (cerca de 0.1% da área potencial).

As terras irrigadas distribuem-se da seguinte forma: 75% nas províncias de Maputo e Gaza; 22% em Sofala e Zambézia e 3% nas restantes 6 províncias.

Agravando a situação da infra-estrutura para gestão da água está o facto de que cerca de 60% de águas superficiais provém de rios internacionais. Perante este cenário, a produção agrícola torna-se dependente da chuva, em circunstâncias em que os ciclos periódicos de calamidades naturais (secas e cheias) são características das principais bacias hidrográficas do país.

Moçambique tem uma rede hidrográfica que poderá constituir um factor decisivo na melhoria das condições agro-pecuárias, se for feito o devido aproveitamento dos recursos hídricos.

b) Vias de comunicação

O sistema de transporte em Moçambique conta com a maior participação do modal ferroviário com 77% do total de carga, do rodoviário com 13% e do marítimo⁶ com apenas 10% (PNUD, 2005). A infra-estrutura ferroviária foi desenhada para fazer a ligação do país a partir das três regiões (Norte, Centro e Sul) com o interior, e estão orientadas também para ligar o país aos países vizinhos. De acordo com a Administração Nacional de Estradas (ANE), os dados de 2007 mostram que existem no país 34.328 km sendo 85% classificadas (29.323 km) em principais (17.1%), secundárias (14%), terciárias (35.2%) e vicinais (19.2%). A maior parte dessas estradas classificadas são de terra natural (56.7%), 25.4% terraplanadas e apenas 17.9% são revestidas. Apesar da situação actual das estradas

³Os principais minerais são: Carvão, Bauxite, Urânio, Mármore, Granitos, Ouro, Titânio, *Tantalum*, Calcário, Petróleo e Gás.

⁴Arco Norte: Desenvolvimento de infra-estruturas de acesso e de unidades turísticas (marina, hotéis e outros serviços); Estância Turística Integrada de Chiuanga; Estância Turística Florestal da Quinta Capricórnio; Estância Turística Integrada de Muitua; Reserva de Gilé e Ilhas Casuarinas; Desenvolvimento da Ilha de Xefina e Dunas de Bilene.

⁵Principalmente na região sul do rio Save: risco de perda de colheita na agricultura de sequeiro excede os 50%.

⁶Os rios ou não são navegáveis ou apenas permitem uma limitada navegabilidade para embarcações de pequeno calado, como o são os rios Zambeze, Limpopo ou Incomati.

ainda não ser das melhores, dados mostram que houve uma evolução em termos de pavimentação das estradas pois em 2005 as estradas não revestidas representavam 82% diferentemente dos 56.7% em 2007(PNUD, 2005).Actualmente, das estradas classificadas, cerca de 79% das estradas não são revestidas,enquanto 21% representam estradas revestidas (ANE, 2011).

Quanto ao transporte marítimo, as infra-estruturas básicas são os portos. Em Moçambique existem três categorias de portos: principais (Maputo, Beira e Nacala), secundários (Quelimane, Inhambane e Pemba) e terciários (Pebane, Chinde e Angoche)⁷.

As taxas rodoviárias nacionais mais elevadas que os países vizinhos, visto como barreiras à entrada de transportadores estrangeiros, o deficiente funcionamento dos portos terciários, a dificultada ligação dos distritos aos portos, devido a transitabilidade sazonal das vias e pelo facto da linha férrea que liga o centro e o sul passar pelo Zimbabwe encarecendo as tarifas, concorrem como os principais entraves para a área de transportes.

De um modo geral, o Índice de Competitividade Global de 2010 apresentado na tabela abaixo deixa claro a fragilidade das infra-estruturas nacionais quando comparado a alguns países vizinhos.

Quadro 6 – Índice de Competitividade Global (ICG) 2010 relativo às infra-estruturas

Infra-estrutura	ICG 2010 – Ranking em 134 países			
	Moçambique	A. Sul	Malawi	Zimbabwe
Qualidade global das infra-estruturas	110	56	106	116
Qualidade das estradas	129	43	76	94
Qualidade dos caminhos-de-ferro	73	47	78	61
Qualidade dos portos	104	49	99	61
Qualidade dos aeroportos	92	18	119	99
Disponibilidades dos assentos aéreos por quilómetros	112	24	131	114
Qualidade do fornecimento de energia	105	94	129	130

Fonte: WEF, 2010

Em termos de transporte, Moçambique encontra-se melhor posicionado em relação ao Zimbabwe e Malawi quanto a qualidade dos caminhos-de-ferro e aeroporto mas em relação a África de Sul não apresenta nenhum indicador melhor posicionado.

3.1.2.9.Indústria

O sector industrial moçambicano tem sofrido ao longo do tempo grande modificações que concorreram para o cenário enfraquecido presentemente. A guerra que durou 16 anos provocou danos profundos ao país, desde a destruição de infra-estruturas, fábricas, pontes, escolas e hospitais; paralisação de projectos de desenvolvimento e a deslocação forçada das populações dos seus locais de origem e a sua migração para os países vizinhos. Adicionalmente, a escassez de mão-de-obra qualificada, os fracos conhecimentos de gestão, inviabilizaram a concretização dos vários projectos estruturantes no sector agrícola, industrial e na construção.

⁷Os primários/principais oferecem melhor serviço e possuem maior capacidade de recepção de navios, os secundários apresentam muitas dificuldades operacionais, menor produtividade e grande limitação na recepção de grandes navios.

Com a paz estabelecida em Moçambique, foi possível iniciar a recuperação das indústrias açucareiras, do chá e do tabaco, as indústrias do caju foram encerradas na sequência de aplicação de políticas sectoriais inconsistentes, a liberalização dos mercados de importação e uma ineficiente gestão abalaram a indústria de algodão, de tecidos e confecções, de oleaginosas e as PME's (Agenda 2025).

Uma análise do sector industrial e agro-industrial realizada pela Agenda 20.25 permite concluir que:

- O crescimento industrial mostra sinais muito fortes de desaceleração e tendência para estagnação.
- Um processo de excessiva concentração e deficiente diversificação do tecido industrial: a *Mozal*, a indústria alimentar e de tabacos representam mais de 80% do produto industrial. As indústrias de engenharia, criadoras de capacidade tecnológica e promotoras de ligações dinâmicas – metalo-mecânica e química – representam apenas cerca de 7% do produto da indústria e esta proporção está a diminuir rapidamente. A estrutura do produto industrial não se alterou substancialmente nas últimas quatro décadas e meia; e
- O grau de concentração da produção industrial aumentou. O peso dos dez principais produtos industriais na produção industrial total passou de 50% em 1959 para 80% em 2001. No mesmo período, houve algumas indústrias importantes que quase desapareceram, como a do processamento da castanha de caju.

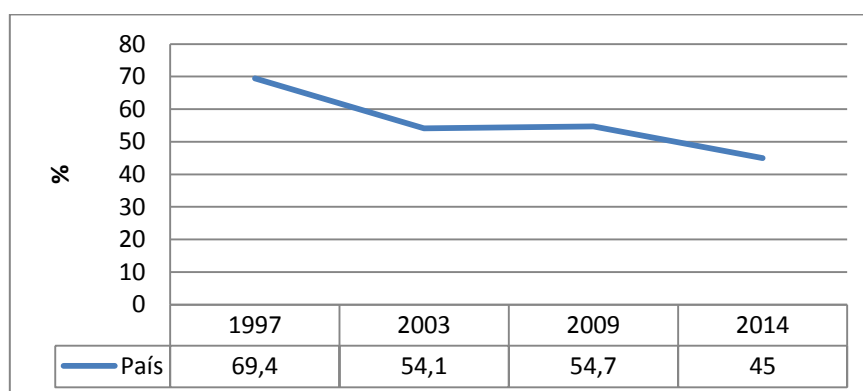
Actualmente, o potencial económico do País para a atracção de investimentos no campo da agro-indústria, agricultura, turismo, pesca e mineração é enorme. Projectos como o da *Mozal*, Barragem de *Cahora Bassa*, Corredores Ferro-Portuários e Complexos Turísticos ao longo de todo o País têm contribuído significativamente para colocar Moçambique na rota dos grandes investimentos regional e internacional.

Os produtos alimentares mais produzidos são: milho, arroz, horticulturas, mandioca; soja, gergelim, amendoim, feijão, girassol; açúcar, castanha de caju, coco; bananas, citrinos; chá, cevada, café. Além destes produtos temos ainda a produção de biocombustíveis, madeira, papel, tabaco e algodão.

3.1.2.10. Impacto do crescimento económico na redução da pobreza

De acordo com o INE, o país reduziu a incidência da pobreza de 69,4% em 1997 para 54,1% em 2003, medido pelo IAF. Em 2009 foi realizado o IOF tendo-se registado uma ligeira subida da incidência da pobreza para 54,7%. Não existe uma explicação plausível para este fenómeno mas aventam-se como razões possíveis diferenças de metodologia entre os períodos e fraco impacto das políticas nacionais no combate a pobreza (Vide anexo 4 a distribuição de incidência da pobreza por províncias). O número de pessoas abaixo da linha de pobreza aumentou de 9.9 milhões para 11.7 milhões de pessoas devido ao crescimento da população, que foi de mais 3 milhões de pessoas entre 2003 e 2009. (ODM – Moçambique, 2010)

Gráfico 3 – Incidência de Pobreza em Moçambique – 1997-2009; 2014 previsão



Fonte: INE e PARPA II

O impacto do crescimento económico na redução da pobreza, em Moçambique está fortemente ligado ao crescimento do sector agrícola de 6.6% entre 1997 a 2003, sector que suporta e emprega 70% da população activa com efeitos directos na redução da pobreza nas zonas rurais. Apesar do sector industrial ter crescido nesse mesmo período em 22,5% teve poucos efeitos na pobreza devido ao facto deste sector ter sido impulsionado pelos megaprojectos que pela sua natureza criam poucos postos de empregos e as suas contribuições fiscais são relativamente moderadas em sequência do grande nível de isenções fiscais que lhes são concedidas (PNUD, 2006).

3.1.3. Factores Socioculturais

3.1.3.1. Crescimento populacional e perfil etário

De acordo com INE, a população moçambicana⁸ em 2007 conta com 20.632.434 habitantes, representando uma taxa de crescimento de 2.8% e é constituída maioritariamente por mulheres (51.9%) e 48.1% de homens. A tabela seguinte apresenta dados demográficos dos últimos dois censos:

Quadro 7 – Dados demográficos de Moçambique de 1997, 2007 e 2010

Indicadores	1997	2007	2011 (est)
População total (a)	16,075,708	20,632,434	23,049,621
População masculina	7,703,031	9,930,196	11,108,128
População feminina	8,372,677	10,702,238	11,941,493
População masculina (em %)	47.9	48.1	48,2
População feminina (em %)	52.1	51.9	51,8
População, 0-14 (em %)	44.5	46.9	45,3
População, 15-59 (em %)	50.9	48.6	50,1
População, 60+ (em %)	4.6	4.6	4,7
População urbana (em %)	29.2	30.4	31
População rural (em %)	70.8	69.6	69
Índice de masculinidade (homens/100 mulheres)	92.0	92.8	93
Densidade demográfica (por Km2)	19.1	25.3	28,8
Taxa de crescimento da população (em %)	1,7	2,8	2,8

Fonte: INE, 2010. <http://www.ine.gov.mz/populacao/indicadores/Document.2010-10-28.7436072050>

⁸Último censo populacional e habitacional realizado em Moçambique pelo Instituto Nacional de Estatística.

O perfil etário da população é maioritariamente representado por indivíduos com idade compreendida entre os 15 e 59 anos (50.1%), constituindo assim a População Economicamente Activa (PEA) do país.

A população rural (69%) em 2011 apresenta uma ligeira diminuição em 1.8 pp relativamente a 1997, enquanto a população urbana aumentou de 29.2% para 31% entre 1997 a 2011. (INE, 2010)

3.1.3.2. Educação

Aquando da proclamação da Independência Nacional, o analfabetismo atingia 93% da população sendo que, em 1997, a taxa reduziu para 56,5%, dos quais 74,1% eram mulheres. Actualmente, os dados sobre educação apresentam o seguinte cenário:

Quadro 8 – Indicadores de Educação em Moçambique de 1997 e 2007

Indicadores	1997	2007
Taxa de analfabetismo, total (em %)	56.5	49.2
Taxa de analfabetismo, homens (em %)	44.6	33.2
Taxa de analfabetismo, mulheres (em %)	74.1	63.1
Ensino Primário do 1º Grau	66.8	107.3
Ensino Primário do 2º Grau		80.1
Ensino Secundário do 1º Ciclo	6.9	41.6
Ensino Secundário do 2º Ciclo		18.2
Ensino Superior	0.3	2.3

Fonte: INE, 2010. <http://www.ine.gov.mz/populacao/indicadores/Document.2010-10-28.7436072050>

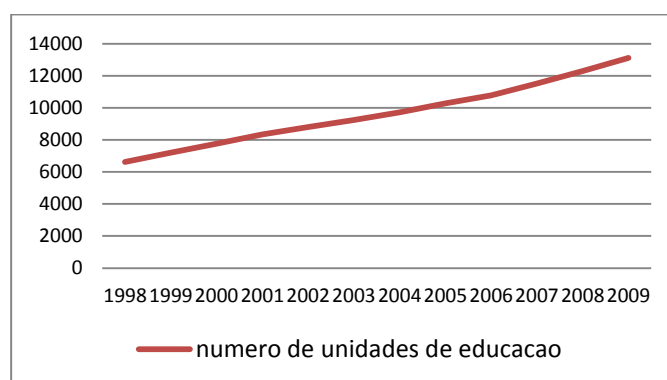
Em dez anos, a taxa de analfabetismo diminuiu em 7.3pp passando de 56,5% para 49,2%, tendo reduzido a taxa de analfabetismo de mulheres e de homens em cerca de 11pp.

O capital humano e o aumento da produtividade dependem fundamentalmente de investimentos na educação e saúde. Actualmente, a educação, segundo INE (2010), ainda é pouco desenvolvida em Moçambique senão vejamos:

- A taxa de analfabetismo é de total 49.2%, mas nas mulheres esta taxa atinge 63.1%. Embora se verifique redução nestas taxas, quando comparando resultados dos dois últimos censos, subsiste ainda uma percentagem enorme da população adulta iletrada nas zonas rurais, observando-se uma média elevada nas regiões Centro e Norte do país,
- A maior parte da população possui apenas o ensino primário e apenas 2.3% constitui parte da população com o nível superior,
- O sector da educação representa 5% do PIB (dados de 2006)

O sistema educacional Moçambicano compreende O ensino geral, técnico e formação de professores, o número de unidades educacionais que suportam os diferentes tipos/níveis educacionais do sistema têm vindo a evoluir ao longo do tempo (gráfico abaixo).

Gráfico 4 – Distribuição da rede educacional: 1998-2009



Fonte: MEC, 2010

O número total de unidades educacionais cresceu na ordem de cerca de 50% entre os anos 1998 e 2009 passando de 6.632 para 13.113 unidades, sendo o EP2 e ensino Geral os níveis que tiveram maior crescimento (anexo5).

Embora haja uma evolução positiva em termos de número de unidades educacionais, este ainda está muito aquém das necessidades reais do país, devido a incompatibilidade entre as taxas de crescimento da população e a taxa de crescimento das infra-estruturas escolares agravado pela fraca distribuição da rede escolar entras as vilas e cidades. Desta forma, recorre-se a estratégias para fazer face ao problema da falta das vagas nas escolas, como a introdução de 3 turnos que contribui para a deterioraçãoda qualidade de ensino pois o tempo de aula torna-se mais curto, há maior pressão no uso dos mobiliários e o excessivo uso de equipamento escolar.

O MEC aposta na política do Livro gratuito cuja vantagem é aumentar o acesso a leitura pelos carenciados, diminui o analfabetismo e conseqüentemente baixa os custos das famílias, entretanto todas essas vantagens podem ser minadas com o descaminho dos livros para o mercado informal, fazendo com que as pessoas desacreditem as políticas nacionais.

O desenvolvimento profissional dos docentes, outra pedra basilar na qualidade de ensino, ainda é pouco visível a nível nacional, principalmente pela fraca formação psicopedagógica que é gravada pela quase ausência de material académico.

O desenvolvimento do ensino privado, este pode ser considerado um complemento ao ensino público pois absorve estudantes, permite que haja maior especialização na formação para melhor ajustamento ao mercado de trabalho.

3.1.3.3.Saúde

No sector de saúde os dados da tabela abaixo mostram um cenário relativamente melhorado em 2011 comparando com os dados do censo de 1997. Destacando a esperança de vida total que aumentou em cerca de 10 anos (de 42 para 52 anos), e a taxa de mortalidade infantil que passou de 143,7/1000 para 86,2/1000 taxa sendo mais baixa que a de África Subsaariana

Quadro 9 - Indicadores de saúde em Moçambique de 1997 a 2011

Indicadores	1997	2007	2011 (est)
Taxa de bruta de natalidade (por mil)	44.4	42.2	41,4
Taxa de bruta de mortalidade (por mil)	21.2	13.8	13,5
Taxa de mortalidade infantil (por mil)	143.7	95.5	86,2
Taxa global de fecundidade (filhos/mulher)	5.9	5.7	5,6
Esperança de vida, total (em anos)	42.3	52.0	52,4
Esperança de vida, homens (em anos)	40.6	49.8	50,4
Esperança de vida, mulheres (em anos)	44.0	54.3	54,5

Fonte: INE, 2010. <http://www.ine.gov.mz/populacao/indicadores/Document.2010-10-28.7436072050>

Dados do MISAU de 2005, mostram que existiam no país 1250 unidades sanitárias (US), correspondendo 1 US/15.000 habitantes, cifra abaixo do plano traçado pelo PARPA que seria de 1US/10.000 habitantes. Do total destas US apenas 3%, constituídas por hospitais, teriam uma relativa capacidade para resolver problemas de saúde de certa complexidade. A maioria das US encontra-se em condições de conservação abaixo do razoável sendo que cerca de 30% não têm água corrente.

O pessoal técnico na área de saúde é ainda insuficiente em todas as áreas técnicas, mostrando taxas mais baixas de todos os países vizinhos.

Quadro 10– Pessoal do Serviço Nacional de Saúde: 2005-2009

Ano	2005	2006	2007	2008	2009
Médicos	570	874	916	735	1042
Var (%)	-28,57	53,33	4,81	-19,76	41,77
Pop/Med	34070	22756	22234	28373	20489
Enfer	5809	4282	4636	5021	5213
Var (%)	-18,34	-26,29	8,27	8,3	3,82
Pop/Enfr	3343	4645	4350	4153	4096

Fonte: INE (2010)

Os dados da tabela acima mostram que houve uma melhoria em termos da relação de pessoal de saúde por habitantes, sendo que a relação de médio/habitante melhorou (passando de 34.070 habitantes/médico em 2005 para 20.489 habitantes/médico em 2009) ao contrário do que aconteceu em relação ao pessoal de enfermagem/habitante cuja relação piorou de 3.343 habitantes/enfermeiro para 4.096 habitantes/enfermeiro nos quatro anos em análise).

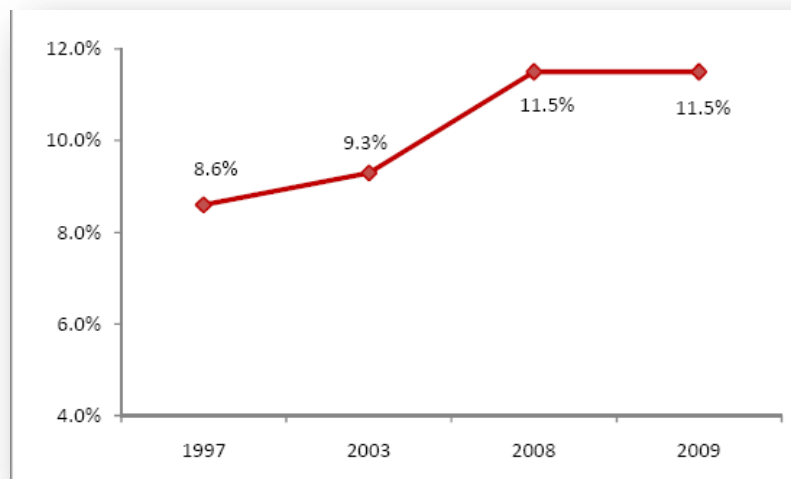
Aliado aos factos anteriormente apresentados em relação as condições das unidades sanitárias e da insuficiência de médicos, está o factor distância percorrida pelos utentes para acederem a uma unidade sanitária.

3.1.3.4. Doenças endémicas

Uma das grandes ameaças ao desenvolvimento é o alastramento para todo o País da pandemia do HIV/SIDA, cuja prevalência no país é de cerca de 12 %. O alastramento de tal pandemia traz consequências desastrosas para o desenvolvimento da economia, pois que afecta sobretudo os adultos numa fase da vida altamente produtiva e responsável, tais como professores, enfermeiros,

médicos, quadros superiores do Estado e de empresas, trabalhadores especializados, estudantes aos vários níveis, etc.

Gráfico 5 – Taxa de prevalência de HIV/SIDA (1997-2009)entre adultos de 15-59 anos



Fonte: INSIDA, 2009

De acordo com dados de INSIDA (2009) a taxa de prevalência de HIV/SIDA entre adultos dos 15-59 anos manteve-se constante em 11.5% entre 2008 e 2009, depois de demonstrar uma tendência crescente de 8.6% para 11.5% entre 1997 e 2008.

Malária continua sendo um enorme problema de saúde pública em Moçambique. Apesar de se ter observado um decréscimo da taxa de mortes associadas com a malária nos últimos anos, 58% em 2003, 53% em 2008 e 47% em 2009, esta doença é ainda uma das maiores causas de morbilidade e mortalidade (MDG, 2010).

Outro problema sério de saúde pública em Moçambique é a tuberculose. Varias acções do governo contribuíram para a redução de casos por 1000 habitantes, sendo de 636 casos em 2006 para 624 casos em 2008, a taxa de mortalidade também decresceu de 129 mortes por 100 habitantes em 2006 para 117 mortes por 1000 habitantes em 2008. Entretanto, apesar deste cenário melhorado, a tuberculose continua a representar um sério problema de saúde pública que se torna cada vez mais sério nos últimos anos como resultado da associação com a pandemia do HIV/SIDA, que é um dos maiores obstáculos, desde que mais da metade (66%) de pacientes com TB padecem de HIV.

3.1.3.5. Mudanças socioculturais

A sociedade moçambicana é diversificada não só em termos políticos e económicos, mas também em termos sociais e culturais.

A diversidade cultural caracterizada pela existência de vários grupos raciais etnolinguísticos. A língua oficial é o Português, que coexiste com várias línguas nacionais de origem Bantu. Outras dimensões da diversidade são as questões sociais que caracterizam as linhagens patrilinear versus matrilinear.

O Governo reconhece o papel da Cultura como componente determinante da personalidade dos moçambicanos e considera a sua valorização um elemento fundamental para a consolidação da Unidade Nacional, da identidade individual e de grupo.

3.1.3.6. Índice de desenvolvimento humano

Entre 1980 e 2010 o IDH moçambicano cresceu anualmente em 1.3%, de 0.195 para 0.284 actualmente, o que representa uma posição de 165 entre 169 países. Sabendo que o IDH da África subsaariana aumentou de 0.293 em 1980 para 0.389 actualmente, colocando Moçambique abaixo da média regional. (PNUD, 2008)

3.1.4. Factores Tecnológicos

3.1.4.1. Investimentos públicos e transferência de tecnologia.

Desde Julho de 2006 que Moçambique tem uma Estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação de Moçambique (ECTIM). Esta é uma Estratégia de base, transversal, com o objectivo principal de estimular a inovação nacional em benefício do desenvolvimento e do combate à pobreza. Ela assenta em quatro pilares: educação, investigação, actividades produtivas e disseminação. É através de um reforço da capacidade interna de cada um destes pilares, bem como de uma melhoria da comunicação entre eles que, a política procura promover a inovação nacional desejada, recorrendo, por um lado aos recursos existentes dentro do país e, por outro, a conhecimentos científicos e tecnologias desenvolvidos no exterior. Para a produção de novas tecnologias, está sendo implantado em Maluana no distrito de Manhiça um Parque de Ciência e Tecnologia.

Como forma de disseminação de informação e conhecimento assim como transferência de tecnologias, estão criados os portais dos governos provinciais e concebido o programa Vilas do Milénio em Implementação no País. Regista-se também um crescimento de instituições de ensino superior e técnico profissional e conta-se com o Fundo Nacional de Investigação (FNI) vocacionada para o financiamento de projectos de investigação orientados para a resolução de problemas específicos.

3.1.4.2. Padrões de consumo de Tecnologia de Informação e comunicação

Para impulsionar a componente das tecnologias de informação e comunicação sobretudo da sua utilização, foi aprovada a política de informática e colocados a nível de todas as províncias do país, Centros Provinciais de Recursos Digitais que oferecem serviços de formação em matéria de uso e manutenção de computador, uso de internet, serviços multimédia, entre outros. Dados do Ministério de Ciência e Tecnologia mostram uma evolução quanto ao número de usuários das TIC's.

Quadro 11– TIC's – situação actual em números: 1997-2009

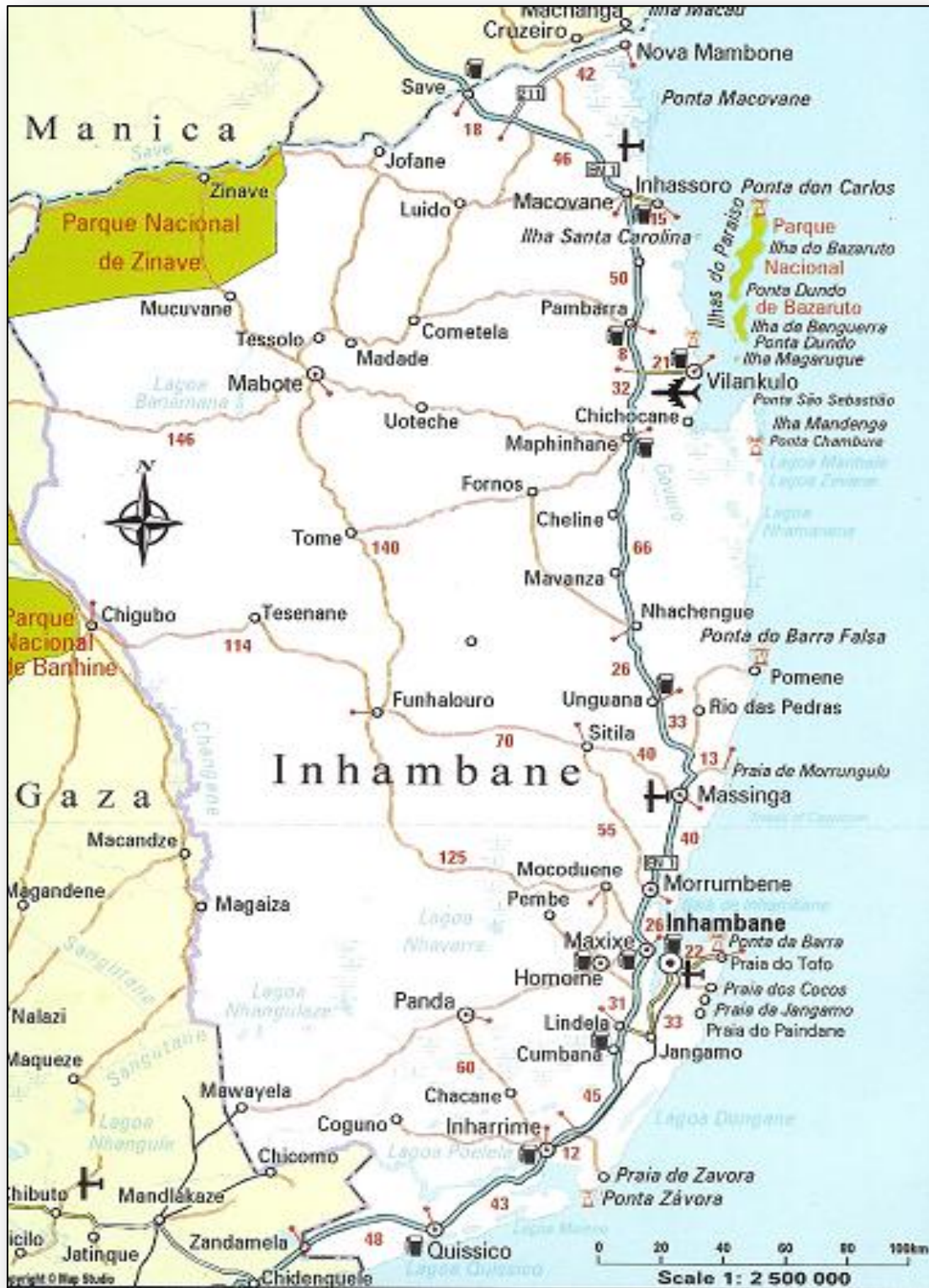
Tecnologia de Informação e comunicação	1997	2003	2008	2009
Linhas telefónicas/ 100 habitantes	0.42	0.34	0.38	0.40
Subscritores de telefonia móvel/ 100 habitantes	0.013	2.6	21.45	29.08
Computadores pessoais/ 100 habitantes	0.32	0.68	0.8	0.87
Usuários de Internet/100 habitantes	0.01	0.45	1.56	2.68

Fonte: Relatório dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, Moçambique (2010)

De 1997 a 2009, o número de usuários de Internet cresceu de 0.01 para 2.68 usuários/100 habitantes, os usuários de computadores pessoais também aumentou de 0.32 para 0.87 usuários/100 habitantes e o número de linhas telefônicas sofreu uma pequena descida de 0.42 para 0.4 usuários/100 habitantes. É de notar que o número de usuários de Internet foi sempre maior que o número de usuários de computadores pessoais, pode-se depreender que as escolas, as empresas, os Internet cafés e os centros de computadores jogam um importante papel na disseminação da internet em Moçambique.

Uma importante tecnologia adoptada em Moçambique foi o uso dos telefones móveis: o número de usuários desta tecnologia passou de praticamente zero em 1997 para mais de 29 usuários/100 habitantes em 2009. A adopção rápida desta tecnologia afectou o uso de telefones fixos, que baixou significativamente de usuários.

Figura 2 – Mapa da Província de Inhambane



3.2. **PROVÍNCIA DE INHAMBANE**

Para a análise da província seguir-se-á também o método PEST, ou seja, as grandezas serão agrupadas nas variáveis político-legais, económicas, socioculturais e tecnológicas.

3.2.1. *Factores Político-Legais*

3.2.1.1. Governo da Província

O quadro legal de funcionamento dos órgãos locais do estado é estabelecido pela lei 8/2003, de 19 de Maio, lei dos Órgãos Locais do Estado (LOLE), regulamentada pelo decreto n11/2005, de 10 de Junho, que define as normas de funcionamento dos serviços de Administração pública, e pela lei 5/2007, de 9 de Fevereiro, Lei das Assembleias Provinciais. Estes instrumentos legais estabelecem que:

- A província é a maior unidade territorial da organização política, Económica e Social da Administração Local do Estado. A província é constituída por distritos, postos administrativos e localidades. A província abrange também as áreas das autarquias locais compreendidas no território;
- A província é administrada por um governo provincial que e um órgão do estado que garante, no território da província a realização de tarefas e programas económicos, sociais e culturais de interesse local e nacional, observando a Constituição da República, as deliberações da Assembleia da República, as decisões do Conselho de Ministros e de outros órgãos do estado de escalão superior;
- Os órgãos de administração pública na província são: o Governador e o Governo Provincial;
- O governador provincial é o representante da autoridade central da administração do estado. Ele é nomeado, exonerado ou demitido pelo Presidente da República, nos seus impedimentos ou ausências, o substituto do governador é designado pelo Presidente da República.

O Governador Provincial tem as seguintes competências:

- a) Representa a autoridade central da administração do Estado na província;
- b) Dirigir o governo provincial;
- c) Supervisionar a administração do Estado na província;
- d) Dirigir a preparação, execução e controlo do programa do governo, do plano económico e social e orçamento do Estado na província;
- e) Orientar a elaboração das propostas do plano e orçamento da província e respectivo balanço de execução;
- f) Apresentar relatórios periódicos ao Presidente da República sobre a governação e a vida sócio económica e cultural da província;
- g) Decidir sobre questões de gestão de recursos humanos do Estado pertencentes ao quadro do pessoal provincial;
- h) Orientar e acompanhar a concepção e implementação de actividades de agentes de cooperação internacional na província;
- i) Criar unidades de prestação de serviços de saúde primárias, bem como escolas primárias de ensino geral; e
- j) Tomar providência e dirigir instruções adequadas ao Comandante Provincial da Polícia da República de Moçambique, no âmbito de preservação da ordem e segurança públicas.

O governo provincial é o órgão encarregado de garantir a execução no escalão da província, da política governamental centralmente definidas. O Aparelho do Estado Provincial tem a seguinte composição:

- a) Secretaria provincial;
- b) Gabinete do governador provincial;
- c) Direcções provinciais; e
- d) Serviços provinciais.

O governo provincial realiza sessões ordinárias e extraordinárias. As sessões ordinárias realizam-se de quinze em quinze dias e as extraordinárias sempre que as necessidades de serviço o exigirem. As sessões do governo provincial são dirigidas pelo governador provincial.

O governo provincial dispõe de autonomia administrativa no quadro da desconcentração da administração central. O governo provincial é dirigido pelo governador provincial. Os membros do governo provincial são nomeados centralmente.

Compete ao Governo Provincial:

- a) Aprovar a proposta de plano e orçamento provincial, supervisionar a sua execução e apreciar o respectivo relatório e balanço, observando as decisões do Conselho de Ministros;
- b) Supervisionar a acção e o funcionamento dos órgãos locais do Estado dos escalões de distrito, posto administrativo e localidade em conformidade com a lei, as deliberações do Conselho de ministros e com as especificidades da província;
- c) Deliberar sobre questões suscitadas pela aplicação de decisões emanadas das autoridades centrais da administração do estado;
- d) Fazer o acompanhamento da execução das medidas preventivas ou de socorro, em caso de eminência ou ocorrência de acidentes grave ou calamidade; e
- e) Exercer outras competências atribuídas por lei.

O governo da Província tem a seguinte composição:

- a) Governador Provincial;
- b) Secretário Permanente Provincial; e
- c) Directores Provinciais.

3.2.2. *Divisão Administrativa*

A província de Inhambane tem treze (13) Distritos (*Funhalouro, Govuro, Homoíne, Inharrime, Inhassoro, Jangamo, Mabote, Massinga, Maxixe, Morrumbene, Panda, Vilanculos, Zavala*), vinte e seis (26) Postos Administrativos e setenta e seis (76) Localidades (anexo 9.1).

O Governo é representado, em cada Distrito, por:

- a) Secretaria Distrital;
- b) Serviços Distritais das Actividades Económicas;
- c) Serviços Distrais da Saúde, Mulher e Acção Social;
- d) Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas;

A coordenação de actividades governamentais é feita através de sessões regulares do Governo Distrital. Para além do Governo Distrital, existem também o Conselho Consultivo que apoia o Governo Distrital.

3.2.3. *Recursos Humanos*

A província possui 17.665 funcionários no seu quadro provincial, sendo 9.306 de sexo feminino, o correspondente a 52,7% e 8.359 do sexo masculino, correspondente a 47,3%. Deste total de

funcionários, 5.096 correspondentes a 28,8% pertencem ao quadro de nível provincial enquanto 12.569 correspondentes a 71,2% pertencem ao quadro de nível distrital.

Do ponto de vista de formação, 1.145 funcionários, o equivalente a 6,4% tem o nível superior, 5.859 correspondentes a 33,2% tem o nível médio, 7.805 correspondentes a 44,2% possuem o nível Básico e 2.842 correspondente a 16,1% são de nível elementar.

Como se pode ver a província tem um potencial de recursos humanos capazes de galvanizar o desenvolvimento da província. Havendo necessidade de ajustar este potencial com as necessidades.

3.2.4. Finanças

O desenvolvimento da província permitiu aumento de receitas fiscais em 18 vezes, de 13.851,40 Milhares de Mt em 2000 para 245.537,80 Milhares de Mt em 2008 (ESHTI; 2010)

3.2.5. Assembleia-Provincial e Sociedade Civil

Para além do governo, Inhambane tem uma Assembleia Provincial que fiscaliza a actividade do governo ao nível da província. No caso da Província de Inhambane, a Assembleia Provincial é constituída por 80 membros todos pertencentes ao partido FRELIMO;

A participação dos cidadãos, das comunidades locais, das associações e outras entidades representativas da sociedade civil está prevista sob várias formas:

- Observatório de Desenvolvimento: fórum de apreciação e avaliação dos planos e programas do governo e outras organizações, visando a redução da pobreza, integram sociedade civil, sector privado e parceiros de cooperação;
- Conselhos Consultivos Distritais: órgãos de consulta ao nível do distrito com competências para deliberar sobre o uso do orçamento de investimento a ser realizado ao nível do distrito; e
- Conselho Consultivo de postos administrativos e localidades.

3.3. Caracterização Económica

3.3.1. Descrição Biofísica

3.3.1.1. Localização Geográfica

Inhambane é uma província da região sul de Moçambique, entre as latitudes 20° 57' Norte e 24° 51' Sul e as longitudes 35° 34' Este e 34° 41' Oeste. Tem uma extensão territorial de 68.615 km², o que corresponde a 8.7% da superfície total de Moçambique e é imitada a Norte pelo Rio Save, que a separa das províncias de Manica e Sofala, a Oeste e a Sul confina com a Província de Gaza, e a Leste é banhada pelo Oceano Indico. A capital da Província é Inhambane dista 469 km da Cidade de Maputo, 802 km da Cidade da Beira e 1.746km da Cidade de Nampula, principais centros políticos e económicos do país.

3.3.1.2. Clima

O clima de Inhambane é tropical húmido na faixa costeira e tropical seco no interior, caracterizado por duas épocas do ano, correspondentes às épocas seca e das chuvas. A estação chuvosa e quente vai de Novembro a Abril e a seca e fresca de Maio a Outubro. Na estação chuvosa e quente a temperatura média da província eleva-se a mais de 34 graus centígrados, enquanto na seca e fresca a

temperatura varia entre os 22 e 26 graus centígrados. A humidade relativa do ar varia entre os 67% e os 76%.

3.3.1.3. Geomorfologia

A província de Inhambane não apresenta elevações dignas de referência, sendo maioritariamente marcada por uma grande área de planícies levantadas. Ao norte da província, concretamente no distrito de *Govuro* pode-se encontrar uma área de planícies aluvionares da bacia do Rio *Save*. Na zona Oeste, nos distritos de *Mabote* e *Funhalouro* temos uma área de depressões pantanosas e a grande formação calcária de *Jofane*. Ao longo do litoral podem-se encontrar acumulações de aluviões marinhos e dunas de influência eólica, com uma altitude variável e inferior a 200m. As cotas aumentam no sentido nascente-poente, atingindo um máximo de 270 metros de altitude.

3.3.1.4. Solos

Nos distritos do interior como *Funhalouro* e *Mabote*, e no interior dos distritos de *Govuro*, *Vilankulo*, *Massinga* e *Morrumbene* os solos predominantes são de mananga, e em toda a linha de costa da província, bem como no interior dos distritos de *Zavala*, *Inharrime*, *Homoíne*, *Panda*, *Inhambane* e *Maxixe* os solos são arenosos, do tipo rególicos. Ainda na zona norte da província, no distrito de *Govuro* podem-se encontrar solos aluvionares fluviais, pouco profundos sobre rocha não calcária e junto ao Rio *Save* pode-se encontrar os litossolos.

3.3.1.5. Hidrografia

Em termos de águas interiores e do seu litoral, Inhambane tem uma grande Bacia Hidrográfica (*Bacia do Save*) e outras oito bacias cujos rios principais são (*Save*, *Inharrime*, *Donui*, *Nhatocue*, *Furvela*, *Nhalihavale*, *Changane*, *Govuro* e *Tavele*); quinze lagoas, sendo algumas de água salgada e de origem residual (*Manhail*, *Zevane*, *Muamuandane*, *Nhamanene*, *Nhalehenque*, *Dongane*, *Poelela*, *Maiene*, *Massava*, *Chiguire*, *Nhavarre*, *Nhandimbe*, *Nhangulaze*, *Nhanuvué* e *Nhangela*); uma baía (*Inhambane*); dois cabos (*Das Correntes* e *da Barra*); um arquipélago composto por quatro ilhas (*Bazaruto*, *Santa Carolina*, *Magaruque* e *Benguerua*). O balanço hídrico da Província de Inhambane apresenta boa disponibilidade de água para diversos usos, particularmente para o turismo de praia, mar e sol, mergulho e pesca desportiva, numa linha de costa de 700km.

3.3.1.6. Fauna

A Província de Inhambane tem quatro distritos de interior e nove costeiros, onde abundam recursos faunísticos com destaque para os “*big five*” (grandes mamíferos). A caça, a pesca e a fauna bravia constituem uma importante fonte suplementar de alimento para as famílias da província.

O Parque Nacional do *Zinave*, o Parque Nacional do Arquipélago de *Bazaruto* e a Reserva de caça de *Pomene* constituem importantes áreas de protecção da fauna bravia, marinha e da flora, com ocorrência de espécies selvagens de pequeno e grande porte, tais como: cabritos, búfalos, antílopes, macacos, elefantes, bois-cavalo, changos, cabrito cinzento, facoceros, coelhos, lebres, zebras, cudos, hipopótamos, galinhas do mato, avestruzes, entre outros⁹.

O potencial marinho existente em Inhambane, com destaque para os dugongos, golfinhos, tartarugas marinhas, tubarão baleia, raia manta, é importante para o desenvolvimento do turismo na província.

⁹Algumas espécies estão em perigo de extinção devido a caça furtiva, entre outros factores.

Devido ao seu potencial marinho, em Inhambane pratica-se pesca artesanal¹⁰, com peso superior a 90% e pesca semi-industrial¹¹ para além da pesca recreativa e desportiva¹². As capturas em Inhambane são dominadas por pequenos pelágicos como o carapau, a sardinhas, o peixe pedra, o cachucho etc., grandes pelágicos migradores e os grandes demersais, como xereua, serra, barracuda, atum, tubarão e outros.

A província possui também camarão, caranguejo, lagosta, lulas e corais. A deficiente capacidade da fiscalização da actividade pesqueira, derivada das insuficiências de meios, recursos humanos e financeiros poderá contribuir significativamente para a destruição e desaparecimento de algumas espécies.

Os animais domésticos são igualmente importantes e usados na província, quer para o consumo quer para a comercialização. As espécies domésticas existentes na região são: gado bovino e caprino, galinhas, patos, porcos, ovelhas e coelhos. O boi e o burro são também utilizados para a tracção animal.

As grandes limitações ao desenvolvimento da actividade pecuária prendem-se fundamentalmente com questões de seca, escassez de pastos melhorados, prevalência de doenças, ausência de serviços de extensão e de assistência veterinária, incidência de carraça inoperacionalidade de infra-estruturas pecuárias.

3.3.1.7. Silvicultura, Vegetação, Árvores e Frutícolas

Em termos de silvicultura, Inhambane possui zonas florestais com um potencial médio elevado para produção florestal.

A província é rica em termos de vegetação visto possuir diferentes tipos de flora. Na zona costeira da província pode-se encontrar por um lado o mangal, constituído por formações lenhosas, geralmente arbustivas ou arbóreas de pequeno porte que habitam em terrenos mais ou menos lodosos das margens dos estuários dos rios e reentrâncias da costa, na vasa inundada pela água salgada e sujeita a influências das marés; têm grande importância económica como produtoras de madeiras duras e resistentes para construções marítimas, por outro lado, uma vegetação herbácea e subarbustiva das praias, conhecida por vegetação fixadora das areias marinhas, que caracteriza-se por agrupamentos mais ou menos espaçosos constituídos por gramíneas ou pela posição prostrada das plantas, cujos caules, em geral rastejantes, chegam a ter muitos metros de extensão.

No interior da província de Inhambane predomina savanas e estepes e existem ainda tipos de florestas constituídos por um número reduzido de espécies, o que lhes aumenta o carácter de uniformidade.

As florestas da província encontram-se actualmente bastante dizimadas quer por exploração de madeiras e pelo abate indiscriminado como por preparação de terrenos de culturas diversas.

¹⁰Actividade praticada usando artes de pesca rudimentares é basicamente para a subsistência.

¹¹Utilizam embarcações até 10 metros de comprimento com uma autonomia não acima de 07 dias é de carácter comercial.

A província de Inhambane possui ainda árvores fruteiras dos mais variados tipos e também árvores de espécies nativas de grande potencial comercial, tais como a *chanfuta*, a *umbila*, a *messessa*, o *simbire* e espécies de mangal. Estas árvores servem ainda como material de construção local, lenha e como matéria-prima para fazer carvão.

As árvores fruteiras e oleaginosas mais importantes são o cajueiro e o coqueiro, cujos frutos podem ser consumidos ou comercializados frescos, secos ou processados. Entretanto a província possui outras árvores fruteiras, tais como citrinos, mangueiras, *mafurreiras*, bananeiras, papaieiras, goiabeiras, *canhueiros*, *massaleiras* e ateiras. A província possui também algumas fruteiras exóticas e nativas como a *tindziva* e o embondeiro. O cacto é também uma planta exótica aproveitada para fazer bebida tradicional.

Apesar da existência de todas estas árvores frutícolas e silvicultura há grandes limitações tais como: seca, pragas, falta de mudas, de viveiros e de sementes. Escassez de terras férteis. Embora exista um pouco por toda a província motobombas, existem ainda dificuldades de acesso a água potável. As comunidades abastecem-se com água de poços, furos, lagos, charcos. Existem ainda problemas de erosão e desflorestamento.

3.3.1.8. Geologia e Mineralogia

A geologia e os minerais são pouco diversificados na província. Efectivamente, Inhambane é pobre em termos de minérios comparativamente a outras províncias do país. Dos seus treze distritos, apenas três, nomeadamente *Govuro e Inhassoro* possuem minérios, tais como gás natural, calcário e tântalo/titânio, havendo também evidências da existência de areias pesadas no Distrito de *Jangamo*. A província possui ainda um oleoduto de gás natural que liga *Inhassoro*, na zona de *Temane*, a vizinha República da África do Sul.

3.3.2. PIB de Inhambane

A economia da província conheceu uma evolução positiva. A taxa média de crescimento planificada de 7% a 8% ao ano para a década passada, foi superada tendo-se fixada em cerca de 10% (ESHTI: 2009).

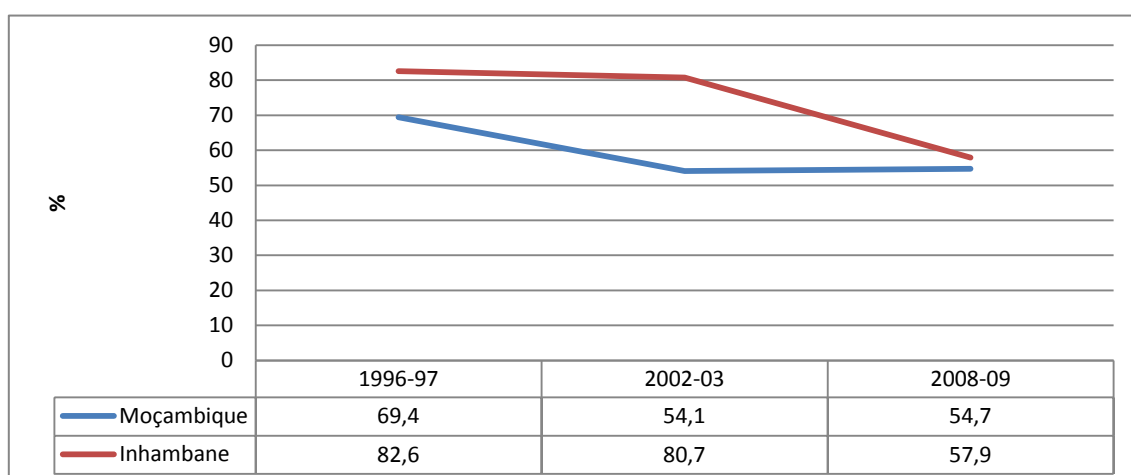
Por outro lado, a contribuição da província de Inhambane no PIB nacional em 1998, era de 5.2%. Desde 2005 a contribuição no PIB nacional tem vindo a registar uma subida gradual situando-se em 2008 em 6.0% o que representa uma evolução muito positiva (ESHTI: 2009).

3.3.3. Incidência da Pobreza Humana

Inhambane não registou somente o crescimento significativo do PIB, mas também uma redução importante da incidência da pobreza humana.

A incidência da pobreza humana é um indicador que mede a percentagem das pessoas que vivem abaixo do nível de subsistência, e é avaliado periodicamente pelo INE. A primeira avaliação foi feita em 1997 e a segunda em 2003 através do Inquérito aos Agregados Familiares (IAF) e a terceira em 2008/9 através do IOF.

Gráfico 6 – Incidência da pobreza Absoluta 1996/7, 2002/3 e 2008/9



Fonte: INE 2009

Em 1996/7 a incidência da pobreza absoluta em Inhambane era de 82,6% (contra 69,4 % da média nacional); em 2002/3 baixou para 80,7% (-1,9 pp), enquanto a nível nacional baixava para 54,1% (-15,3 pp). Contudo, em 2008/9 a incidência da pobreza em Inhambane reduziu significativamente para 57,9% (-22,8 pp) e a nível nacional subiu para 54,7% (0,6 pp), aproximando assim a incidência da pobreza em Inhambane à média nacional.

3.3.3.1. Percepção dos cidadãos sobre a evolução económica de Inhambane

Para além daquele indicador, a evolução da economia da província também pode ser avaliada pela percepção dos cidadãos, obtida através de inquéritos apropriados. No inquérito feito pelos consultores, mais da metade (54,7%) da população entrevistada afirmou que o nível de vida da comunidade é Razoável, 17,8% consideram que o nível é Bom ou Muito Bom; 27,5% acham que o nível de vida dos agregados familiares é mau ou péssimo (ESHTI: 2009).

Sobre o ponto de vista individual, 16,3% consideram que a mudança foi positiva, ou seja, Muito Bom ou Bom; 61,2% consideram a mudança razoável e 21,9% consideram negativa, isto é, Mau ou Péssimo. Ainda ao nível individual, 0,6% preferiram afirmar que não sabem.

Estas estatísticas mostram que o desenvolvimento individual de certa forma foi acompanhado pelo desenvolvimento da sociedade como um todo.

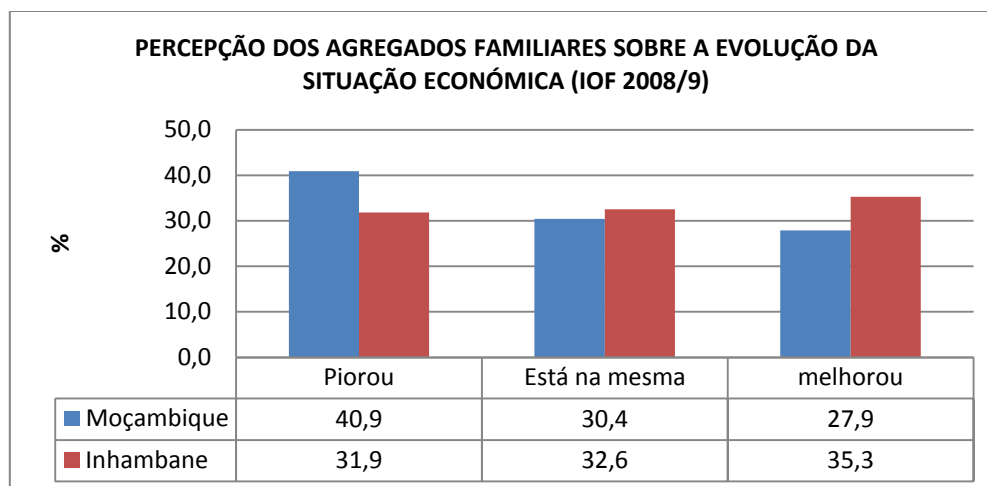
De modo a medir a percepção da dinâmica do desenvolvimento da sociedade, questionámos sobre o sentido da mudança registada nos últimos cinco anos, tanto a nível individual como colectivo. Ao nível colectivo a percepção é de que a mudança foi positiva (13,1%), ou seja, entre Muito Bom e Bom. Razoável 34,7%; não mudou 34,7% e piorou: 17,5% (ESHTI: 2009).

Ao nível individual a percepção da mudança tem o mesmo sentido: 15,5% consideram positiva, entre Muito Bom e Bom; de certa forma melhorou: 34,7%. Não mudou: 31,3% e piorou: 18,2%. Ainda ao nível individual, 0,5% preferiram afirmar que não sabem.

Segundo o IOF, as opiniões dos cidadãos sobre evolução da economia da província em 2009 relativamente ao ano anterior, estão divididas: mais de 35% (contra 25,7% a nível nacional) considera que melhorou; cerca de um terço (32,6% contra 30,4% a nível nacional) considera que está na mesma e 31,9% (contra 40,9% a nível nacional) considera que a piorou. De um modo geral, a

percepção é de que a situação económica em Inhambane evoluiu mais positivamente do que a média do país.

Gráfico 7 – Percepção dos AF sobre a evolução da situação económica (IOF 2008/09)



Fonte: IOF (2008/9)

A evolução do IDH e restantes indicadores reforçam a percepção positiva dos cidadãos conforme a análise apresentada na secção seguinte.

3.3.4. Produção de Bens e Serviços

3.3.4.1. Agricultura

A agricultura é a actividade dominante na província, praticada em todos os treze distritos, envolvendo fundamentalmente as famílias locais. As principais culturas alimentares do sector familiar são: milho, *feijão-nhemba*, *mexoeira*, *mapira*, amendoim, mandioca, hortícolas e leguminosas diversas. A copra, *mafurra*, cana-de-açúcar, batata-doce, o gergelim, algodão, caju e o coco são também produzidas e comercializadas na província. De todos estes produtos o mais cultivado é a mandioca (ESHTI: 2009).

A produção agrícola melhorou na última década, chegando a duplicar o seu volume total em toneladas, sobretudo culturas tolerantes a seca, aliado ao relançamento da cultura de batata-reno na província. Os altos níveis de produção alcançados na última campanha agrícola resultam da conjugação de vários factores como: o aumento dos investimentos no sector com impacto no aumento da área cultivada, a regular queda pluviométrica na última campanha associada com os investimentos em sistemas de irrigação e o aproveitamento das zonas baixas.

A província tem conhecido nos últimos anos, a expansão dos serviços de extensão rural que actualmente assiste em média 18.200 camponeses, os quais beneficiam de novas práticas de produção sustentável, contribuindo assim para a melhoria da produtividade e do rendimento, minorando assim os problemas de insegurança alimentar na província.

No entanto, ainda persistem factores limitantes que influenciam directamente na produção de culturas alimentares, nomeadamente: escassez ou irregularidades de chuvas em algumas campanhas, fraco potencial agro-ecológico das terras, falta ou insuficiência de sementes, utensílios de produção, tracção animal e de condições de rega, ausência de cultura de uso de adubos e fertilizantes pela

maioria dos seus habitantes, pragas, entre outros. O quadro 12 a seguir, ilustra a produção nos últimos 10 anos:

Quadro 12 – Produção Agrícola da Província no período 2000 – 2009

Unidade: Tons

Designação da Cultura	Anos										Taxa cresc	Taxa Média
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009		
Milho	33.926	43.715	40.219	13.810	31.877	10.200	176.400	98.851	150.158	171.442	405%	45%
Arroz	4.920	6.196	2.220	857	2.272	9.750	7.600	7.300	10.332	10.209	108%	12%
Mexoeira	1.702	2.905	1.467	0	6.712	2.560	8.640	6.870	4.038	15.910	835%	93%
Mapira	11.688	13.171	15.240	619	10.500	8.640	58.320	18.000	24.012	42.850	267%	30%
Feijões	9.342	15.758	16.362	6.872	15.272	9.215	17.640	18.100	20.768	33.617	260%	29%
Amendoim	21.642	14.544	15.253	8.966	14.748	12.000	94.500	32.540	34.214	37.683	74%	8%
Mandioca	227.637	373.266	315.646	241.342	333.300	230.400	518.400	680.000	706.322	1.317.321	479%	53%

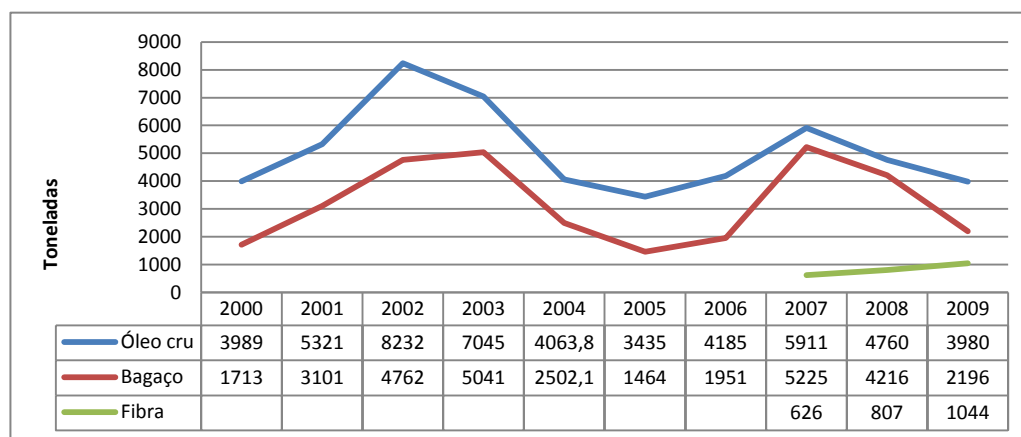
Fonte: Balanço do Governo Provincial

O efectivo pecuário em 2009 atingiu os seguintes níveis: bovinos 165.555; caprinos 145.729; ovinos 15.004; suínos 36.953 e asininos 7.089.

3.3.4.2. Indústria

Para além da indústria gráfica que, em 2008, produziu 532.571 unidades e a indústria de mobília de madeira que produziu 3.925 unidades, o sal constitui a maior produção com cerca de 7.700 t, seguido pelo óleo cru de copra com cerca de 5.300 t, respectivo bagaço com aproximadamente 3.200 t e pelo sabão em barra com 2.659 t. Destes produtos parte foi exportada, conforme mostra o gráfico seguinte.

Quadro 13 – Exportações da Indústria Transformadora (2000-2009)



Fonte: DPIC-Inhambane (2009)

3.3.4.3. Energia Eléctrica

Inhambane produziu em 2006 e 2007, 2.389 e 2.302 GWH de energia eléctrica e adquiriu da HCB 30.662 e 31.092 GWH, respectivamente. A energia adquirida da HCB aumentou em 2008 para 39.851 GWH. O número de consumidores subiu de 16.488 em 2006 para 34.843 em 2007. Em 2008 registaram-se 21.873 consumidores. Mais de metade dos consumidores é doméstica. Os consumidores de baixa tensão que ocupam quase um quarto do número total registaram-se principalmente em 2007. Os de média e alta tensão correspondem somente a 0,2%.

3.3.4.4. Turismo

A província de Inhambane, coberta por extensos palmares, famosa por possuir um dos maiores Arquipélagos do País, o Arquipélago de *Bazaruto*, o Turismo é a grande aposta para o desenvolvimento da economia da província.

Na longa costa com cerca de 700 km existem belas praias com condições para vários desportos aquáticos em todos os distritos costeiros. Os principais investimentos existentes estão localizados nos distritos de *Inhassoro*, *Vilankulo*, *Massinga*, *Inhambane*, e *Jangamo*.

No interior, as florestas e a fauna bravia são também importantes bases para o desenvolvimento turístico; a EN1, que atravessa a Província, permitindo a circulação entre o Zimbabwe e a África do Sul, torna interessante o desenvolvimento do turismo do chamado “*Back Packer*”, que incentiva o desenvolvimento de estruturas de características típicas locais, impulsionando o crescimento do empresariado local.

Actualmente e exploração das potencialidades turísticas está concentrada ao longo da zona costeira onde para além da concepção, produção, promoção e venda de produtos eminentemente turísticos, são oferecidos serviços de alojamentos, restaurante e bar, animação turística, Pesca desportiva, safari oceânico, mergulho e diversa gastronomia, num ambiente invulgar nas deliciosas praias. No que concerne ao eco-turismo, a província tem a Reserva Nacional de *Pomene*, os Parques Nacionais do *Bazaruto* (Parque marinho) e de *Zinave*, localizados nos distritos de *Massinga*, *Inhassoro* e *Mabote*, respectivamente.

O quadro 1 seguinte mostra a evolução dos principais indicadores de avaliação de desempenho do sector turístico na Província:

Quadro 14 – Evolução do Desempenho do Sector Turístico na Província

Variável em Análise na Área do Turismo	Anos						Taxa de Incremento
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Produção Sectorial (10 ³ Mts)	149.883,98	186.870,95	210.000,00	274.845,84	336.000,00	360.000,00	140%
Receitas Provenientes do Sector (10 ³ Mts)	24.980,66	37.374,19	42.000,00	45.807,64	56.000,00	60.000,00	140%
Estabelecimentos Turísticos	270	296	322	378	431	491	82%
Emprego Criado no Sector	2.222	2.542	3.351	3.833	4.521	5.265	137%
Investimentos no Sector (10 ³ USD)	2.779,00	3.200,00	18.420,00	89.057,65	150.538,00	175.000,00	6197%

Fonte: Balanço Quinquenal do Governo Provincial 2005 - 2009

No período 2004 a 2009, a produção do sector do turismo cresceu 140% com uma média anual de 19%; as receitas arrecadadas pelo Estado provenientes do sector cresceram em 140%, com uma média anual de 20%; os estabelecimentos turísticos na província tiveram um incremento na ordem de 82% com uma taxa média anual de 19% e, o volume de investimentos para o sector no mesmo período, atingiu um crescimento na ordem de 6.179% com uma média anual na ordem de 192%.

3.3.4.5. Transportes e Comunicações

Inhambane é acessível por meios de transporte rodoviários, aéreos e marítimos. No interior da província a maior parte de pessoas e bens são transportadas pelos transportes rodoviários, cujas vias primárias, secundárias, terciárias e vicinais totalizam uma extensão de 4.603 km (*Quadro 4*).

Em termos de infra-estruturas, a província apresenta um grande défice. Segundo a Direcção Provincial de Obras Públicas e Habitação (DPOH), a Província de Inhambane possui uma rede viária

estimada em 4.603 km da qual 558 km de extensão são estradas primárias, 266 km são estradas secundárias, 1.139 km de extensão são estradas terciárias, 885 km de extensão são estradas vicinais e 1755 km de extensão são estradas não classificadas.

As estradas vicinais e as não classificadas são aquelas que ligam as vilas e o interior, jogando um papel muito importante no escoamento dos produtos e bens das zonas produtoras para os centros de consumo e vice-versa. O nível de transitabilidade, de acordo com a fonte, varia de razoável a mau e em certos momentos o seu estado é bastante crítico, tornando quase impossível a transitabilidade na estação chuvosa, conforme ilustra o quadro 15 seguinte:

Quadro 15 – Estado das vias de acesso e o nível de transitabilidade da Província

Classificação das Estradas	Extensão		Condições de Transitabilidade das Estradas da Província							
			Boa		Razoável		Má		Muito Má	
	Km	%	Km	%	Km	%	Km	%	Km	%
Estradas Primárias	558	12%	357	64%	73	27%	66	12%	66	12%
Estradas Secundárias	266	6%	33	12%	148	191%	59	22%	26	10%
Estradas Terciárias	1,139	25%	243	21%	508	19%	283	25%	105	9%
Estradas Vicinais	885	19%	196	22%	216	86%	404	46%	66	7%
Estradas Não Classificadas	1,755	38%	200	11%	758	97%	773	44%	23	1%
Total de Extensão	4,603	100%	1,029	22%	1,703	37%	1,585	34%	286	6%

Fonte: Relatórios da DPOPH

Se considerarmos que a extensão da rede rodoviária na Província é de 4.603 Km, cerca de 57% da mesma são estradas vicinais e não classificadas, ou seja, uma extensão de 2.640 Km, sendo cerca de 66% destas, são estradas não classificadas. A maior parte das vias terciárias e vicinais, que garantem as ligações entre as principais vias e os locais de interesse turístico, encontram-se em más condições de transitabilidade.

A província possui dois importantes aeródromos com a categoria internacional, sendo um no Município de *Vilankulo* e outro na cidade capital provincial *Inhambane*. Tem ainda pistas de aterragem no Posto Administrativo do *Save*, nas Ilhas *Bazaruto*, *Santa Carolina*, *Magaruque* e *Benguerrua* no Arquipélago de *Bazaruto*, em *Morrungulo* no distrito de *Massinga* e no Parque Nacional de *Zinave*, no distrito de *Mabote*.

No subsector marítimo e fluvial, a província possui uma frota de embarcações que permite a ligação entre as cidades da *Maxixe* e a capital provincial, ligação com o Arquipélago de *Bazaruto* e o Cabo São Sebastião (*Quewene*). Em 2004 funcionavam cerca de 104 embarcações que operavam na área de transporte marítimo e fluvial, elevando-se este número para 266 em 2009, o que representa um incremento na ordem de 156%. No ano findo (2010), duas embarcações entraram em funcionamento com uma capacidade de 90 passageiros, operando mesmo no período da noite, o que permite oferecer maior segurança e conforto.

Em 2009, as pontes cais das cidades de *Inhambane* e *Maxixe* sofreram obras de reabilitação, abrindo oportunidades para o desenvolvimento e operacionalização de diversas actividades socioeconómicas. Presentemente, alguns cruzeiros têm escalado e desembarcado visitantes nas Ilhas do Arquipélago de *Bazaruto*, praias de *Pomene* e *Barra*.

As comunicações na província, conheceram melhorias significativas com a expansão da telefonia móvel em todos os distritos da província, aliada a rede fixa que também faz cobertura a todos os distritos da província.

Diversas acções foram levadas a cabo no sector das telecomunicações como a expansão das redes de telefonia móvel e fixa que resultaram na cobertura de todos os distritos pelas duas redes. No final do quinquénio 2005-2009, o parque de telefonia da Província passou a contar com 2.877 telefones instalados, sendo 2.646 de assinantes privados, 147 público e 67 telefones públicos a cartão. Comparativamente ao ano de 2004 durante o qual funcionaram 2.518 telefones instalados, entre privados e públicos, a realidade de 2009 significa um crescimento na ordem de 14,3%.

Quadro 16 – Unidades da rede de telefonia fixa instaladas

Unidade: Linhas, postos e telecartão instaladas

Instalação de Rede de Telefonia Fixa na Província	Instalações por Ano					Taxa Cresc	Taxa Média
	2005	2006	2007	2008	2009		
Linhas telefónicas instaladas	2276	2528	2735	2970	3019	33%	7%
Postos de Telefone Púb. instalados	120	306	401	521	542	352%	70%
Cabines telecartão instalados	72	70	69	57	75	4%	1%

Fonte: Balanço do Governo Provincial 2005-2009

No entanto, em termos de telecomunicações, existem na província ligações por Internet, telefone fixo e móvel e via rádio.

3.3.4.6. Comércio

A província de Inhambane possui um comércio diversificado. Está bem integrada nas redes de mercado, quer entre os distritos da província, quer entre as províncias vizinhas mais próximas (Maputo, Gaza, Manica e Sofala). A actividade comercial é baseada sobretudo na produção e transacção de produtos agro-pecuários produzidos basicamente a nível do sector familiar e bens de consumo essenciais.

Embora exista na província sistemas de crédito formal e informal, a grande limitação a nível comercial verifica-se em termos de escassez de excedentes.

Quadro 17– Evolução da Rede Comercial

Unidade: Estabelecimentos físicos

Tipo de Actividade Comercial	Anos		Taxa de Crescimento	Peso na Estrutura
	2004	2009		
Comércio Grossista	230	548	138%	16%
Comércio Retalhista	970	2614	169%	68%
Prestação de Serviços	226	770	241%	16%
Total	1.426	3.932	176%	100%

Fonte: Balanço do Governo Provincial 2005 - 2009

Com os 3.932 estabelecimentos comerciais em funcionamento o rácio habitantes por estabelecimento comercial é estimado em 328 pessoas por dia, situação considerada positiva quando comparada com o número estabelecido por regra que é de 500 pessoas por estabelecimento comercial por dia.

A comercialização agrícola e dos produtos em geral, regista uma tendência de crescimento no volume de produtos transaccionados entre os principais produtos agrícolas na Província, nomeadamente: a copra, a castanha de caju, o milho, a mandioca, entre outros.

Entre 2000 e 2009, a produção comercializada na província cresceu em 385% com uma taxa média de crescimento anual na ordem de 43%. O quadro 18, ilustra a volume de produção comercializada, por ano, em toneladas.

Quadro 18 – Produção Comercializada na Província

Unidade: Tons

<i>Produto</i>	<i>2000</i>	<i>2001</i>	<i>2002</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>	<i>2005</i>	<i>2006</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>
Milho	662	684	368	600	547	494	346	820	1.010	1.089
Amendoim	355	261	159	71	186	383	146	251	500	1.501
Feijões	56	184	151	115	566	197	473	396	1.004	1.031
Copra	9.883	13.458	21.495	19.442	15.209	15.855	19.839	28.402	29.577	28.406
Mafurra	119	176	650	360	204	226	71	70	131	400
Castanha de caju	572	90	750	3.986	2.146	6.381	6.238	7.324	928	8.251
Mandioca	242	233	283	310	462	594	337	562	1.020	1.175

Fonte: Balanço do Governo Provincial 2005 – 2009

3.3.5. Emprego

Para a intermediação entre o mercado dos recursos humanos e do trabalho funcionam a nível da província três centros de emprego nos distritos de *Vilankulo, Maxixe e Inhambane*.

De um modo geral, existem na província de Inhambane 3.603 unidades económicas que correspondem a 7,5% do total nacional. Estas unidades económicas empregam 26.591 pessoas, ou seja, 5,1% do total do país. O número médio de empregados por unidade económica em Inhambane é de 7, contra uma média de 11 nacional.

Quadro 19 – Número de Unidades Económicas e Número de Empregados ao serviço

Descrição	Número Un. Económicas	Número Empregados	Nr. Médio de Empregados/ Un. Económica
Moçambique	48.148	521.207	11
Inhambane	3.603	26.591	7
Inhambane/Moçambique	7,5%	5,1%	

Fonte: Balanço do Governo Provincial 2005 – 2009

Das unidades económicas, 1.821 (51%) são empresas, empregando 15.306 pessoas (58% do emprego total). Ao nível nacional o número de empresas é de 66% das unidades económicas e empregam 60% da mão-de-obra total. Estas empresas possuem um volume global de negócios de 972.902 Milhões de Meticais (10^6 Mt) contra $66.444.254 \times 10^6$ Mt ao nível nacional.

Quadro 20 – Distribuição das empresas pelos distritos, cidades e vilas

	Nr. Empresas	%	Nr. Pessoas	%	Vol. Neg	%
<i>Inhambane (cde)</i>	198	11%	2.161	14%	191.092	20%
<i>Funhalouro</i>	59	3%	197	1%	11.458	1%
<i>Govuro</i>	71	4%	381	2%	56.044	6%
<i>Homoine</i>	94	5%	1.098	7%	22.982	2%
<i>Inharrime</i>	96	5%	315	2%	32.850	3%
<i>Inhassoro</i>	110	6%	314	2%	70.761	7%
<i>Jangamo</i>	67	4%	393	3%	32.266	3%
<i>Mabote</i>	89	5%	344	2%	33.954	3%
<i>Massinga</i>	235	13%	1.391	9%	85.138	9%
<i>Maxixe</i>	230	13%	3.870	25%	234.285	24%
<i>Morrumbene</i>	171	9%	356	2%	74.353	8%
<i>Panda</i>	49	3%	266	2%	13.687	1%
<i>Vilankulo</i>	181	10%	3.800	25%	81.185	8%
<i>Zavala</i>	171	9%	420	3%	32.849	3%
Total	1.821	100%	15.306	100%	972.904	100%

Fonte: INE 2007

Do total do emprego provincial, a administração pública emprega 8.140 pessoas em 957 unidades orgânicas, contra 173.495 pessoas e 12.196 unidades orgânicas a nível nacional.

As instituições sem fins lucrativos empregam 3.145 pessoas em Inhambane (contra 46.567 ao nível nacional). O número destas instituições na província é de 682, enquanto ao nível nacional é de 4.217.

3.3.6. Desemprego

Uma das grandes preocupações da província de Inhambane é o desemprego que cresceu de 2.137 desempregados inscritos em 2004 para 10.074 em 2008. As ofertas de trabalho recebidas e as colocações mais altas efectuadas registaram-se em 2006, situando em 420 e 426, respectivamente. O desemprego em Inhambane reflecte a falta de emprego ao nível nacional.

De 2004 a 2008, o crescimento médio do desemprego em Inhambane foi de 5,5%, enquanto ao nível do país foi de 4,2%. As linhas de tendência da evolução do desemprego de Inhambane e do País tendem a encontrar-se com o tempo, o que significa que o desemprego de Inhambane tende a ser igual à média do país. Apesar do elevado desemprego formal foram criados muitos postos de trabalho através do orçamento de investimento a iniciativas locais, vulgo, 7 milhões. Outro aspecto relacionado com o emprego é a segurança social, cujo desempenho é ilustrado na tabela seguinte.

Quadro 21 – Segura social na Província

Descrição	Meta	Realizado	GC
Empresas inscritas	558	944	169.2%
Trabalhadores beneficiários	10.087	17.962	178.1%
Manutenção voluntária de inscrição	324	705	217.6%

Fonte: DP Trabalho – Inhambane (2009)

Ao nível da inspeção do trabalho foram fiscalizados 3.134 estabelecimentos ou centros de trabalho contra 3.180 planificados, representando 99%. Também foram realizados 169 encontros de divulgação da Lei de Trabalho contra 198 planificados, equivalentes a 85%.

3.4. Caracterização Sócio-Cultural

A caracterização sócio cultural será feita através da análise dos sectores de saúde, educação e dos dados populacionais.

3.4.1. Saúde

Desde a proclamação da Independência Nacional, em 1975, o Estado moçambicano considerou a saúde como um bem e condição essencial para o desenvolvimento sustentável, constando na Constituição da República (Artigo 94) que todos os cidadãos têm direito à assistência médica e sanitária, nos termos da lei, e o dever de defender e promover a saúde.

O Governo constatou que o estado de pobreza da população influencia grandemente no estado de saúde e que, embora se possam estabelecer mecanismos para atenuar a pobreza e melhorar o estado de saúde da população, a solução passa pelo desenvolvimento económico e social, pelo que, em última análise, a saúde da comunidade resulta de um esforço de desenvolvimento multi-sectorial. Desta forma, a Política Nacional de Saúde conjuga os esforços empreendidos por diversos sectores que têm implicações na saúde pública.

A política de saúde baseia-se nos cuidados de saúde primários, de modo a poder prestar assistência à grande maioria da população, em particular, aos grupos mais vulneráveis, tendo em conta a redução das elevadas taxas de mortalidade no País. A expansão e melhoria da qualidade e equidade no acesso aos cuidados de saúde constituem uma das importantes estratégias globais da luta contra a pobreza das camadas mais vulneráveis da população (MISAU, Plano Estratégico Nacional, 2004-2008).

Na província de Inhambane a taxa bruta de natalidade, número de nascimentos por cada mil habitantes, baixou de 43 em 1997 para 40 em 2007. Portanto, em cada mil habitantes nascem cerca de 40 pessoas.

A taxa bruta de mortalidade é a razão entre o número de óbitos acontecidos num ano e a população estimada para meados desse ano. Nesta província, segundo o Censo de 2007, a taxa bruta de mortalidade (por mil nascimentos) reduziu de 20 em 1997 para 19 em 2007.

Em 2010 a província dispunha de 115 unidades sanitárias, das quais 11 postos de saúde, 85 Centros de Saúde do tipo II, 15 Centros de Saúde do tipo I, 1 Hospital Distrital, 2 Hospitais Rurais e 1 Hospital Provincial.

Em relação aos indicadores de saúde do ano de 2009 a 2010 há a destacar:

- Melhoria da cobertura de partos institucionais em 7,8% (de 375.533 a 404.985);
- Diminuição dos casos de malária (de 375.669 para 314.750);
- Melhoria da cobertura vacinal em todas vacinas;
- Actualmente a taxa de prevalência é de 8.5%. Existem 304.435 pessoas vivendo com HIV-SIDA, destes 5.370 estão em Tratamento Anti-Retroviral.

No que concerne a cobertura em termos de abastecimento de água na zona urbana, foram realizadas 12.247 novas ligações, sendo 6.106 na cidade de Inhambane e 6.141 na cidade da Maxixe, o que

resultou num nível de cobertura de abastecimento de água urbana de 53,8% para 100% na cidade de Inhambane e de 30% para 76,6% para a cidade da Maxixe. Na zona, o nível de cobertura em abastecimento de água representa cerca de 57,4% servindo um total de 964.992 pessoas em toda a Província. A tabela 11 ilustra o nível de cobertura no abastecimento de água por distrito da Província:

Quadro 22 – Taxa de cobertura de abastecimento de água por distrito

Distritos da Província	Taxa de cobertura por ano					Cobertura Média
	2004	2005	2006	2007	2008	
<i>Zavala</i>	11,0	15,0	35,0	39,0	41,5	28,3
<i>Inharrime</i>	48,0	50,0	50,0	51,0	52,9	50,4
<i>Jangamo</i>	26,0	27,0	35,0	40,0	45,3	34,7
<i>Panda</i>	97,0	100,0	100,0	100,0	100,0	99,4
<i>Homoíne</i>	32,0	38,0	38,0	39,0	47,7	38,9
<i>Morrumbene</i>	39,0	41,0	45,0	49,0	54,5	45,7
<i>Massinga</i>	51,0	55,0	71,0	75,0	74,2	65,2
<i>Vilankulo</i>	59,0	67,0	94,0	96,0	89,9	81,2
<i>Funhalouro</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Mabote</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Inhassoro</i>	75,0	80,0	80,0	100,0	100,0	87,0
<i>Govuro</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Inhambane</i>	53,8	58,6	62,5	60,3	93,0	65,6
<i>Maxixe</i>	29,6	30,4	32,4	20,9	60,0	34,7
Total Província	50,9	57,4	54,4	60,8	65,2	57,74

Fonte: Balanço do Governo Provincial 2005 - 2009

Como se pode constatar, quatro distritos tem cobertura total, nomeadamente: *Panda*, *Funhalouro*, *Mabote* e *Govuro*. O distrito de *Vilankulo* tem 81%; *Inhassoro*, 87%; *Inhambane*, 66%; *Massinga*, 65%; *Inharrime*, 50%. Os restantes distritos têm uma cobertura inferior a 50%.

3.4.2. Educação

De um modo geral, em Inhambane, a taxa de analfabetismo tem vindo a reduzir gradualmente (INE, Censo de 2007). A proporção de pessoas de seis anos e mais que não sabem ler nem escrever passou de 54% em 1997 para 42% em 2007.

Até 2009 a província de Inhambane possuía um total de 962 escolas de ensino primário, 27 escolas de ensino secundário, 192 centros de educação de adultos, 4 escolas técnicas e profissionais, 4 institutos de formação profissional, e 5 instituições de ensino superior.

O Governo apostou na expansão e ampliação da rede escolar com a abertura de 248 novas unidades de ensino. Actualmente, a província possui uma rede escolar composta por 1002 unidades de ensino das quais 720 Escolas Primárias do 1º grau, 242 escolas do 2º grau, 20 escolas secundárias básicas, 7 escolas secundárias e 5 Universidades. Além destas, a província possui 8 escolas de formação sendo 4 para formação de professores e 4 para o ensino técnico profissional.

De 2004 a 2009, a rede escolar na província (excluindo a alfabetização e educação de adultos) cresceu em termos globais, cerca de 33%, sendo o ensino primário do 2º grau, Secundário geral e o ensino superior os que mais cresceram com uma expansão de 128%, 117% e 150%, respectivamente,

contra 15% de crescimento da rede escolar para o ensino primário do 1º grau, em todo o período em análise, conforme ilustra o quadro 23:

Quadro 23 – Rede escolar por nível de ensino na Província

Unidade: Estabelecimentos de ensino por grau académico

Rede Escolar por nível de Ensino na Província	Anos						Taxa Cresc
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Escola Primária do 1 Grau	624	647	657	674	707	720	15%
Escola Primária do 2 Grau	106	127	140	161	200	242	128%
Escola Secundária Básica	13	14	16	19	19	20	54%
Escola Secundária Médio	3	3	6	6	7	7	133%
IFP's	2	3	3	4	4	4	100%
ETP	3	3	4	4	4	4	33%
Ensino Superior	2	2	4	4	5	5	150%
Subtotal	753	799	830	872	946	1002	33%
Alfabetização e Ed. de Adultos	194	217	223	194	179	180	-7%
Total da rede	947	1016	1053	1066	1125	1182	25%

Fonte: Balanço Quinquenal do Governo Provincial 2005 - 2009

O crescimento do efectivo da população estudantil, em termos globais, tem uma taxa inferior a da expansão da rede escolar na província (33% de taxa de expansão da rede, contra 28% de taxa de crescimento do efectivo de alunos).

No entanto, o efectivo de estudantes que demandaram as instituições de ensino superior na província no período em referência, teve uma taxa de crescimento seis vezes superior a taxa de expansão das instituições de ensino superior (150% de taxa de expansão da rede de universidades, contra a taxa de crescimento do efectivo de estudantes universitários de 964%). Em igual período, o efectivo de alunos do ensino primário do 1º grau, cresceu apenas a uma taxa de 11% com uma média anual de cerca de 2%, conforme ilustra o quadro 24 seguinte:

Quadro 24 – Efectivo de alunos por nível de Ensino na Província

Unidade: alunos por nível de ensino

Efectivo Escolar por Nível de Ensino na Província	Anos						Taxa Cresc
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Escola Primária do 1 Grau	241.818	263.602	270.145	272.283	272.990	267.337	11%
Escola Primária do 2 Grau	43.676	47.007	47.730	50.611	67.770	74.925	72%
Escola Secundária Básica	18.315	22.150	26.645	30.494	34.621	40.022	119%
Escola Secundária Médio	2.119	2.662	4.140	4.944	6.396	7.643	261%
IFP's	939	973	888	922	867	1.339	43%
ETP	1.227	1.595	1.171	1.960	1.823	2.007	64%
Ensino Superior	230	314	692	1663	1551	2448	964%

Efectivo Escolar por Nível de Ensino na Província	Anos						Taxa Cresc
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Subtotal	308.324	338.303	351.411	362.877	386.018	395.721	28%
Alfabet e Ed. de Adultos	32.392	37.232	37.403	35.249	36.605	41.455	28%
Total do Efectivo Escolar	340.716	375.535	388.814	398.126	422.623	437.176	28%

Fonte: *Balanço Quinquenal do Governo Provincial 2005 – 2009*

Apesar do declínio acentuado da taxa de crescimento dos centros de alfabetização e educação de adultos (7% negativo), a demanda e o efectivo de alfabetizados cresceu a taxa de 28%, representando uma taxa média anual de 5% em todo o período analisado.

3.4.3. População

A população da província corresponde a 7% da população nacional e na mesma proporção se encontra a população rural e a população de 0 a 14 anos de idade. A população idosa, com 60 anos ou mais, corresponde a 6% em Inhambane e somente a 4% no país.

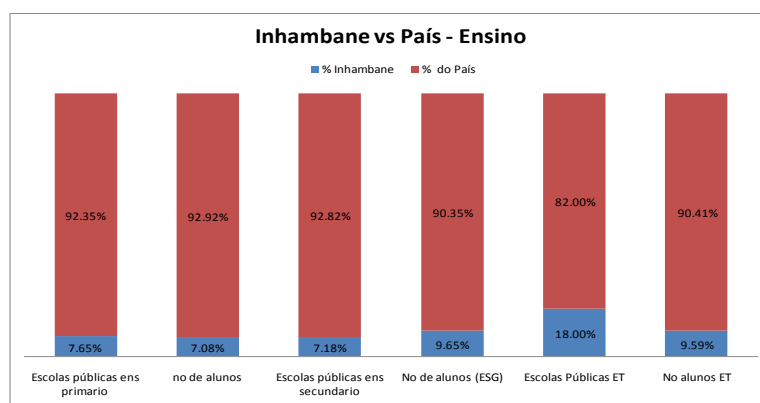
A população provincial é estimada em 1.267.035 milhões de habitantes, de acordo com dados preliminares do 3º e último Censo Geral da População realizado em 2007 (INE). Do total desta população, 559.843 são do sexo masculino e 707.192 são do sexo feminino. A densidade populacional é de 18,47 habitantes por km².

A população é predominantemente jovem (45% abaixo dos 15 anos) e feminina (56%), ou seja, para cada 100 mulheres existem 80 homens. Da população total, 79% vivem nas zonas rurais e em cada agregado familiar existem, em média, 4 a 5 pessoas. Um em cada vinte e cinco agregados (4%) possui electricidade na sua habitação; 4,4% dos agregados possui água canalizada, dos quais 0,8% no interior da sua casa e os restantes 3,6%, fora da casa.

A despesa média mensal da população situa-se a 3116 Mt (equivalente a 94% da média nacional que se situa a 3.300 Mt) e está distribuída da seguinte maneira:

Mais de metade da despesa corresponde a alimentação e um quarto aos combustíveis. As despesas em bens com uma certa durabilidade como mobiliário e vestuário correspondem a 6% e 5%, respectivamente. Esta distribuição da despesa é similar a distribuição da despesa nacional.

Gráfico 8 – Escolas Públicas de Inhambane vs País (%)



Fonte: DP Educação – Inhambane (2009)

A proporção da população provincial reflecte-se também nas estatísticas do ensino, particularmente, no número de escolas públicas e de alunos do ensino primário e do ensino secundário. O ensino técnico é que apresenta uma percentagem superior em Inhambane: 18% com cerca de 10% do total dos estudantes do ensino técnico nacional. Na área de saúde, Inhambane possui 8% das unidades sanitárias do país. Outros indicadores de saúde são os seguintes:

Quadro 25 – Alguns Indicadores de Saúde

Indicador	Inhambane	País
Taxa de baixo peso à nascença	7.3	11.3
Taxa bruta de natalidade	37.7	39.4
Esperança de vida (anos)	50.5	47.9
Taxa de crescimento natural	2.2	2.4

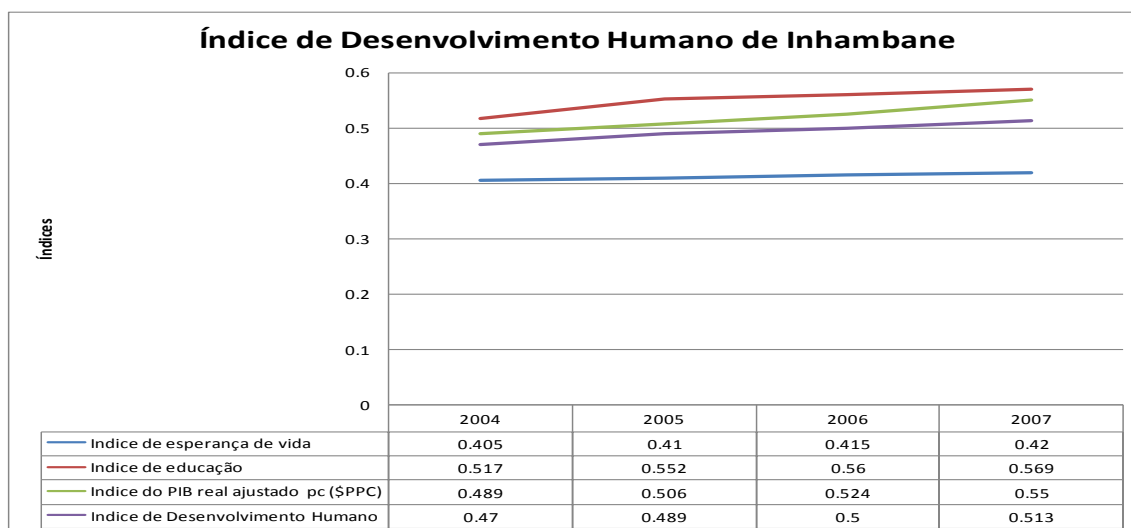
Fonte: DPS – Inhambane (2009)

Os indicadores de saúde das crianças menores de cinco anos são apresentados no gráfico seguinte. A província de Inhambane com 36% de crianças, menores de cinco anos com desnutrição crónica, encontra-se na quarta posição depois da cidade de Maputo com 25%, Maputo província com 28% e Gaza com 34%. Sobre a insuficiência de peso, a província de Inhambane encontra-se igualmente na quarta posição com 12%, depois da Cidade de Maputo, Maputo Província e Gaza, todas com 7%. Sobre a taxa de mortalidade, a província de Inhambane encontra-se em terceiro lugar com 117 mortos por cada 1.000 crianças vivas, depois de Maputo Província com 103 e de Maputo Cidade com 108.

3.4.4. Índice de Desenvolvimento Humano

Em Inhambane, o IDH apresenta uma evolução positiva de 2004 a 2007.

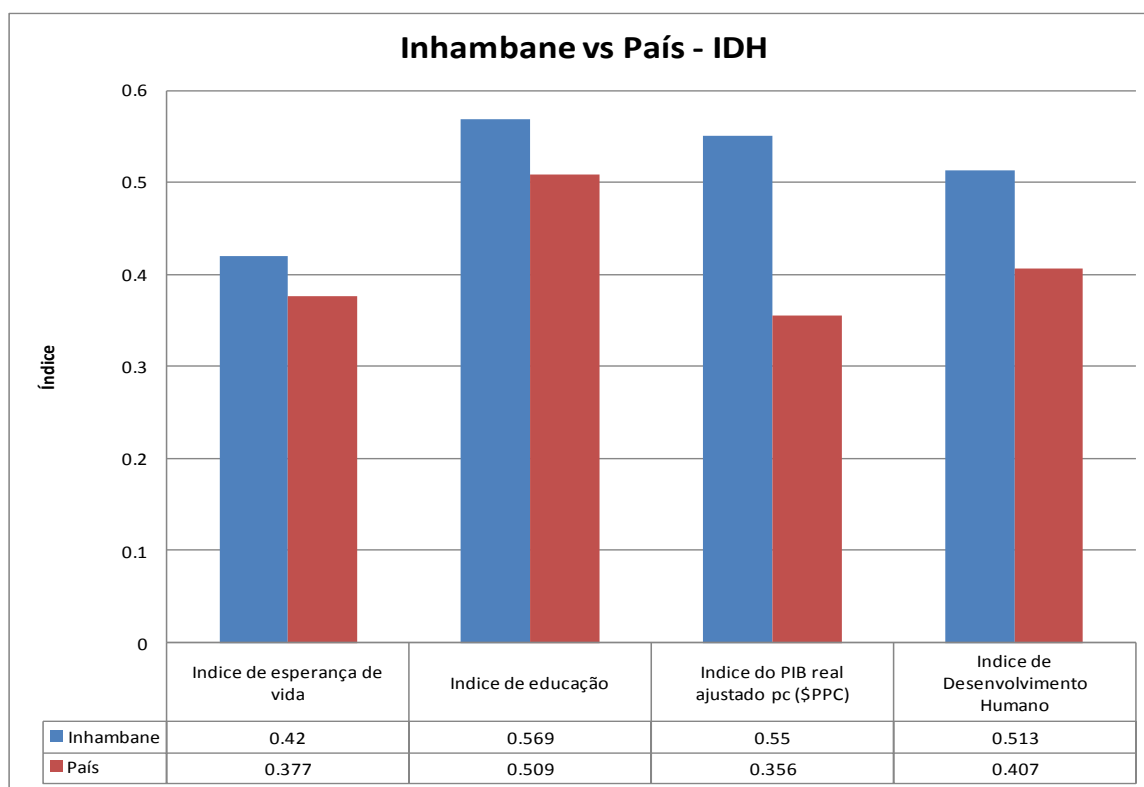
Gráfico 9 – Índice de Desenvolvimento Humano de Inhambane (2004-2007)



Fonte: INE – Inhambane (2009)

Todos os indicadores de base do IDH cresceram regularmente durante o período e, em geral, o IDH de Inhambane é superior à média nacional.

Gráfico 10 – Índice de Desenvolvimento Humano de Inhambane vs País (2007)



Fonte: INE – Inhambane (2009)

Na economia de Inhambane destaca-se o turismo que contribui com 20% do turismo nacional, medido pelo número médio anual de turistas.

3.5. Caracterização Tecnológica

Na área das tecnologias de informação e comunicação, o Governo da Província levou a cabo diversas acções visando promover a investigação, inovação, aquisição, adopção e disseminação de tecnologias apropriadas para as comunidades locais e para os sectores académico e produtivo.

No quadro da implantação das tecnologias de informação e comunicação na província, foram realizadas as seguintes acções: II mostra regional de ciência e tecnologia; a implantação da delegação provincial de ciência e tecnologia; a realização das olimpíadas regionais de Matemática (zonas centro e sul do país) no âmbito do programa “criando cientistas Moçambicanos do amanhã”; criada a comissão provincial que trabalhou nos preparativos e na participação na 29ª assembleia geral do conselho internacional de ciência (ICSU); realizadas expedições científicas visando fazer o pré-diagnóstico dos principais problemas que afectam as comunidades nos distritos de *Zavala*, *Inharrime*, *Vilankulo* e *Govuro* nas diversas áreas de actividades, entre outras acções.

O sistema de telefonia móvel e fixo foi introduzido em todos os distritos da província e, ao nível dos postos administrativos e, ao nível dos postos administrativos, o sistema de telefonia fixo está a ser implantado sendo a aposta, a implantação em todos os postos administrativos até o ano de 2012.

A implantação da rede de telefonia fixa em todos os postos administrativos, possibilitará a operacionalização da rede de dados e a utilização massiva da internet e telefax na província e o uso do código digital de múltiplo acesso (CDMA), já em uso nos distritos de *Massinga*, *Zavala* e nas cidades de *Inhambane* e *da Maxixe*.

Existe actualmente um Centro Provincial de Recursos Digitais (CPRD) que tem uma unidade móvel para a formação em tecnologias de informação e comunicação, implantado na capital provincial que já formou de 2006 até o primeiro semestre de 2010, cerca de 2.481 pessoas nos diversos distritos e cidades da província, conforme ilustram os quadros 26 e 27a seguir:

Quadro 26– Formações pela unidade móvel por distrito

Distritos	Ano/nº de formados					Total
	2006	2007	2008	2009	2010	
Govuro	0	0	20	20	26	66
Inhassoro	0	20	0	21	17	58
Vilankulo	20	0	19	22	26	87
Mabote	0	38	0	19	26	83
Funhalouro	0	24	230	17	21	292
Massinga	0	30	22	25	21	98
Morrumbene	0	31	28	23	13	95
Panda	0	20	23	21		64
Homoíne	0	20	20	28	23	91
Jangamo	20	0	20	35		75
Inharrime	0	20	18	24		62
Zavala	0	20	32	19		71
Maxixe	0	0	0	0		0
Total por distrito	40	223	432	274	173	1142

Fonte: Balanços quinquenal (2005-2009) e anual 2010 da DPCTI

Quadro 27– Formações pelo CPRD

Formados no CPRD	Ano/nº de formados					Total
	2006	2007	2008	2009	2010	
	157	80	358	641	103	1339

Fonte: Balanços quinquenais (2005-2009) e anual 2010 da DPCTI

Para além do CPRD, foram implantados dois centros multimédia comunitários (CMC) nos distritos de *Mabote* (2009) e *Morrumbene* (2010), compostos por telecentro e uma rádio comunitária. Criado em 2010, o portal do Governo Provincial onde são divulgados todas as realizações da Província.

3.6. *Análise SWOT*

O método SWOT analisa o ambiente externo e o ambiente interno. Do ambiente externo releva as oportunidades e as ameaças ou desafios enquanto do ambiente interno destaca os pontos fortes e os pontos fracos.

A análise SWOT será combinada com a análise PEST. A estrutura do PEST será adaptada para a análise interna. Na análise interna, nos factores político-legais, a análise incidirá sobre o funcionamento do governo provincial.

Quadro 28 - Análise PEST/SWOT

Factores	Ambiente Externo		Ambiente Interno	
	Oportunidades	Ameaças/desafios	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Político-Legais (Governo)	<ul style="list-style-type: none"> • Estabilidade política nacional; • Sistema democrático em consolidação; • Política do Governo favorável à criação de um bom ambiente de negócios; • Política do Governo favorável à inserção social; • Estabilidade política regional (SADC); • Estabelecimento de protocolos entre os países da SADC; • Adesão do país às convenções internacionais, como por exemplo, Convenção de Lomé, Sistema geral de Preferências, Câmara de Comércio Internacional, Centro Internacional para a Resolução de Disputas de Investimento, AGOA, acesso livre ao mercado da China; • Existência da Lei de Investimentos e benefícios fiscais; • Reforma do sector público; • Simplificação dos procedimentos de licenciamento de actividades económicas. • Existência de Legislação laboral • Existência de normas de qualidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ambiente de negócios ainda com muitos obstáculos; • Incapacidade de o país defender adequadamente os seus interesses nas organizações internacionais; • Dificuldade de implementação de legislação ao nível nacional; • A baixa produção nacional e falta de infra-estruturas adequadas ao apoio da produção dificulta por vezes o país beneficiar das oportunidades criadas pelos acordos internacionais (Ex: AGOA, CHINA, UE); • Vulnerabilidade das fronteiras; • Níveis salariais insuficientes em relação ao custo de vida; • Crise política no Zimbabwe e nos Grande Lagos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Governo provincial devidamente estruturado até ao nível do Distrito; • Conselhos Consultivos locais (distritais, postos administrativos e de localidade) a funcionar normalmente; • Assembleia provincial em funcionamento regular; • Autarquias a funcionar regularmente nas cidades e vilas, nomeadamente, Inhambane, Maxixe, Massinga e Vilankulo; 	<ul style="list-style-type: none"> • Escassez de recursos financeiros para o funcionamento pleno do Governo; • Escassez de recursos humanos devidamente qualificados; • Excessiva burocracia • Assembleia provincial a funcionar somente com um Partido representado; • Desmotivação de funcionários em alguns sectores públicos;

Factores	Ambiente Externo		Ambiente Interno	
	Oportunidades	Ameaças/desafios	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Económico	<ul style="list-style-type: none"> • Ambiente económico estável; • Crescimento económico permanente, desde há mais de 10 anos; • Inflação controlada a menos de um dígito; • Liberdade cambial; • Apoio externo ao OE; • Disponibilidade de recursos naturais, entre os quais, florestas, fauna bravia e marítima; recursos hídricos, minerais, terra fértil principalmente nas regiões Centro e Norte; potencial turístico invejável; • Infra-estrutura ferro-portuária ao serviço dos países do interland; • Existência do FDD (vulgo 7 Milhões); • Disponibilidade de mão-de-obra. • Disponibilidade de bolsas e feiras económicas e de turismo ao nível nacional. • Existência de zonas económicas especiais. • Política de alargamento da base tributária. 	<ul style="list-style-type: none"> • Assimetrias no desenvolvimento ao nível nacional; • Calamidades naturais cíclicas, entre cheias e secas; • Falta de infra-estruturas de gestão de água; • Infra-estruturas de transporte ferroviário insuficiente e infra-estrutura rodoviária deficiente para a ligação de diversas localidades dentro do país; • Transporte marítimo baseado em oligopólio, com preços altos e infra-estruturas inadequadas em alguns portos secundários e terciários. • Em geral, baixa produção e produtividade nacional e falta de competitividade dos produtos nacionais no mercado internacional; • Elevada dependência externa: cerca de metade do OE depende do financiamento exterior, nas formas de crédito e donativos. • Prática de queimadas descontroladas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento económico estável a uma taxa média superior a taxa média nacional; • Disponibilidade de recursos naturais, entre os quais, florestas, fauna bravia e marítima; recursos hídricos, minerais; • Potencial turístico invejável; • Autonomia local de gestão do FDD (vulgo 7 Milhões). • Disponibilidade de rede de transporte e comunicações; • Ambiente favorável de negócios; • Disponibilidade de mão-de-obra; • Existência de instituições bancárias e de micro-finanças; • Presença de uma delegação do Banco de Moçambique; • Expansão de instituições de colecta fiscal; • Potencial agrícola, em particular, de citrinos, manga, ananás e de coqueiros. • Disponibilidade de energia eléctrica e de gás natural. • Existência de instituições empresariais e da sociedade civil em geral que contribuem para o aumento de empregabilidade da mão de obra. 	<ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade local de exploração dos recursos; • Exploração não sustentável dos recursos naturais, em particular, florestais e marinhos. • Fraca capacidade de fiscalização dos recursos naturais; • Elevado défice orçamental; • Fraca rede da indústria transformadora, em particular, do agro processamento; • Falta de infra-estruturas de apoio a conservação e comercialização de produtos agrícolas; • Deficiente funcionamento dos sistemas de regadio e outras infra-estruturas de gestão de água; • Rede rodoviária insuficiente; • Estradas secundárias, terciárias e vicinais em mau estado de conservação; • Baixo nível de reembolso dos créditos do FDD. • Falta de domínio das Leis de trabalho.

Factores	Ambiente Externo		Ambiente Interno	
	Oportunidades	Ameaças/desafios	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Sócio-Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Diversidade social e cultural; • Utilização de uma língua oficial em todo o país; • Política do governo favorável ao desenvolvimento social e valorização da cultura nacional; • Disponibilidade de escolas e centros de saúde em todo o país; • Desenvolvimento do ensino privado a todos os níveis: primário, secundário e universitário; • Desenvolvimento da saúde privada em todo o país, entre importadores de medicamentos, provedores de saúde e farmácias; • Uso de línguas nacionais no ensino; • Reconhecimento da medicina tradicional. • Envolvimento de líderes comunitários no processo de desenvolvimento local 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades de comunicação entre comunidades de diferentes regiões que não dominam o Português (língua oficial); • Escassez de escolas em algumas zonas, particularmente, nas cidades e vilas, densamente povoadas; • Inadequadas condições em algumas escolas, em particular, nas zonas rurais; • Inadequadas condições em algumas unidades sanitárias nacionais; • Escassez de medicamentos no serviço nacional de saúde; • Mercado informal tanto de livro escolar como de medicamentos; • Falta de professores devidamente qualificados nos diversos níveis do ensino nacional; • Falta de motivação geral dos professores e dos agentes de saúde pública; • Inadequada divulgação da oferta e procura de emprego. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura de educação e de saúde implantada em toda a província; • Alguns indicadores de saúde favoráveis em relação à média nacional tais como “taxa de baixo peso à nascença” e “esperança de vida”. • Índice de desenvolvimento humano crescente ao nível da província; • Emprego crescente em particular nas cidades e vilas; • Existência de instituições de ensino superior e de formação técnica profissional; • Existência de instituições de promoção de emprego; • Implementação de programa de saúde preventiva; • Existência de festivais e de grupos culturais locais; • Rápida expansão da rede escolar no ensino básico; • Existência de locais históricos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de ensino pré-primário; • Não aderência das comunidades locais aos serviços de saúde; • Deficiente enquadramento dos professores do ensino primário devido a restrição orçamental. • Venda de livro escolar de distribuição gratuita e de medicamentos no mercado informal; • Deficientes condições de algumas unidades sanitárias locais. • Escassez de medicamentos nas unidades de saúde públicas; • Existência de escolas sem equipamento e mobiliário. • Falta de mecanismos para informação constante do cidadão sobre as oportunidades do emprego.

Factores	Ambiente Externo		Ambiente Interno	
	Oportunidades	Ameaças/desafios	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Tecnológico	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de uma Política e estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação no país; • Introdução do “governo electrónico”; • Disponibilidade de telefonia celular em todo o país; • Uso de internet em desenvolvimento ao nível nacional; • Relançamento do ensino técnico profissional ao nível do país; • Desenvolvimento do ensino superior no país; • Disponibilidade do IIAM; • Criação do Parque de Ciência e Tecnologia no país. • Existência de uma política de informática; • Expansão da fibra óptica por via terrestre e marítima; • Existência do fundo nacional de investigação; • Colaboração de universidade e indústria em pesquisa de desenvolvimento; • Implantação de vilas de milénio. 	<ul style="list-style-type: none"> • Burocracia persistente ao nível do Governo e do sector público; • Restrições orçamentais para desenvolvimento do “governo electrónico”; • Oligopólio nos serviços de telefonia celular; • Ensino técnico profissional incipiente ao nível nacional; • Ensino universitário direccionado em geral aos cursos relacionados com letras e não do “saber fazer” (Engenharias, etc.) • Baixo nível de uso de tecnologia desenvolvida ao nível nacional; • Falta de organismos de pesquisa aplicada ao nível nacional; • Falta de segurança do cabo de fibra óptica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade de sistemas de telefonia móvel em toda a província; • Uso de internet em desenvolvimento em todas as cidades e vilas; • Desenvolvimento do ensino técnico profissional ao nível da província; • Desenvolvimento do ensino superior na província; • Operacionalização da rede de dados (telefonia móvel, fixa, fax, internet) até aos distritos; • Existência de centros de multimédia (telecentro e rádio) comunitários; • Existência do portal do Governo Provincial; • Existência de jornadas e feiras científicas; • Existência de uma unidade móvel de formação em TICs (tecnologia de Informação e Comunicação); • Existência de um centro provincial de recursos digitais (CPRD). 	<ul style="list-style-type: none"> • Burocracia persistente ao nível do Governo e do sector público ao nível da província; • Restrições orçamentais para desenvolvimento do “governo electrónico”; • Oligopólio nos serviços de telefonia celular; • Ensino técnico profissional incipiente ao nível provincial; • Ensino universitário direccionado em geral aos cursos relacionados com letras e não do “saber fazer” (Engenharias, etc.) • Baixo nível de uso de tecnologia desenvolvida ao nível provincial; • Falta de organismos de pesquisa aplicada ao nível provincial. fraco domínio das TICs; • Falta de fundos para o acompanhamento das inovações; • Falta de investigadores e de instituições de pesquisa.

4. ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

A orientação estratégica será composta pelas seguintes partes: valores, visão, objectivo geral, factores-chave de sucesso, pilares estratégicos e sectores: para cada sector serão estabelecidas as tarefas principais, ou seja, a sua missão, os objectivos estratégicos, a situação actual, as metas, os indicadores e o plano de acção. No plano de acção serão identificadas as actividades estratégicas, a base de cada actividade, os responsáveis, os parceiros e o cronograma. No cronograma serão indicados os prazos para cada actividade e objectivo estratégico e as metas. As metas serão estabelecidas para o final do período e para o ano de 2014 (para permitir a monitoria e avaliação de meio termo e que coincide com o prazo do PARPA) e, em alguns casos, por anos. As metas anuais servirão para auxiliar na elaboração dos planos anuais dos sectores.

4.1. *Valores*

Os principais valores da actividade governativa da província baseiam-se na Constituição da República que estabelece entre outros princípios (Artigo 11):

- a) Consolidação da unidade nacional;
- b) Edificação de uma sociedade de justiça social e a criação do bem-estar material, espiritual e de qualidade de vida e dos cidadãos;
- c) Promoção do desenvolvimento equilibrado, económico, social e regional do país;
- d) Defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade dos cidadãos perante a lei;
- e) Reforço da democracia, da liberdade, da estabilidade social e da harmonia social e individual;
- f) Promoção de uma sociedade de pluralismo, tolerância e cultura de paz;
- g) Desenvolvimento da economia e o progresso da ciência e da técnica; e
- h) Afirmação da identidade moçambicana, das suas tradições e demais valores socioculturais.

4.2. *Visão*

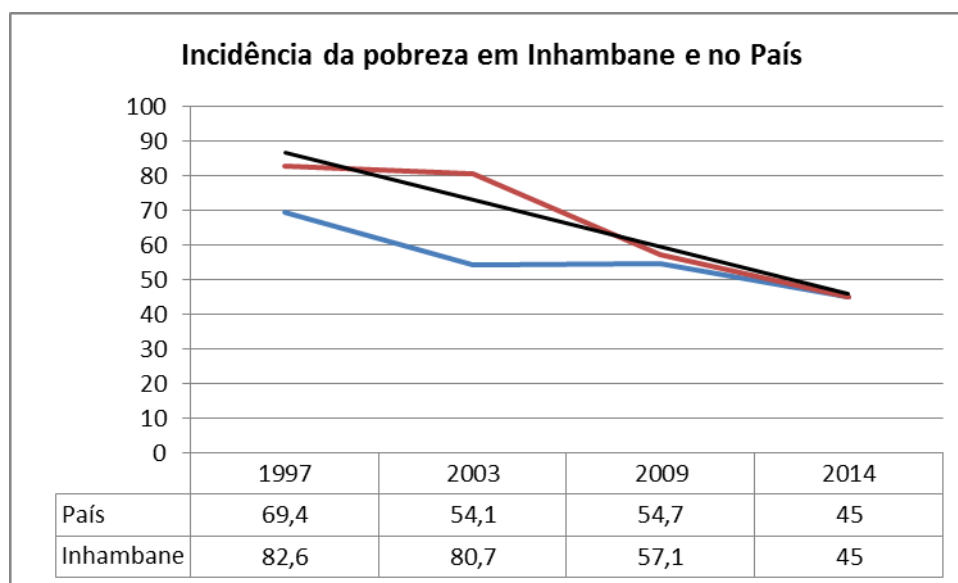
Inhambane, desde tempos remotos, é conhecida como “terra de boa gente” pela sua hospitalidade. Por outro lado, a população é conhecida ao nível nacional como gente que valoriza os seus bens e o seu desenvolvimento. Tendo em conta estas características, os valores nacionais e as aspirações do Povo Moçambicano, em geral, consagradas nos diversos documentos políticos e económicos, pensamos que a seguinte visão reflecte da melhor maneira o desejo da população de Inhambane:

Inhambane, província próspera e segura e com um capital humano saudável e solidário

4.3. *Objectivo Geral*

Considerando os resultados económicos e sociais obtidos pela província nos últimos anos, medidos pelo crescimento médio do PIB na ordem de 10% ao ano e pela redução da incidência da pobreza de 82,6% em 1997 para 80,7 % em 2003 e para 57,9% em 2009, consideramos que é possível atingir a incidência média da pobreza prevista para o país em 2014, no PARPA II.

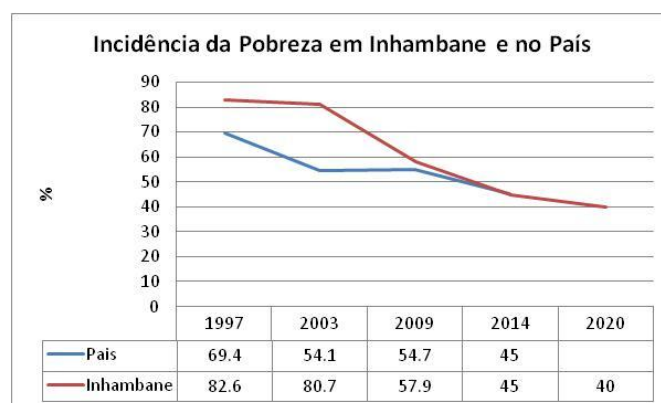
Gráfico 11 – Incidência da pobreza em Inhambane e no País - 2014



Legenda: a linha preta mostra a tendência linear da IP em Inhambane

Por outro lado, projectando a tendência da evolução da incidência da pobreza no período indicado para o ano de 2020, consideramos que seria razoável reduzir a incidência da pobreza para 40% no ano 2020, se for mantido um crescimento médio do PIB de 8% ao ano e melhorada a distribuição da riqueza da província.

Gráfico 12 – Incidência da pobreza em Inhambane e no País -2020



Nestas condições formulamos o seguinte objectivo geral para a província para os próximos dez anos:

Manter o crescimento económico a uma taxa média do PIB de pelo menos 8% ao ano e reduzir a incidência da pobreza de 57,9% em 2009 para 45% em 2014 e para 40% em 2020

Para este efeito, deverão ser mantidos ou melhorados os parâmetros da distribuição da riqueza provincial.

4.4. *Factores-chave de Sucesso*

Consideramos como factores-chave de sucesso, os factores que condicionam sobremaneira o alcance dos objectivos estratégicos. Dos diversos factores, destacámos os seguintes:

- Cometimento de todos os agentes do desenvolvimento provincial (político, social e económico);
- Melhoria constante do ambiente de negócios;
- Desenvolvimento do capital humano;
- Eficiência na alocação e utilização dos recursos financeiros;
- Manutenção da paz e tranquilidade pública;
- Transparência; e
- Mapeamento (reservas para zonas habitacionais, zonas agrícolas, zonas turísticas, zonas industriais)

Para o cumprimento dos objectivos estratégicos de Inhambane, é fundamental o cometimento dos diversos agentes do desenvolvimento económico e social da província, entre os quais, os políticos (deputados, comités provinciais e distritais) de todos os partidos; os funcionários públicos (Governo e administração pública a diversos níveis da província, distrito e localidade), os agentes económicos (gestores de grandes, médias e pequenas empresas; microempresas e sector informal); os sindicatos; as organizações não-governamentais e associações moçambicanas; os parceiros de cooperação e a população em geral.

Um bom ambiente de negócios é imprescindível para a atracção do investimento estrangeiro e nacional e para a mobilização do empreendedorismo. Por outro lado, o investimento é condição *sine qua no* para o desenvolvimento económico e social. O nosso país tem estado nas últimas classificações no ranking internacional dos diversos indicadores de ambiente de negócios, pelo que é necessário um esforço adicional na facilitação da actividade das empresas.

Outro aspecto que condiciona o desenvolvimento económico e social da província, assim como de todo o país, é o desenvolvimento do capital humano. O ser humano é a causa, o centro e o fim de qualquer programa de desenvolvimento. Assim, o PEP deve ser centrado nas aspirações e na formação da população.

Para além do capital humano, são fundamentais os recursos materiais, entre os quais, os recursos financeiros. Tendo em conta a forte restrição financeira de que sofre o país acrescido pela crise internacional que limita o apoio externo, é de extrema importância a eficiência na alocação e utilização dos recursos financeiros aos diversos níveis da administração pública.

O país conhece o custo da guerra e da instabilidade política. E sabe que a manutenção da paz e tranquilidade pública são essenciais para o desenvolvimento económico e social e para a implementação do PEP.

Um elemento chave na governação tanto do sector público como do sector privado é a transparência. A transparência condiciona a boa mobilização da população para o desenvolvimento e deve verificar-se a todos os níveis da província, distrito e localidade.

O último mas não menos importante factor chave de sucesso é o mapeamento da província em termos de zonas habitacionais, zonas agrícolas, zonas turísticas, zonas industriais e de outras actividades que as instituições especializadas acharem conveniente. O mapeamento e a reserva de áreas para cada actividade é importante para evitar conflitos de vária ordem, entre os quais, o homem-animal ou fauna bravia, o turismo e o ambiente, o desenvolvimento urbano e a agricultura e para orientar os investimentos públicos como infra-estruturas viárias, comunicações, hospitais e escolas.

4.5. Pilares Estratégicos do PEP

De modo a garantir uniformidade com os documentos de ordem central como o PARPA e o PQG e, assim, facilitar a integração do PEP nos planos centrais e a sua monitoria e avaliação, estabelecemos como pilares os seguintes:

- Desenvolvimento Humano e Social
- Desenvolvimento Económico
- Boa Governação
- Assuntos Transversais

Em anexo, indicamos para cada pilar, as principais tarefas ou missão, os objectivos estratégicos, a situação actual e as metas estratégicas.

4.5.1. Pilar 1: Desenvolvimento Humano e Social

Nr.	PILARES	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	SITUAÇÃO ACTUAL	METAS ESTRATÉGICAS
1	DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL			
1.1	Saúde	<i>Mortes Maternas:</i> Redução da mortalidade materna.	Taxa de mortalidade materna de 214/ 100.000NV.	Reduzir para 100/100.000 NV a taxa de mortalidade intra-hospitalar.
		<i>Malária:</i> Reduzir a morbi-mortalidade por malária na província.	314.750 Casos registados no ano de 2010 e Taxa de Letalidade de 0.03%.	Garantir à população medidas de protecção pessoal e colectiva; incluindo as pulverizações contra o mosquito vector da malária, redes mosquiteiras tratadas com insecticidas e outras intervenções que sejam acessíveis e de baixo custo. Reduzir os casos de malária nas mulheres grávidas.
		<i>Tuberculose:</i> Melhorar o despiste e tratamento de tuberculose na província.	Taxa de Despiste de Tuberculose BK+ de 44% em 2010. A Taxa de Cura e de 80%.	Aumentar a detecção de casos com BK+. Aumentar os níveis de sucesso terapêutico com Tratamento de Ciclo Curto com Observação Directa (DOT) em linha com o ODM.

Nr.	PILARES	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	SITUAÇÃO ACTUAL	METAS ESTRATÉGICAS
				Implementar actividades integradas TB/HIV com vista a aumentar o nº de doentes com TB testados para HIV e vice-versa.
		<i>Doenças de Carácter Epidémico:</i> Diminuir a vulnerabilidade da população perante as epidemias e situações de emergência.	64% da população nos distritos encontra-se vulnerável as doenças de carácter epidémico (consome água imprópria).	Redução de casos de diarreia na comunidade.
		<i>Área de Saúde Ambiental e do Saneamento do Meio.</i> Promover a melhoria das condições de saneamento do meio, abastecimento de água, higiene geral e dos alimentos.	Estado de Saneamento do Meio em condições pouco satisfatórias em todos distritos e aparecimento de doenças devido ao fraco saneamento do meio.	Desenvolver e implementar o programa de apoio as autoridades locais urbanas em assuntos de higiene, ambiente saudável e problemas sanitários.
		<i>Área de Promoção da Saúde e Envolvimento Comunitário.</i> Contribuir para que a população tenha os meios necessários para melhorar sua própria Saúde e exercer um maior controlo sobre a mesma.	Não existe a estratégia de envolvimento comunitário a nível da província.	Promover no seio da população comportamentos e modos de vida favoráveis à Saúde (exercício físico regular, nutrição equilibrada, abstenção de uso do tabaco e de drogas, controlo do consumo de bebidas alcoólicas, etc.).
		<i>Cuidados de Saúde Oral</i> Desenvolver e intensificar as actividades de Saúde Oral e de assistência odonto-estomatológica.	As actividades de saúde oral ainda não são executadas em todas unidades sanitárias da província e a maior parte da população ainda não se beneficia destes cuidados a nível das comunidades e escolas.	Desenvolver e implementar o programa para a promoção e educação em Saúde Oral nas escolas do EPI, nas consultas de SMI e nas deslocações das brigadas móveis junto da comunidade. Assegurar a aquisição, distribuição e manutenção do material e equipamento dentário a todos os níveis de prestação de serviços de Saúde Oral.
		<i>Cuidados de Saúde Mental</i> Desenvolver e intensificar as actividades de Saúde Mental e de assistência psiquiátrica.	Apenas 5 unidades sanitárias da província com técnicos de psiquiatria que desenvolvem actividades de saúde mental e assistência psiquiátrica.	Reorganizar e desenvolver o sistema de vigilância epidemiológica para o consumo de álcool e de outras drogas. Estabelecer mecanismos para a redução da dependência ao tabaco.
		<i>Área de Recursos Humanos.</i> Reforçar o pessoal de Saúde em quantidade e qualidade para a melhoria de prestação dos cuidados	Até o ano de 2010, a província contava com 2083 trabalhadores do sector saúde em todos os distritos, sendo ainda um número exíguo principalmente no pessoal de	Garantir o processo de formação e especialização do pessoal técnico específico e demais trabalhadores da Saúde de acordo com o Decreto nº

Nr.	PILARES	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	SITUAÇÃO ACTUAL	METAS ESTRATÉGICAS
		de saúde.	nível superior, técnico específico e pessoal de apoio geral.	25/76, de 19 de Junho. Melhorar o grau de satisfação dos funcionários do sector saúde de forma a evitar abandonos para o sector privado. Desenvolver e implementar o programa de abordagem de direitos humanos para o desenvolvimento da Saúde.
		<i>Relativo a Biossegurança nas US públicas e privadas.</i> Promover a melhoria das condições de biossegurança em todas Unidades Sanitárias do SNS e do Sector privado.	Na última avaliação de PCI efectuada nas unidades sanitárias da província, constatou-se que em termos de biossegurança ainda não se alcançou a linha mínima considerável satisfatória, e não só, a maior parte das US ainda não estão a implementar todas as normas do PCI estabelecidas pelo MISAU.	Dotar as US do SNS de equipamentos e consumíveis indispensáveis à existência de boas condições de biossegurança e de destruição de lixo hospitalares e de outros materiais potencialmente tóxicos ou infecciosos. Reforçar e intensificar a supervisão da implementação das normas de biossegurança e de recolha e destruição de lixo hospitalares e de outros materiais potencialmente tóxicos ou infecciosos, em todos os Hospitais e nas restantes US da província, devendo tomar-se as medidas administrativas apropriadas para educar e reprimir os infractores.
		<i>Relativo a eficácia, eficiência e rendimento dos hospitais.</i> Melhorar a eficácia, eficiência e rendimento hospitalares.	O sistema de Gestão Hospital ainda tem muitas fragilidades, pelo que, há necessidade de melhorar o rendimento de cama hospitalar.	Introduzir técnicas modernas de gestão nas Unidades Sanitárias, incluindo política de incentivos por objectivos para melhorar o rendimento dos Hospitais e Centros de Saúde.
		<i>Promover o uso racional de medicamentos.</i>	Deficiente promoção do uso racional de medicamentos.	Garantir que em todas as Unidades Sanitárias haja promoção do uso racional de medicamentos.
		<i>Garantir a qualidade dos Serviços Farmacêuticos</i> especialmente para os doentes crónicos.	Deficiente qualidade de Serviços Farmacêuticos nos cuidados de saúde dos doentes (crónicos).	Assegurar que os doentes (crónicos) tenham acesso aos Serviços Farmacêuticos de qualidade.

Nr.	PILARES	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	SITUAÇÃO ACTUAL	METAS ESTRATÉGICAS
		<i>Instalar unidades de Farmacovigilância.</i>	Não existem unidades de Farmacovigilância na Província.	Ter unidades de Farmacovigilância em todos os Hospitais da Província.
		<i>Promoção da aderência terapêutica.</i>	Observa-se a não aderência á terapêutica dos pacientes em ambulatório, o que causa acúmulo domiciliar de medicamentos.	Assegurar a adesão à terapêutica dos pacientes em ambulatório.
		<i>Garantir a operacionalidade dos Serviços de Inspeção Farmacêutica na Província.</i>	Fraca actividade dos Serviços de Inspeção Farmacêutica.	Promover e divulgar o cumprimento das disposições legais relativas ao exercício Farmacêutico.
		<i>Sistemas de Informação em Saúde (SIS). Tornar o presente Sistema de Informação para a Saúde (SIS) fiável, à altura da demanda no fornecimento de informação fidedigna ao sector de Saúde.</i>	O SIS a nível da província ainda e frágil e como resultado disso tem-se verificado alguma disparidade de dados desde as unidades sanitárias mais periféricas ao MISAU, e não só, o fluxo de informação ainda e lento pelo que necessita ser melhorado.	Expandir a abrangência do SIS (incluindo a vigilância epidemiológica), para colher dados que permitem calcular indicadores sobre o Estado de Saúde da População, prestação de Cuidados de Saúde e do desempenho de todo o Sector de Saúde. Melhorar a fiabilidade e credibilidade do SIS, nas suas actuais vertentes e nas que lhe vierem a ser acrescentadas.
		<i>Relativo ao desenvolvimento da capacidade investigativa. Promover o desenvolvimento de capacidade de investigação em Saúde e a intensificação da sua prática.</i>	Poucos estudos de investigação científica efectuados no sector saúde a nível da província, no entanto, vários factos acontecem e necessitam ser investigados para melhor esclarecimento.	Desenvolver, nomeadamente, a Investigação em Saúde sobre o padrão de doença (taxa de morbilidade por doenças específicas) e de mortalidade (taxa de mortalidade por doenças específicas), em Saúde materna, neonatal, infantil, infanto-juvenil; Saúde Sexual e Reprodutiva, HIV/SIDA, malária, tuberculose, Diabetes <i>mellitus</i> , HTA e, outros grandes problemas de Saúde Pública. Aumento da capacidade de investigação em Saúde todos os níveis do sistema de Saúde.
		<i>Melhoria da rede sanitária na província.</i>	468.000 Hab/unidade sanitária. Actualmente a província conta com 115 US.	Construção de centros de saúde tipo II.
1.2	Educação e Cultura	1. Aumentar e expandir territorialmente as oportunidades de acesso ao ensino para todos os	A taxa bruta de admissão no EP1 é de 116% (HM) e 115% (M).	Reduzir a taxa bruta de admissão no EP1 para 112% (HM) e 111% (M) em 2014 e para 108%

Nr.	PILARES	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	SITUAÇÃO ACTUAL	METAS ESTRATÉGICAS
		níveis.		(HM) e 107% (M) em 2020.
			A taxa líquida de admissão aos 6 anos é de 79.2% (HM) e 80.3% (M).	Aumentar a taxa líquida de admissão aos 6 anos para 80.5% (HM) e 82% (M) em 2014 e para 83% (HM) e 85% (M).
			A taxa bruta de escolarização no EP1 é de 125.1% (HM) e 123.1% (M).	Reduzir a taxa bruta de escolarização no EP1 para 122.7% (HM) e 120.3% (M) em 2014 e para 118.6% (HM) e 110.5% (M) em 2020.
			A taxa bruta de escolarização no EP2 é de 115.2% (HM) e 115.2% (M).	Reduzir a taxa bruta de escolarização no EP2 para 110% (HM) e 116% (M) em 2014 e para 108% (HM) e 109% (M) em 2020.
			A taxa bruta de escolarização no ensino primário (1ª a 7ª classe) é de 122.6% (HM) e 121.3% (M).	Reduzir a taxa bruta de escolarização no ensino primário (1ª a 7ª classe) é de 120% (HM) e 118% (M) em 2014 e para 117% (HM) e 110% (M) em 2020.
			A taxa líquida de escolarização no EP1 é de 92.3% (HM) e 93.5% (M).	Aumentar a taxa líquida de escolarização no EP1 para 93% (HM) e 95% (M) em 2014 e para 95% (HM) e 97% (M) em 2020.
			A taxa líquida de escolarização no EP2 é de 33.7% (HM) e 37% (M).	Aumentar a taxa líquida de escolarização no EP2 para 35% (HM) e 42% (M) em 2014 e para 38% (HM) e 50% (M) em 2020.
			A taxa líquida de escolarização no ensino primário (1ª a 7ª classe) é de 77.3% (HM) e 79.1% (M).	Aumentar a taxa líquida de escolarização no ensino primário (1ª a 7ª classe) para 81% (HM) e 83% (M) em 2014 e para 87% (HM) e 90% (M).
			60 Salas de aula convencionais são construídas anualmente no âmbito do Programa Acelerado.	Construir pelo menos 60 novas salas de aula para o ensino básico por ano até 2015.
			31 Escolas secundárias públicas e privadas funcionam na província.	Até 2014 funcionam na província 38 escolas secundárias públicas e privadas.
			9 Distritos têm pelo menos 2 escolas secundárias.	Até 2020, em todos os distritos funcionam pelo menos 3 escolas secundárias públicas e privadas.

Nr.	PILARES	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	SITUAÇÃO ACTUAL	METAS ESTRATÉGICAS
			10 Escolas técnicas públicas e privadas funcionam na província.	Até 2014 funcionam na província 13 escolas técnicas públicas e privadas e 15 até 2020.
			5 Universidades públicas e privadas funcionam na província.	Até 2014 funcionam na província 6 Universidades públicas e privadas e 8 até 2020.
		Melhorar a eficácia interna do sistema educacional.	A taxa de aproveitamento escolar no EP1 é de 84.7% (HM) e 86.5% (M).	Aumentar a taxa de aproveitamento escolar no EP1 para 86.7% (HM) e 88.5% (M) em 2014 e para 88.7% (HM) e 90.5 (M) em 2020.
			A taxa de aproveitamento escolar no EP2 é de 76.8% (HM) e 78.3% (M).	Aumentar a taxa de aproveitamento escolar no EP2 para 78.8% (HM) e 80.3% (M) em 2014 e para 80.8% (HM) e 82.3 (M) em 2020.
			A taxa de aproveitamento escolar no ensino primário (1ª a 7ª classe) é de 82.8% (HM) e 84.5% (M).	Aumentar a taxa de aproveitamento escolar no ensino primário (1ª a 7ª classe) para 84.8% (HM) e 86.5% (M) em 2014 e para 86.8% (HM) e 88.5 (M) em 2020.
			A taxa de desistência no EP1 é de 6.5% (HM)e 5.6% (M).	Reduzir a taxa de desistência no EP1 para 5.3% (HM) e 4.4% (M) em 2014 e para 4.1% (HM) e 3.2% (M) em 2020.
			A taxa de desistência no EP2 é de 9.2% (HM) e 8.6% (M).	Reduzir a taxa de desistência no EP2 para 8% (HM) e 7.4% (M) em 2014 e para 6.8% (HM) e 6.2% (M) em 2020.
			A taxa de desistência no ensino primário (1ª a 7ª classe) é de 7.2% (HM) e 6.4% (M).	Reduzir a taxa de desistência no ensino primário (1ª a 7ª classe) para 6% (HM) e 5.2% (M) em 2014 e para 4.8% (HM) e 4% (M) em 2020.
			A taxa de transição do EP1 é de 99.8% (HM) e 98% (M).	Manter ou aumentar a taxa de transição do EP1.
			A taxa de transição do EP2 é de 88.2% (HM) e 87.5% (M).	Manter ou aumentar a taxa de transição do EP2.
			Melhorar a qualidade do ensino.	A taxa de conclusão do EP1 é de 63.7% (HM) e 64.8% (M).

Nr.	PILARES	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	SITUAÇÃO ACTUAL	METAS ESTRATÉGICAS
			A taxa de conclusão do EP2 é de 68.5% (HM) e 10.4% (M).	Aumentar a taxa de conclusão do EP2 para 67.7% (HM) e 74.8% (M) em 2014 e para 69% (HM) e 76.1% (M) em 2020.
			A taxa de conclusão do ensino primário (1ª a 7ª classe) é de 41.1% (HM) e 39.3% (M).	Aumentar a taxa de conclusão do ensino primário (1ª a 7ª classe) para 47.4% (HM) e 45.7% (M) em 2014 e para 48.7% (HM) e 47% (M) em 2020.
			A taxa de conclusão do ES1 é de 41.9% (HM) e 36.2% (M).	Aumentar a taxa de conclusão do ES1 para 52.3% (HM) e 50% (M) em 2014 e para 53.6% (HM) e 51.3% (M) em 2020.
			O rácio alunos-professor no EP1 é de 48.	Manter o rácio alunos-professor no EP1.
			O rácio alunos-professor no EP2 é de 39.	Manter o rácio alunos-professor no EP2 até 2014 e reduzir para 37 em 2020.
			O rácio alunos-professor no ensino primário (1ª a 7ª classe) é de 46.	Reduzir o rácio alunos-professor no ensino primário (1ª a 7ª classe) para 44 em 2014 e para 43 em 2020.
			O rácio alunos-professor no ES1 é de 50.	Manter o rácio alunos-professor no ES1.
			O rácio alunos-professor no ES2 é de 35.	Aumentar o rácio alunos-professor no ES2 para 40 até 2020.
			O rácio alunos-professor no ensino secundário (11ª e 12ª classe) é de 47.	Manter o rácio alunos-professor no ensino secundário (11ª e 12ª classe).
			O rácio alunos-turma no EP1 é de 44.	Manter o rácio alunos-turma no EP1.
			O rácio alunos-turma no EP2 é de 48.	Manter o rácio alunos-turma no EP2.
			O rácio alunos-turma no ensino primário (1ª a 7ª classe) é de 45.	Manter o rácio alunos-turma no ensino primário (1ª a 7ª classe)
			O rácio alunos-turma no ES1 é de 63.	Reduzir o rácio alunos-turma no ES1 para 58 em 2014 e para 55 em 2020.
			O rácio alunos-turma no ES2 é de 60.	Manter o rácio alunos-turma no ES2.
			O rácio alunos-turma no ensino secundário (11ª e 12ª classe) é de 63.	Reduzir o rácio alunos-turma no ensino secundário (11ª e 12ª classe) para 60 até 2020.
			850 Carteiras são adquiridas anualmente.	1.500 Carteiras são adquiridas/ano.
			930.000 Unidades de livro para o ensino básico são distribuídas por ano.	1.000.000 de unidades de livro para o ensino básico distribuídas/ano.

Nr.	PILARES	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	SITUAÇÃO ACTUAL	METAS ESTRATÉGICAS
			860 Professores são contratados por ano.	Recrutar 900 novos professores para todos os níveis/ano.
			Modelos 10 ^a +1 e 12 ^a +1 de formação de professores para o ensino básico são implementados.	Até 2014 são implementados novos modelos de formação de professores primários.
			60.0% de escolas secundárias e técnicas possuem bibliotecas escolares.	80.0% de ESGs e ETPs possuem bibliotecas escolares até 2014 e 100% até 2020.
			30.0% de escolas secundárias e técnicas possuem laboratórios.	35.0% de ESGs e ETPs possuem laboratórios até 2014 e 50% em 2020.
		Reduzir a taxa de analfabetismo na Província; privilegiando formação profissional técnica, como carpintaria, culinária, serralharia, mecânica, corte e costura, agro-pecuária e outras actividades afins, utilizando recursos locais.	A taxa de analfabetismo em 2007 era de 41.3% (HM) e 52.7% (M).	Reduzir a taxa de analfabetismo para 40.0% (HM) e 50.3% (M) em 2014 e para 35.0% (HM) e 45.1% (M) em 2020, alfabetizando 15.000 pessoas/ano.
		Desenvolver parcerias.	O sector da educação nos distritos de Panda, <i>Funhalouro</i> , <i>Mabote</i> e <i>Govuro</i> conta apenas com o apoio de 2 parceiros.	Pelo menos 3 parceiros apoiam o sector da educação em cada distrito até 2014 e Educação e 5 até 2020.
		Promover a Cultura para o desenvolvimento socioeconómico do País.	Em criação as indústrias culturais de música e arte, através de 6 associações em funcionamento nas cidades de Inhambane e Maxixe. Em funcionamento 1 estúdio de gravação na casa da Cultura.	Pretende se criar até 2020 mais um estúdio em <i>Vilankulo</i> e duas associações em cada distrito.
		Preservar o Património Cultural tangível e intangível.	<i>Património tangível:</i> Identificados, registados, divulgados e preservados 30 monumentos e locais históricos, 20 edifícios classificados como património edificado e 1 Conjunto Urbano e respectivo mapeamento na cidade de Inhambane, 2 Estações Arqueológicas de <i>Manyiquene</i> e <i>Chibweni</i> . <i>Património intangível:</i> Identificados mais de 100 expressões culturais entre danças, contos tradicionais, obras teatrais e literárias. <i>Timbila</i> classificada como Obra-prima da Humanidade.	Preservar, valorizar e divulgar mais 30 monumentos e um conjunto Urbano. Propor a dança <i>Zoré</i> como obra-prima da humanidade até 2020.

Nr.	PILARES	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	SITUAÇÃO ACTUAL	METAS ESTRATÉGICAS
		Desenvolver e fortalecer a capacidade de infra-estruturas culturais.	Existentes: 1 Museu Regional, 1 Biblioteca Pública Provincial, 2 Bibliotecas Públicas Distritais, 1 Biblioteca Municipal, 5 Universitárias, 23 Escolares e 1 Biblioteca Especializada.	Criar 11 Bibliotecas Públicas Distritais e 2 especializadas; Construir 1 Biblioteca Provincial e adquirir 20.000 obras; recolher objectos museológicos e criar grupos de canto e dança Provincial e Distritais até 2020.
		Fortalecer a moçambicanidade na unidade e diversidade.	Divulgação dos valores Socioculturais através de festivais <i>workshops</i> , seminários e meios de comunicação social.	Participar em 5 festivais Nacionais da Cultura e realizar 18 <i>workshops</i> , 18 Seminários e disponibilizar material de divulgação da Cultura aos órgãos de comunicação.
1.3	Mulher e acção social.	Sensibilizar a comunidade na base de palestras, sessões de aconselhamento, debates radiofónicos e comícios nas datas comemorativas.	1000 Casos.	Realizar sessões de aconselhamento e divulgação de instrumentos legais.
				Realizar sessões de aconselhamento.
				Realizar sessões de aconselhamento.
		Expandir de modo a responder abrangência dos grupos-alvo do sector.	25,000 Beneficiários.	Fornecer assistência social através de apoio social directo e atribuição de subsídio de alimentos.
1.4	Juventude e Desporto.	Consolidar o associativismo juvenil como forma mais efectiva de organização, fonte de aprendizagem participativa da juventude e de criação e desenvolvimento de programas de turismo arte e cultura para jovens - Criar e desenvolver o associativismo juvenil e de programas de turismo, arte e cultura.	156 Associações juvenis e 27 projectos de geração de rendimentos apoiados no âmbito do FAIJ.	Promover a criação de 280 associações juvenis e 280 projectos de geração de rendimento.
		Promover a participação da juventude na criação de oportunidades de emprego para a elevação da sua capacidade no desenvolvimento nacional/provincial.	671 Jovens formados.	Realizar 60 formações.
		Consolidação da implementação do sistema de formação de agentes desportivos e desenvolver programas na área de massificação desportiva e	354 Agentes desportivos e 20 programas relativos a massificação desportiva e implementação do programa FUT 21.	Formar 1154 agentes desportivos e realizar 20 programas sobre massificação desportiva e implementação do programa FUT 21.

Nr.	PILARES	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	SITUAÇÃO ACTUAL	METAS ESTRATÉGICAS
		implementação do programa FUT 21.		
		Aumentar o nível competitivo da alta competição.	1 Equipa no Moçambola.	Integrar 2 Equipas no Moçambola campeões nacionais em Atletismo e Voleibol.
		Consolidar o programa de desporto para o desenvolvimento no âmbito da massificação desportiva, com vista a elevar a auto estima e a consolidação da amizade entre os povos.	76Jogos trabalhadores realizados e 8 núcleos desportivos criados.	Realizar 15 jogos, e criar 98 núcleos desportivos.
1.5	Obras públicas e Habitação.	Melhorar a transitabilidade das estradas, priorizando as que apresentam um grande impacto no desenvolvimento socioeconómico da província.	A intransitabilidade em Dezembro de 2010, era maior que 1,5%.	Reduzir a intransitabilidade de estradas para menor que 1,0%.
		Definir e divulgar a hierarquia de responsabilidades para a construção e manutenção de estradas.	A reabilitação de Estradas primárias e secundárias é da responsabilidade do nível central; estradas terciárias e da responsabilidade do nível provincial e estradas não classificadas são da responsabilidade dos governos distritais com assessoria da ANE.	Divulgar a hierarquia de responsabilidades a todos os níveis.
			110 Casas nos últimos 10 anos.	Construir mais 100 casas até 2020.
		Contribuir para a melhoria da qualidade de vida de todos habitantes de Inhambane, através da promoção do acesso a uma habitação condigna.		
		Garantir a gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos, assegurando a disponibilidade de água em quantidade e qualidade para as actividades socioeconómicas.	Taxa de acesso a água potável em 2010 e de 75,9% nas zonas rurais e 98% nas zonas urbanas.	Aumentar a taxa de acesso a água potável de 75,9 a 79,6% até 2014 e 83,8 até 2020, nas zonas rurais e de 98% a 100% até 2020 nas zonas urbanas.
1.6	Ciência, tecnologia e inovação.	Promover, consolidar e dinamizar o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação		Pelomenos 03 tipos de semente.
			Não existe ainda uma tecnologia criada.	Pelomenos uma técnica.

Nr.	PILARES	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	SITUAÇÃO ACTUAL	METAS ESTRATÉGICAS
		com vista à obtenção de produtos, serviços e processos novos ou melhorados que maximizem o valor dos recursos do país.	Existe na província apenas um projecto financiado pelo FNI.	Pelomenos 05 projectos orientados para a resolução de problemas específicos da província.
			Já foram 03 olimpíadas de matemática.	Pelomenos 10 olimpíadas nas disciplinas de matemática, física, química e biologia.
		Estimular a massificação da atitude e cultura de inovação, do empreendedorismo e do desenvolvimento tecnológico de toda a sociedade moçambicana como instrumento de combate à pobreza e promoção do desenvolvimento.	Identificadas e registadas 4 inovações.	Identificar e desenvolver e registar pelomenos 10 inovações.
			Ainda não identificados.	Identificar pelomenos 04 tecnologias.
		Promover mecanismos, plataformas, infra-estruturas e facilidades para a disseminação e adopção de tecnologias nas comunidades locais, nas pequenas e nas médias empresas.	Ainda não criadas.	Pelomenos de 10 distritos.
			Já realizada 1 feira de ciência e tecnologia.	Pelomenos 11 feiras.
		Desenvolver acções para que as Tecnologias de Informação e Comunicações (TICs) constituam um instrumento estratégico de todos os moçambicanos como uma plataforma para o exercício democrático e de cidadania, boa governação e empreendedorismo.	Existem dois CMCs (<i>Mabote e Morrumbene</i>)	Instalar pelomenos 10 CMC's
			Já formados 2.274 pessoas entre funcionários e públicos em geral até o primeiro semestre de 2010.	Formar pelomenos 10.000 pessoas.

4.5.2. Pilar 2: Desenvolvimento Económico

Nr.	PILARES	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	SITUAÇÃO ACTUAL	METAS ESTRATÉGICAS
2	DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO			
2.1	Agricultura.	Aumentar a produção agrícola orientada para o mercado.	A produção agrícola virada para o mercado é constituída principalmente por castanha de caju (10,000 t/ano), algodão (60 t/ano). A produção de castanha realiza-se principalmente nos distritos de <i>Funhalouro, Mabote,</i>	Aumentar a produção de caju até 12.000 tone/ano em 2020; e a produção de algodão para 1.000 t/ano. Produção de citrinos, frutas e fruteiras, coqueiros, mandioca, hortícola e arroz.

Nr.	PILARES	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	SITUAÇÃO ACTUAL	METAS ESTRATÉGICAS
			<p><i>Massinga, Homoíne, Zavala, Inharrime e Panda.</i> O cajual encontra-se envelhecido, com baixa produção, e o governo está a tratar cerca de 380.000 cajueiros por ano, envolvendo 340 provedores de serviços, 16.000 famílias e 350 atomizadores. O algodão é produzido fundamentalmente em <i>Panda, Inharrime, Homoíne, Funhalouro, Morrumbene, Massinga e Mabote.</i> A área irrigada para todos os produtos é de 1198 ha. Existem 33 furos na província para abeberamento do gado.</p>	
		<p>Fortalecer os mecanismos existentes para garantir o uso sustentável das florestas e fauna bravia.</p>	<p>Existem sete (07) viveiros florestais: <i>Panda, Tofo, Inhamússua, Inharrime, Massinga, Mapinhane e Faquete</i>, produzindo mudas para reflorestamento de produção e protecção. Montados três postos fixos de fiscalização florestal e faunística: <i>Rio Save, Lindela e Zandamela</i>; uma (01) brigada móvel e um corpo de fiscalização composto por 40 fiscais. Existem na província sessenta e oito (68) comités de gestão de recursos naturais (CGRN) por forma a assegurar o uso e conservação dos recursos naturais nas suas áreas de influência.</p>	<p>Reflorestar 100 ha/ano até 2020 e monitorar o uso sustentável dos recursos florestais; alargar o plantio de viveiros a todos os distritos tendo em conta as suas características.</p>
		<p>Elevar a produtividade das actividades agrárias e de toda a sua cadeia de valor.</p>	<p>Actualmente são produzidas mudas de fruteiras nos pomares clonais de <i>Mapinhane, Rio das Pedras e Inhacoongo.</i></p> <p>Existência de 128 agentes de extensão que assistem a 23.120 produtores.</p>	<p>Produzir 181.000 mudas de fruteiras até 2020.</p> <p>Estabelecimento de um sistema Nacional de Extensão, integrando todas as actividades de extensão do MINAG, bem como a promoção da colaboração de outros provedores de serviços agrários. Elevar o número de extensionistas, até 461 (em 2020) para assistir 130.000 produtores.</p>

Nr.	PILARES	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	SITUAÇÃO ACTUAL	METAS ESTRATÉGICAS
			Produzidos (anualmente) cerca de 115 t de semente das principais culturas alimentares (milho, amendoim, arroz, feijão- <i>nhemba e mapira</i>).	Multiplicar, até 2020, cerca de 604 t de semente.
			Actualmente 80% do efectivo é vacinado contra carbúnculo hemático e 33% contra carbúnculo sintomático.	Vacinar até 2020 um total de 343.523 animais contra carbúnculo hemático e 144.923 animais contra carbúnculo sintomático.
			São produzidas cerca de 400 t de carne diversa por ano.	Produzir até 2020 cerca de 700 t de carne diversa.
2.2	Pescas.	Introduzir, aperfeiçoar e divulgar técnicas melhoradas, processamento do pescado artesanal.	32 Pescadores capacitados em matéria de tecnologia de pesca.	Aumentar o número de processadores capacitados em 36,5% por ano.
		Introduzir, aperfeiçoar e divulgar técnicas melhoradas de pesca.	32 Pescadores capacitadas em matéria de tecnologia de pesca.	Aumentar o número de pescadores Capacitados 22,5% por ano.
		Promover a actividade de pesca artesanal e comercial; capacitar carpinteiros navais; Introduzir, aperfeiçoar e divulgar técnicas melhoradas de pesca; Introduzir, aperfeiçoar e divulgar técnicas melhoradas processamento de pescado artesanal; Promover um desenvolvimento sustentado da aquacultura para aumentar os rendimentos dos aquacultores.	19 Carpinteiros navais formados nos Distritos de <i>Vilanculos, Inhassoro, Govuro, Maxixe e zavalala</i> .	Aumentar o número de carpinteiros navais em 10% por ano para produzir 44 barcos.
2.3	Recursos Minerais.	Aumentar a produção sustentável dos Recursos Minerais, incluindo os Hidrocarbonetos (Gás Natural).	Apoio técnico e materiais as associações para o aumento da produção, das boas práticas de extracção mineira e melhoria de qualidade dos seus produtos. Produção de 120 GJ do gás natural.	Aumentada a produção do gás natural de 120 GJ até 183 GJ em 2020; e outros minerais.

<i>Nr.</i>	<i>PILARES</i>	<i>OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS</i>	<i>SITUAÇÃO ACTUAL</i>	<i>METAS ESTRATÉGICAS</i>
		Aumentar a expansão da rede eléctrica nacional para abranger mais consumidores.	Existem nove (09) distritos electrificados através da rede nacional e três (3) a partir da central termoeléctrica de Temane movida a Gás Natural.	Electrificados todos os Distritos e Postos Administrativos.
2.4	Indústria e Comércio.	Promover o desenvolvimento industrial com enfoque especial nas micro, pequenas e médias indústrias que explorem, de forma adequada e sustentável, os recursos e capacidades produtivas disponíveis na província.	A produção industrial da província é de 220.271 Mil Meticais (óleo de copra, sal, fibra de coco).	Aumento da produção industrial a uma taxa média de 3% ao ano e o número de estabelecimentos industriais em pelo menos 12% ao ano (Indústria transformadora, extractiva e de processamento).
		Desenvolver o comércio interno e internacional de produtos primários e industriais.	Existem na província 4.198 estabelecimentos comerciais e a comercialização agrícola foi de 48.852 t.	Aumentar o número de estabelecimentos comerciais em 6% ao ano e a comercialização agrícola em 5% ao ano.
2.5	Trabalho.	Prevenir e resolver os conflitos laborais, promover e controlar a legalidade laboral, visando assegurar melhores condições de trabalho.	14,6% de ocorrência de conflitos laborais.	Reduzir para 8,6% o número de conflitos até o ano de 2020.
		Assegurar a observância das normas de higiene e segurança no trabalho.	72,5% das normas de protecção de higiene e segurança.	Reduzir para 20% o número de conflitos até o ano de 2020.
		Reduzir o desemprego ao nível da província.	40,9% de pessoas encontram-se em desemprego.	Reduzir para 30% a taxa de desemprego até 2020.
		Aumentar a empregabilidade.	80% de desempregados não tem formação técnica e profissional.	Reduzir para 70% o número de desempregados sem formação profissional até 2014 e 60% até 2020.
		Melhorar a qualidade de formação profissional e o atendimento ao público.	A qualidade de formação profissional situação em 65%.	Melhorar a qualidade de formação em 85% em 2014 e 90% em 2020.

Nr.	PILARES	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	SITUAÇÃO ACTUAL	METAS ESTRATÉGICAS
2.6	Transportes e Comunicação.	Desenvolver o sistema de transporte integrado e/ou combinados, seguros que sejam suficientemente competitivos, atractivos e sustentáveis para facilitar o investimento.	Foram desenvolvidas políticas para a concessão de rotas (urbanas, Interurbanas e inter-districtais); Em Inhambane, Maxixe e Massinga já se iniciou processo de integração das actividades dos meios de transporte marítimo e rodoviário.	Sistema de transporte integrado e/ou combinado a funcionar em todos os distritos e municípios.
		Reforçar a rede de Transportes Urbanos.	Existência de 1 empresa pública de transportes urbanos (TPM).	Criação de pelo menos 5 empresas privadas de Transporte Público Urbano.
		Melhorar as infra estruturas aeroportuárias de Inhambane.	Aeródromo com problemas na pista de aterragem e na sala de embarque/desembarque.	Aeródromo de Inhambane reabilitado, ampliado e modernizado.
		Abertura de pistas de aterragem nos distritos.	Pistas de aterragem melhoradas em 3 distritos da província.	Abrir pistas de aterragem nos restantes 9 distritos.
		Redes de telefonia fixa e móvel a funcionar adequadamente em todas as localidades da província.	Rede de comunicação fixa e/ou móvel existente em todas as sedes e dos distritos e postos administrativos e em 20 localidades das 56 existentes na província.	Rede fixa e pelo menos uma rede móvel a funcionar em todas as localidades.
		Fortalecer sistema de comunicação e fiscalização marítima.	Falta de equipamento de fiscalização e sistema de busca e salvamento.	Sistema de comunicação e fiscalização marítima eficaz.
2.7	Turismo.	Melhorar a Infra-estrutura, o Apetrechamento e a Capacitação Institucional Administrativa.	Falta de instalações próprias para o funcionamento DPTURI; insuficiência de equipamento informático para realização das actividades; Insuficiência dos recursos Humanos e Detentora de DUAT para instalações da DPTUR.	Melhorar a prestação de serviços através da construção de edifícios, admissão de pessoal qualificado e apetrechamento das instalações.
		Melhorar o acesso de turistas ao património histórico-cultural da província.	Falta de mapeamento dos itinerários e pacotes turísticos do produto laranja.	Desenhados 4 (quatro) itinerários com respectivos pacotes.

Nr.	PILARES	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	SITUAÇÃO ACTUAL	METAS ESTRATÉGICAS
		<p>Prosseguir com a reabilitação das Áreas de Conservação e a protecção da biodiversidade, incentivando ao envolvimento das comunidades locais na gestão dos recursos naturais e garantir a implementação da Estratégia de Gestão do Conflito Homem-Fauna Bravia nas áreas de conservação.</p>	<p>Aprovados os planos de manejo dos parques nacionais de <i>Zinave</i> e de Arquipélago de <i>Bazaruto</i>; em curso o processo para a elaboração do plano de usos de terra.</p>	<p>Reforçada a fiscalização para garantir o uso sustentável dos recursos naturais, melhorando as condições de vida das comunidades.</p>
		<p>Atribuição de 20% das receitas cobradas em cada um dos parques e reserva.</p>	<p>Foram entregues em 2010 no PNA <i>Bazaruto</i> 20% das receitas cobradas avaliado em 440.054,47 Mt.</p>	<p>Entrega de 20% de receitas às comunidades e todos os parques e reserva da província.</p>
		<p>Desenvolver acções de promoção visando posicionar Inhambane como destino turístico de classe mundial, através da valorização de patrimónios histórico-culturais, eventos desportivos e da consciencialização dos intervenientes com o Programa de Bem Servir e da promoção do turismo doméstico.</p>	<p>Participação em feiras nacionais e internacionais; organização de festivais de turismo e feiras de turismo; organização de festivais de mergulho.</p>	<p>Elevar o número de entradas de turistas (doméstico e internacionais); Redução da sazonalidade através de criação de pacotes promocionais para nacionais na época baixa e organização de eventos; atrair turistas com elevado poder de compra (Mercado Europeu e Americano).</p>
		<p>Promover o desenvolvimento integrado das Áreas Prioritárias para o Investimento em Turismo através de parcerias envolvendo os sectores públicos e privado e as comunidades locais para a diversificação do produto turístico.</p>	<p>Identificadas áreas para o desenvolvimento de turismo de alta qualidade (Inhassoro; Vilankulo; Zavala, Inhambane); Identificadas áreas para implementação do projecto do baixo custo (Funhalouro, Mabote e Inharrime).</p>	<p>Criação de 2 vilas turísticas com estabelecimentos de alta qualidade, incluindo outros serviços de apoio nos distritos de Vilankulo e Inhassoro;</p> <p>Construídos 14 estabelecimentos de alojamento turístico de baixo custo incluindo outros apoios e serviços.</p>

<i>Nr.</i>	<i>PILARES</i>	<i>OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS</i>	<i>SITUAÇÃO ACTUAL</i>	<i>METAS ESTRATÉGICAS</i>
		Desenvolver um Sistema de Gestão de Informação Turística como meio de quantificar o impacto económico do turismo na economia do País.	Em curso a sensibilização dos operados para enviar dados atempadamente para DPTUR; acções coordenadas entre a DPTUR, Transportes e comunicação e Migração; acções coordenadas entre a DPTUR, Transportes e comunicação e Migração; Realização periódica de fiscalização nos estabelecimentos; Em curso o cadastro de estabelecimento turísticos de alojamento e restauração.	Criação de um sistema que permite a recolha, analisa e interpretação dos com maior segurança; Melhorado o sistema de colecta de dados em todos os distritos da província.
		Melhorar a qualidade da provisão de produtos e serviços turísticos, através da formação e capacitação de técnicos e profissionais da área do turismo e da fiscalização das actividades turísticas.	Fraca capacidade de comunicação dos técnicos nas línguas estrangeiras (inglês e francês); formados 420 trabalhadores das estâncias turísticas em matéria de hotelaria (cozinha e serviços de mesa), fiscalizados em média 30% estabelecimentos turísticos ao ano.	Alocar técnicos superiores para todos os distritos da província; formação especializada dos técnicos em marketing, gestão dos destinos turísticos a nível internacional, regional e nacional e gestão de eventos e de recursos humanos. Capacitar o quadro pessoal em línguas estrangeiras; formar 90% dos trabalhadores dos estabelecimentos turísticos, incluindo a comunidade local; Alcançar 90% de estabelecimentos fiscalizados.

4.5.3. Pilar 3: Boa Governação

<i>Nr.</i>	<i>PILARES</i>	<i>OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS</i>	<i>SITUAÇÃO ACTUAL</i>	<i>METAS ESTRATÉGICAS</i>
3	BOA GOVERNAÇÃO			
3.1	Capacitação Institucional.	Aumentar a eficiência e eficácia do sector público.	Sector público com funcionamento deficiente que se caracteriza por excessiva burocracia e mau atendimento ao cidadão.	Sector público eficaz e eficiente.
		Dotar os órgãos locais do Estado (província e distrito) de capacidade institucional para melhorar a acção governativa.	Não existe edifícios das secretarias distritais em 12 distritos.	Construção de 10 edifícios para funcionamento das secretarias distritais.
3.2	Descentralização e Desenvolvimento da Administração Local e Autárquica.	Regularizar o funcionamento dos Órgãos Locais do Estado em toda a província.	Criados governos distritais; alguns directores distritais e chefes de localidades sem nomeação para o exercício da função.	Governos Distritais a funcionar regularmente em todos os distritos.

Nr.	PILARES	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	SITUAÇÃO ACTUAL	METAS ESTRATÉGICAS
3.3	Justiça.	Garantir o acesso à Justiça, através da consolidação e alargamento dos serviços de Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ).	IPAJ: fraca qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, existência de uma delegação provincial do IPAJ e uma delegação distrital de Morrumbene a funcionar em pleno; delegações do IPAJ de Homonoine, Zavala e Massinga a funcionar em instalações provisórias.	Fortalecer e expandir a oferta de serviços prestados de Atendimento Único através do IPAJ e dos serviços de registo e notariado.
		Aprofundar a reforma do sistema prisional como forma de assegurar o tratamento condigno aos reclusos e reinserção social dos mesmos.	12 Cadeias: 1 provincial e 11 do âmbito distrital, 8 centros abertos de produção, 1 posto médico a funcionar na cadeia provincial.	Aumento das cadeias penitenciárias; introduzir a alfabetização jurídica a baixo custo nas comunidades (CCD), reforçar formação técnica.
		Administração, Logística e Finanças: Implementar o processo de modernização dos mecanismos de gestão dos meios materiais e financeiros através dos sistemas estabelecidos pela lei.	Serviços de registo: 2 conservatórias da 1ª classe, 2 conservatórias da segunda e 10 da 3ª classe. 3 Postos de registo civil nas localidades. 12 Postos de registo civil a funcionar nos postos administrativos e em instalações impróprias cedidas pelos Postos administrativos locais.	Construção de 2 conservatórias, 2ª classe para Distritos de <i>Mabote e Funhaloro</i> . Construção de 10 postos Administrativos de <i>Macodene, Mapinhane, Nhachengue, Save, Zandamela, Cumbana, Rio das Pedras, Chacane, Zinave e Mucumbi, Urene, Sitila</i> .
3.4	Ordem, Segurança e Tranquilidade Pública.	Desenvolvimento institucional: Garantir o recrutamento, preparação de todos os efectivos capazes de contribuir para a garantia da segurança e tranquilidade públicas.	A situação actual do desempenho da instituição é de 74% avaliada pelo nível de esclarecimento logrado e a sinistralidade rodoviária conheceu o decréscimo.	Ordem e tranquilidade pública eficiente para o bem-estar da sociedade.
		Desenvolvimento dos Recursos Humanos: Estabelecer mecanismos e modelos de gestão adequados a exigências actuais de desenvolvimento do país.	Grande parte dos efectivos da corporação manifesta o interesse de elevar o nível académico nos diferentes estabelecimentos de ensino o que doravante a electrização institucional poderá ter nova dinâmica no desempenho das suas actividades.	Melhor qualificação profissional dos efectivos
		Administração, Logística e Finanças: Implementar o processo de modernização dos mecanismos de gestão dos meios materiais e financeiros através dos sistemas estabelecidos pela Lei.	O processo de gestão e execução de recursos financeiros é feito através de uma terminal de e-SISTAFE, porém ainda carece de um apetrechamento em meios informáticos.	Boa qualidade dos serviços a prestar.

Nr.	PILARES	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	SITUAÇÃO ACTUAL	METAS ESTRATÉGICAS
		Tecnologia de comunicação e informação: Assegurar uma comunicação interna eficiente entre os diferentes níveis otimizando e maximizando a utilização dos recursos disponíveis.	A actual situação de comunicação e informação é muito obsoleta visto que não satisfaz a dinâmica do fluxo e refluxo de informações.	Eficiência no fluxo e refluxo de informações.
		Equipamento e materiais: garantir o fornecimento do equipamento e recursos materiais a todos os níveis	Os 12 Comandos Distritais possuem, em geral, 1 viatura operativa cada, embora as viaturas estejam em mau estado de conservação.	Meios sofisticados e com melhor capacidade para acções operativa.
		Infra-Estruturas: dotar o Comando e as sub-unidades em infra-estruturas de apoio sociais adequados.	A corporação está representada em todos 12 Distritos e nas 2 cidades. Mas apenas em 15 imóveis são da pertença do MINT para os restantes pertencem as Administrações e Direcções de Agricultura.	Boa imagem institucional.
		Aspectos transversais: Promover acções de carácter social (assistência medica e medicamentosa; HIV) com vista a melhorar o desempenho e equilíbrio das funções/actividades.	69 Agentes da corporação, padecem de enfermidades várias 74% desta cifra beneficiam-se do TARV.	Melhoria de saúde dos efectivos.
		Gestão e combate as calamidades naturais		
3.5	Informação, e Comunicação Social.	Garantir a expansão sustentável das Rádios e Televisões Comunitárias a nível dos distritos bem como criar capacidade para a concepção, planificação e execução de Programas que visem o melhoramento qualitativo da produção e divulgação dos conteúdos informativos.	Existem 6 Rádios Comunitárias (<i>Morrumbene, Mabote, Maxixe, Vilankulo, Massinga e Govuro</i>) Equipamento obsoleto da RTVC de <i>Vilankulo</i> e que necessita de imediata reposição. Frac cobertura na produção dos programas educativos.	Instalar Rádios e Televisões Comunitárias nos distritos seleccionados. Aumentar a taxa de cobertura radiofónica. Assegurada a difusão de informações área de Saúde familiar e Comunitária, desenvolvimento Agrícola sustentável, meio ambiente e entre outros temas.
		Instalar uma capacidade, traduzida em recursos materiais, para atender especificamente a	Existe apenas 1 kit de equipamento de Unidade Móvel de Mobilização Social.	Criar condições que permite disseminar informação para zonas mais recônditas da Província.

Nr.	PILARES	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	SITUAÇÃO ACTUAL	METAS ESTRATÉGICAS
		programação e actividades de mobilização social.	Inexistência de viatura para as actividades de Unidade Móvel.	Garantida a cobertura em todos os distritos da província.
			18 Sessões sobre o HIV/SIDA realizada em 2010.	Reforçar a capacidade de divulgação das mensagens sobre HIV/SIDA.
			Existência de um défice de cobertura e/ou de imagem em vídeo.	Disseminação de mensagens informativas e educativas.
		Contribuir para que a população tenha conhecimento sobre SSR para melhorar a sua saúde e exercer melhor controlo sobre a mesma.	A distribuição mensal de 300 exemplares do boletim abrange apenas as Sedes distritais.	Aumentar o número de exemplares.
			Mensalmente produzido 1 Boletim informativo <i>Vukane</i> e que contempla um suplemento sobre SSR.	Desenvolver guia para a distribuição do Boletim.
				Aumentar o nível de conhecimento sobre Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR) entre jovens e Adolescentes.

4.5.4. Pilar 4: Assuntos Transversais

Nr.	PILARES	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	SITUAÇÃO ACTUAL	METAS ESTRATÉGICAS
4	ASSUNTOS TRANSVERSAIS			
4.1	Segurança Alimentar e Nutricional.	<i>Mortalidade Infanto-Juvenil</i> : Redução da mortalidade infanto-juvenil com desnutrição crónica.	18 % da população da província de Inhambane encontra-se em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional Crónica.	Reduzir para 10% a população com Insegurança Alimentar e Nutricional Crónica.
		<i>Desnutrição Crónica</i> : Reduzir os índices de desnutrição crónica em crianças menores de cinco anos.	34% da população menor de 5 anos de idade com desnutrição crónica.	Reduzir para 20% a população menor de 5 anos de idade com desnutrição crónica.
		Elevar a produtividade das actividades agrícolas e de toda a sua cadeia de valor.	A segurança alimentar está garantida, entretanto, há uma necessidade contínua de se continuar a produzir mais alimentos.	Produzir 2.702.498 t de culturas diversas, numa área de 783.445 ha, representando um crescimento de 4% por ano.
4.2	HIV E SIDA.	<i>HIV/SIDA</i> : Aumentar o acesso ao Tratamento Anti-Retroviral (TARV) nas PVHS e reduzir o risco de transmissão vertical de HIV da mãe para a criança.	11.023 Pacientes em TARV e 13 % é o risco de transmissão vertical da mãe para a criança.	Aumentar o número de adultos em TARV em pelo menos 30%. Reduzir a 2% do risco de transmissão vertical da mãe para a criança.

Nr.	PILARES	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	SITUAÇÃO ACTUAL	METAS ESTRATÉGICAS
4.3	Género.	<i>Género e Assistência Social:</i> Apoiopsicossocial e assistência clínica as vítimas de abuso sexual e violência doméstica.	Neste momento esta actividade em duas US da província.	Melhorar a assistência às vítimas de abuso sexual e violência doméstica.
4.4	Ambiente.	Reduzir os actuais índices de queimadas descontroladas até 30% em toda Província até finais de 2014.	Anualmente são devastados cerca de 3 milhões de ha.	Reduzidas queimadas descontroladas em 30%.
		Garantir a gestão adequada do ambiente urbano.	Já foram elaborados 3 planos de gestão ambiental de Municípios.	Reduzida a degradação ambiental devido a vários factores.
			Deficiência ou ausência de infra-estruturas de saneamento.	4 Seminários.
			Deficiente sistema de gestão dos resíduos;	4 Comitês criados.
			Existem manifestações de feccalismo a céu aberto.	Reduzir as práticas de feccalismo a céu aberto.
		Assegurar a avaliação do impacto ambiental (AIA) na implementação dos projectos socioeconómicos.	Implantação de alguns em empreendimentos sócio económicos sem licenciamento ambiental.	540 Projectos
				400 EIA.
		Contribuir para redução da degradação do Ambiente através do cumprimento efectivo da legislação ambiental.	Existências de vários empreendimentos sócio económicos a degradar o ambiente.	630 Unidades inspeccionadas.
Promover o planeamento e ordenamento territorial a escala provincial.	Ocupação não ordenada do espaço.	Elaborados 5 planos de uso de terra.		
		Elaborados 6 planos de parciais.		
4.5	Desminagem.	Concluir a desminagem de todas as áreas minadas na província, até 2014.	Foram classificados dois distritos livres de minas (<i>Jangamo e Inharrime</i>).	Província livre de minas até 2014.

4.6. *Prioridades*

Embora todos os sectores sejam importantes, estabelecemos algumas prioridades, divididas por pilares:

Pilar	Prioridades
Desenvolvimento humano e social.	<ul style="list-style-type: none">• Saúde• Educação:<ul style="list-style-type: none">◦ Ensino Técnico-profissional◦ Educação geral• Obras Públicas e Habitação:<ul style="list-style-type: none">◦ Vias de comunicação◦ Habitação para jovens.
Desenvolvimento económico.	<ul style="list-style-type: none">• Agricultura, pecuária e pescas• Agro-indústria• Turismo e ambiente• Recursos minerais e energia.
Boa governação.	<ul style="list-style-type: none">• Descentralização e Desenvolvimento da Administração Local e Autárquica• Ordem, Segurança e Tranquilidade Pública• Transparência.
Assuntos transversais.	<ul style="list-style-type: none">• Segurança Alimentar e Nutricional• HIV/SIDA.

5. QUADRO INSTITUCIONAL DO PEP II

Esta secção tem como objectivo a definição do papel dos principais intervenientes no PEP, nomeadamente: o Governo; Assembleia Provincial; Autarquias Locais; Autoridade Tradicional; Sociedade Civil, Sector Privado; e Parceiros de Cooperação.

5.1. *O Papel do Governo, Autarquias Locais e Autoridade Tradicional*

O Estado, as Autarquias Locais e Autoridade Tradicional têm um papel fundamental na garantia na criação de condições para o cumprimento do PEP II; e em particular devem:

- Garantir a disponibilidade e acesso aos alimentos por meio da promoção da produção (através do desenvolvimento da agricultura, pecuária, aquacultura, piscicultura), do processamento, da industrialização, e da comercialização dos alimentos; assim como da melhoria da rede rodoviária, do poder de compra dos AFs, e de geração de mais postos de emprego;
- Criar um ambiente favorável ao investimento nacional e estrangeiro visando garantir o desenvolvimento socioeconómico;
- Providenciar informação sobre o estado da pobreza, grau de vulnerabilidade e população afectada;
- Inserir o combate a pobreza nas políticas e estratégias multisectoriais e sectoriais;

- Intensificar acções que promovam a produção de produtos alimentares estratégicos tais como os cereais, raízes e tubérculos, leguminosas de grão, frutas, hortícolas, castanha de caju, algodão, chá, gado bovino, pequenos ruminantes, produtos lácteos, avícolas e piscícolas;
- Prestar cuidados primários de saúde (ex. vacinação, desparasitação, redes mosquiteiras) aos grupos mais vulneráveis (crianças dos 0-5 anos, mulheres grávidas ou lactantes, COVs, PVHS, pessoa idosa, e pessoas portadores de deficiência);
- Promover iniciativas de diversificação de renda familiar e das comunidades como forma de reduzir os riscos aliados à agricultura de subsistência;
- Melhorar o acesso dos AFs às fontes de água potável e recursos energéticos;
- Criar mecanismos para reforçar o poder comunitário no diagnóstico e resolução dos problemas de desenvolvimento socioeconómico;
- Garantir a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos;
- Garantir os serviços básicos de saúde, saneamento do meio, educação nutricional e conservação e processamento dos alimentos;
- Garantir a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como o seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis;
- Realizar pesquisas no âmbito desenvolvimento socioeconómico, tais como sobre consumo de frutos e animais silvestres, utilização de biocombustíveis e a preservação dos recursos florestais e estudos antropológicos;
- Mobilizar recursos no âmbito da implementação do Plano de Acção do PEP II;
- Desenvolver e expandir os serviços de extensão agrária, piscicultura, agro-processamento e comercialização;
- Fomentar o associativismo e cooperativismo como forma de aumentar a produção e fortalecer os produtores de pequena escala, camponeses e piscicultores;
- Disseminar e integrar as boas práticas de combate a pobreza;e
- Capacitar as comunidades na participação e resolução dos seus próprios problemas em parceria com as instituições do Governo e a sociedade civil.

5.2. *O Papel da Sociedade Civil*

A Sociedade civil é representada pelas ONGs nacionais e estrangeiras, associações, organizações religiosas e organizações comunitárias de base OCB. De um modo geral, jogam um papel importante para a garantia da implementação do PEP II, nos seguintes termos:

- Participar na formulação de políticas e programas, monitoria e avaliação de PEP II, promovendo o envolvimento das populações;
- Contribuir para a inclusão das comunidades na planificação e implementação descentralizada fortalecendo o seu papel em todas as fases do processo;
- Capacitar a comunidade e estruturas comunitárias abaixo do distrito visando reforçar o protagonismo dos grupos mais vulneráveis na resolução dos seus problemas;
- Contribuir na identificação de pessoas vulneráveis à pobreza com vista a implementação de programas específicos;

- Influenciar o Governo na edificação de infra-estruturas locais viradas para o desenvolvimento integrado;
- Educar o cidadão sobre boas práticas agro-pecuárias, piscicultura, alimentação e nutrição nas formas alternativas de geração de renda, produção, armazenamento e comercialização de produtos alimentares;
- Contribuir para a educação cívica do cidadão;
- Colaborar na saúde e educação comunitária;
- Identificar, compilar e disseminar as boas práticas de desenvolvimento local;
- Contribuir para a inclusão da mulher nos programas de desenvolvimento, educação alimentar e nutricional e igualdade de géneros;
- Facilitar a formação de associações dos produtores agro-pecuários, pescadores, florestais, artesãos e capacitá-las em técnicas melhoradas de produção, tratamento pós-colheita e comercialização; e
- Apoiar a criação de mecanismos de exigibilidade de direitos.

5.3. *O Papel do Sector Privado*

O sector privado é um parceiro fundamental na implementação do PEP II através da produção, transporte e comercialização de alimentos e produtos de rendimento e na geração do emprego e da renda, para além de contribuir para melhoria nas infra-estruturas para a educação, saúde e para a preservação do meio ambiente.

5.4. *O Papel dos Parceiros de Cooperação*

O quadro da assistência dos Parceiros de Cooperação em Moçambique tem em vista a implementação correcta e viável dos compromissos assumidos internacionalmente e das políticas públicas aprovadas pelo Governo, nomeadamente:

- Apoiar no provimento da assistência técnica e na mobilização de recursos financeiros para os diversos programas para a erradicação da fome e pobreza em Moçambique;
- Contribuir para uma rápida mobilização e intervenção humanitária no terreno, em caso de intempéries;
- Promover e contribuir para a criação de um ambiente apropriado para o desempenho integrado das estruturas do Governo e da sociedade civil no reforço da capacidade comunitária no combate a pobreza;
- Contribuir para o fortalecimento de sistemas de informação para a acção;
- Apoiar as iniciativas de boa governação, descentralização e implementação dos princípios dos direitos humanos; e,
- Apoiar a capacitação institucional e dos quadros, a todos níveis, no âmbito de desenvolvimento económico e social.

5.5. *O Papel da Academia e Investigação*

Nos últimos anos, diferentes actores têm colocado os seus esforços no âmbito da melhoria da situação económica e social no país, em geral, e na província em particular.

O princípio da pesquisa aplicada aliado a filosofia de adesão visando orientar informação para acção deve ser encorajado com o objectivo de melhor responder aos desafios de desenvolvimento e combate a pobreza, tendo em conta a realidade local e numa perspectiva de demanda do cliente (governo provincial, distrital e comunidade).

O processo de investigação e a emergência da massa crítica passará necessariamente pela adopção de formas inovadoras múltiplas para a mobilização de estudantes, académicos e pesquisadores em priorizar acções, visando responder aos desafios práticos associados ao desenvolvimento socioeconómico e ao combate à pobreza. Preconiza-se que os resultados obtidos irão contribuir para a orientação das intervenções e calibrar as diversas medidas de políticas e estratégias nacionais.

Assim, os centros de pesquisa e outras instituições académicas de investigação são chamados a participar activamente na análise da situação da pobreza na província e na proposta de caminhos para o seu melhoramento.

6. ORÇAMENTO

O orçamento global do plano estratégico é de 15.261.731 Mil Meticais durante os 10 anos, conforme a tabela abaixo.

Em média, metade do orçamento global é destinada ao pilar de desenvolvimento humano e social, quase um quarto (24%) ao pilar de desenvolvimento económico, 17% ao pilar de boa governação e 9% aos assuntos transversais. O orçamento deverá ser consolidado com o cenário fiscal de médio prazo do Governo.

O orçamento em detalhe consta da tabela seguinte:

Quadro 29 – Orçamento para a Implementação do Plano Estratégico da Província de Inhambane em Mil Mt (2011 - 2020)

Ordem	Pilar	Anos									
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1	Desenvolvimento Humano e Social	607.838	638.230	670.142	703.649	738.831	775.773	814.561	855.289	898.054	942.956
1,1	Saúde	186.540	195.867	205.660	215.943	226.741	238.078	249.981	262.481	275.605	289.385
1,2	Educação e Cultura	232.860	244.503	256.728	269.565	283.043	297.195	312.055	327.657	344.040	361.242
1,3	Mulher e Acção Social	21.750	22.838	23.979	25.178	26.437	27.759	29.147	30.604	32.135	33.741
1,4	Juventude e Desporto	23.700	24.885	26.129	27.436	28.807	30.248	31.760	33.348	35.016	36.766
1,5	Obras Públicas e Habitação	119.238	125.200	131.460	138.033	144.935	152.181	159.790	167.780	176.169	184.977
1,6	Ciência, Tecnologia e Inovação	23.750	24.938	26.184	27.494	28.868	30.312	31.827	33.419	35.090	36.844
2	Desenvolvimento Económico	306.483	317.150	328.350	340.111	352.459	365.425	379.039	393.333	408.343	424.103
2,1	Agricultura	104.763	110.001	115.501	121.276	127.340	133.707	140.392	147.412	154.783	162.522
2,2	Pescas	19.971	20.970	22.018	23.119	24.275	25.489	26.763	28.101	29.506	30.982
2,3	Recursos Minerais e Energia	29.454	30.927	32.473	34.097	35.802	37.592	39.471	41.445	43.517	45.693
2,4	Indústria e Comércio	29.358	30.826	32.367	33.986	35.685	37.469	39.343	41.310	43.375	45.544
2,5	Trabalho	29.793	31.283	32.847	34.489	36.214	38.024	39.925	41.922	44.018	46.219
2,6	Transporte e Comunicações	50.472	50.472	50.472	50.472	50.472	50.472	50.472	50.472	50.472	50.472
2,7	Turismo	42.672	42.672	42.672	42.672	42.672	42.672	42.672	42.672	42.672	42.672
3	Boa Governação	229.989	210.933	221.480	232.554	244.182	256.391	269.210	282.671	296.805	311.645
3,1	Capacitação Institucional	29.343	30.810	32.351	33.968	35.667	37.450	39.322	41.289	43.353	45.521
3,2	Desc.e Des. Adm. Local e Autárquica	4.824	5.065	5.318	5.584	5.864	6.157	6.465	6.788	7.127	7.484
3,3	Justiça	49.197	51.657	54.240	56.952	59.799	62.789	65.929	69.225	72.686	76.321

Ordem	Pilar	Anos									
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
3,4	Ordem, Seg. e Tranquilidade Pública	79.623	83.604	87.784	92.174	96.782	101.621	106.702	112.038	117.639	123.521
3,5	Inf. Transparência e Com. Social	67.002	39.797	41.787	43.876	46.070	48.374	50.792	53.332	55.999	58.798
4	Assuntos Transversais	122.505	126.786	131.280	136.000	140.955	146.159	151.622	157.358	163.382	169.706
4,1	Segurança Alimentar e Nutricional	30.366	31.884	33.479	35.152	36.910	38.756	40.693	42.728	44.864	47.108
4,2	HIV/SIDA	24.048	25.250	26.513	27.839	29.230	30.692	32.227	33.838	35.530	37.306
4,3	Gênero	18.150	19.058	20.010	21.011	22.061	23.165	24.323	25.539	26.816	28.157
4,4	Ambiente	36.891	36.891	36.891	36.891	36.891	36.891	36.891	36.891	36.891	36.891
4,5	Desminagem	13.050	13.703	14.388	15.107	15.862	16.655	17.488	18.363	19.281	20.245
Valor Global		1.266.815	1.293.099	1.351.252	1.412.313	1.476.427	1.543.747	1.614.432	1.688.652	1.766.583	1.848.410

7. MONITORIA E AVALIAÇÃO

7.1. *Pressupostos da Monitoria e Avaliação*

A monitoria e avaliação do PEP II assentam nos seguintes pressupostos:

- A diferenciação entre os indicadores de processo e de impacto, ou seja, entre o acompanhamento das actividades e compromissos do Governo, preconizados no PEP II, e as mudanças nas variáveis mais relevantes para a avaliação do cumprimento do PEP II;
- A utilização da monitoria e avaliação do PEP II como mecanismo de revisão contínua das metas e dos programas mantendo as dimensões estratégicas; e,
- A monitoria e avaliação serão realizadas aos diferentes níveis, nomeadamente, provincial, distrital, autárquico e comunitário.

7.2. *Funções da Monitoria e Avaliação*

A monitoria e avaliação têm como funções principais:

- Acompanhar o progresso de implementação do PEP II;
- Avaliar o impacto do PEP II; e
- Avaliar a eficiência na aplicação dos fundos adjudicados ao PEP II.

O programa de monitoria e avaliação do PEP II não substitui o controlo feito pelos organismos específicos no âmbito do cumprimento do PES do Governo.

7.3. *Monitoria e Avaliação do PEP ao nível Distrital*

Os Governos Distritais deverão elaborar trimestralmente relatórios de desempenho, devendo inserir, entre outros, os seguintes aspectos:

- Tarefas planificadas para o período em análise;
- Tarefas realizadas, indicando os resultados obtidos; e,
- Tarefas não realizadas, justificando os motivos e apresentando as medidas a tomar para a sua resolução.

Os relatórios deverão ser não só enviados ao Governo mas também servir de base para orientar as acções distritais através das estratégias distritais e planos de acção comunitária. As avaliações periódicas serão realizadas no contexto do Plano de acção do PEP II e Planos de Acção Comunitária.

7.4. *Monitoria e Avaliação do Plano de Acção do PEP II*

A Monitoria e Avaliação do Plano de Acção visam assegurar o conhecimento do grau de implementação e aplicar medidas correctivas em tempo oportuno.

Os meios de verificação da monitoria e avaliação do processo são os seguintes:

- Plano Económico e Social (PES) que dá o balanço das actividades implementadas pelo Governo;
- Plano Económico e Social distrital que espelha o grau de cumprimento das actividades ao nível do Distrito e das comunidades.

Os instrumentos da monitoria e avaliação do impacto são os balanços periódicos que deverão ser realizados, pelo menos no meio e no fim do período programado.

Os instrumentos da monitoria e avaliação de gestão são deverão ser realizados regularmente, pelo menos no meio e no fim de cada ano.

8. BIBLIOGRAFIA

- Administração Nacional de Estradas. (ANE). <http://www.ane.gov.mz/index.php?lng=pt>. Consultado a 10/5/2011
- Associação para o Desenvolvimento (2010). Breve Caracterização de Moçambique. Retirado de <http://www.serhumano.org/Mocambique>. Consultado a 9/7/10;
- Boletim da Republica. Iª série - Numero 23 de 10 de Junho de 1997. Resolução nº 12/97 – Aprova a politica cultural e estratégica de sua implementação;
- Banco Mundial (2007) . *Beating The Odds: Sustaining Inclusion In A Growing Economy - A Mozambique Poverty, Gender and Social Assessment*. Report No. 40048-MZ, Africa Region. Poverty Reduction and Economic Management.
- Comité De Política Monetária. *Comunicado nº 07/2010*. Maputo, 8 de Julho de 2010.
- INE (2010). *População e indicadores sociais: Indicadores básicos Moçambique*.
- INE – Delegação provincial de Inhambane (2008). *Anuário Estatístico de Inhambane*. Província de Inhambane.
- Global Donor Platform for Rural Development (s/ano). *Formulating and Implementing Sector-wide Approaches in Agriculture and Rural Development: The National Programme of Agrarian Development (PROAGRI) – Mozambique*
- Governo da Província de Inhambane (2000). *Plano Estratégico do Desenvolvimento da Província de Inhambane. Visão estratégica para o Desenvolvimento da Província*. Com o apoio do Projecto DESOPOL. Inhambane, Novembro de 2000. República de Moçambique.
- Governo da Província de Inhambane (2000). *Plano Estratégico do Desenvolvimento da Província de Inhambane: Síntese das Potencialidades e Constrangimentos e Áreas de Acções Prioritárias*. Com o apoio do Projecto DESOPOL. Inhambane, Novembro de 2000. República de Moçambique.
- MCT (2006). *Indicadores de Ciência e Tecnologia em Moçambique* MEC (2010). *Estatísticas de educação 1998-2009*. Retirado de <http://www.mec.gov.mz/img/documentos/20100319020325.pdf>
- Ministério de Agricultura – Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (2010). *Relatório da Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique*. SETSAN, Agosto de 2010.
- MINED/DIPLAC (2010). *Alguns Indicadores Sobre Educação: Ensino Primário e Ensino Geral – Evolução por distrito e províncias 2004-2010*. Versão 1, Agosto de 2010.
- Ministério de Educação e Cultura – Direcção de Planificação e Cooperação (2007). *Estatística da Educação: Levantamento Escolar - 2007*. Maputo, Julho 2007.
- Ministério de Educação e Cultura – Direcção de Planificação e Cooperação (2008). *Estatística da Educação: Levantamento Escolar- 2008*. Maputo, Setembro 2008.
- Ministério de Educação e Cultura – Direcção de Planificação e Cooperação (2009). *Estatística da Educação: Aproveitamento Escolar - 2008*. Maputo, Agosto 2009.
- Ministério de Educação e Cultura – Direcção de Planificação e Cooperação (2009). *Estatística da Educação: Levantamento Escolar - 2009*. Maputo, Dezembro 2009.
- Ministério de Educação e Cultura – Direcção de Planificação e Cooperação (2009). *Estatística da Educação: Aproveitamento Escolar-2007*. Maputo, Setembro 2008.

- NORTON, Roger D. (2004). *Visão e Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo e suas Implicações no Alívio a Pobreza: o Caso de Moçambique*. The Carter Center – Global Development Initiative;
- PNUD (2010). *Relatório de Desenvolvimento Humano: Perfil do país*. Retirado de <http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/MOZ.html>
- República De Moçambique (2005). *Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta – 2006-2009 (PARPAII)*: Matrizes Operacionais.
- República de Moçambique (2010). Report On The Millennium Development Goals.
- República de Moçambique (2010). Perfil do País. Retirado de <http://www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique/resHistorico> Consultado a 09/07/10.
- República de Moçambique, Província do Niassa (2007). *Plano Estratégico Provincial – Niassa 2017: o Salto de um gigante rumo ao desenvolvimento sustentável*, Maputo, Moçambique.
- República de Moçambique – Governo da Província de Inhambane (2001). *Conferência de Investidores em Inhambane*.
- República de Moçambique (2006). *Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009 (PARPA II)*. Versão Final Aprovada pelo Conselho de Ministros aos 02 de Maio de 2006, Maputo
- República de Moçambique - Comité de Conselheiros (2003). *Agenda 20-25: Visão e estratégias da Nação*. Maputo, Moçambique.
- República de Moçambique (2010). Proposta do Plano Economico e Social de 2011.

9. ANEXOS

Quadro 30- Doing Business: Moçambique - 2008-2010

INDICADORES	Moçambique		
	DB 2008	DB 2009	DB 2010
1. Começar um Negócio	-	143	96
Procedimentos (números)	10	10	10
Tempo (dias)	29	26	26
Custo (% do rendimento per capita)	21.6	22.9	19.3
Capital mínimo (% do rendimento per capita)	115.8	122.5	0
2. Transacções com Licença de Construção	-	151	159
Procedimentos (números)	17	17	17
Tempo (dias)	361	381	381
Custo (% do rendimento per capita)	705	747.9	632
3. Contratação de Trabalhadores	-	156	156
Indemnizações	143	134	134
Índice de rigidez de emprego	46	40	40
4. Registo de Propriedade	-	154	151
Procedimentos (números)	8	8	8
Tempo (dias)	42	42	42
Custo (% do valor da propriedade)	12.3	12.9	11.3
5. Obtenção de Crédito	-	125	127
Índice de poder dos direitos legais (1-10)	2	2	2
Índice do alcance das informações de crédito (0-6)	3	4	4
Cobertura dos registos privados (% adultos)	0	0	0
Cobertura dos registos públicos (% adultos)	0.9	1.9	2.3
6. Protecção aos Investidores	-	38	41
Poder do Índice de protecção dos investidores (0-10)	6	6	6
7. Pagamento de Impostos	-	92	97
Taxa total de imposto (% do rendimento)	34.3	34.3	34.3
Pagamentos (n° por ano)	37	37	37
Tempo (horas por ano)	230	230	230
8. Comércio Internacional	-	138	136
Custo para exportar (USD por contentor)	1055	1100	1100
Custo para importar (USD por contentor)	1185	1475	1475
Documentos para exportar (número)	7	7	7
Documentos para importar (número)	10	10	10
Tempo para exportar (dias)	27	26	23
Tempo para importar (dias)	38	32	30
9. Cumprimento de Contratos	-	128	129
Procedimentos (número)	31	30	30
Tempo (dias)	1010	730	730
Custo (% da dívida)	142.5	142.5	142.5
10. Fechar um negócio	-	135	136
Tempo (anos)	5	5	5
Custo (% do imobiliário)	9	9	9
Taxa de retorno (cêntimos)	13.9	15.2	15.2

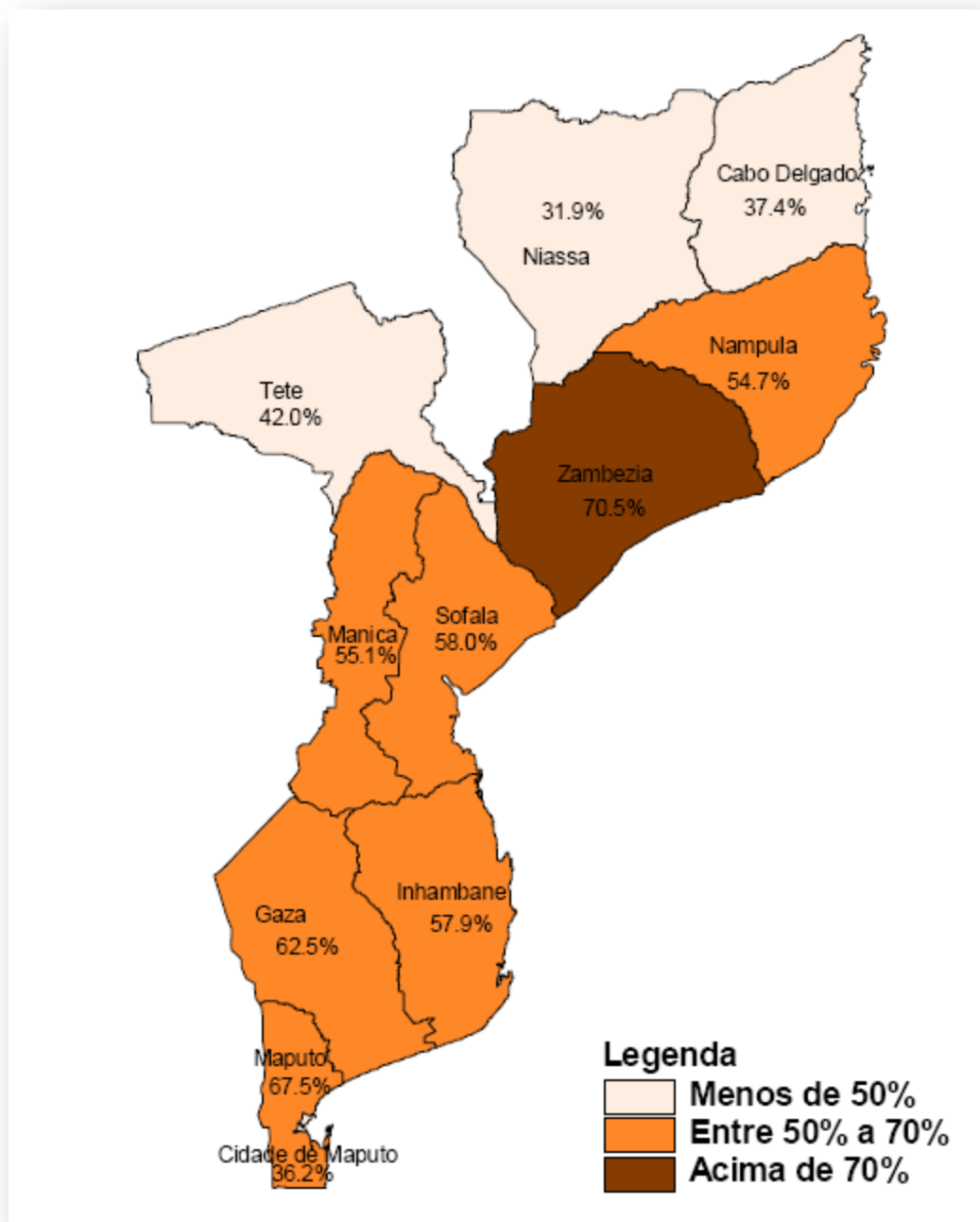
Fonte: KPMG, 2010

Quadro 31 – Taxas de desemprego da população de 15 e mais anos/Sexo: 2005

Características seleccionadas	Sexo		
	Homens	Mulheres	Total
Total	14.7	21.7	18.7
Área de residência			
Urbano	25.6	35.7	31.0
Rural	9.1	15.7	12.9
Região			
Norte	10.4	22.0	16.6
Centro	12.0	19.6	16.2
Sul	25.6	24.5	25.0
Províncias			
Niassa	23.2	38.4	31.7
Cabo Delgado	5.4	15.5	10.9
Nampula	9.9	21.0	15.7
Zambézia	8.3	13.5	11.2
Tete	10.3	21.7	16.5
Manica	20.8	26.3	23.9
Sofala	14.8	26.4	21.2
Inhambane	11.7	11.3	11.5
Gaza	18.0	15.4	16.3
Maputo Província	35.5	37.1	36.3
Maputo Cidade	35.2	44.2	40.0
Nível de educação			
Nenhum	8.0	15.7	13.9
Primário 1º Grau	11.6	21.1	16.5
Primário 2º Grau	20.2	38.1	27.0
Secundário e mais	27.7	45.8	34.2
Sem infor.	0.0	9.6	5.5
Estado Civil			
Solteiro(a)	37.0	39.9	38.1
Casado(a)	5.0	20.3	13.1
União marital	7.3	22.3	15.5
Divorciado(a)/Separado(a)	19.7	12.9	14.0
Viúvo(a)	7.5	8.6	8.5

Fonte: IFTRAB, 2004/05

Figura 3 – Incidência de Pobreza/Província em Moçambique - 2007



Quadro 32 – Rede escolar: 1998-2009

ano	Ensino geral				Ensino Técnico			Formação de professores			Total
	EP1	Ep2	ESG1	ESG2	ET	ETB	ETM	CFPP	IMAP's	Institutos	
1998	6.114	381	74	13	3	23	7	13	4	-	6.632
1999	6.605	448	82	18	4	23	7	12	4	-	7.203
2000	7.072	522	92	20	6	23	7	11	7	-	7.760
2001	7.480	685	105	23	7	23	7	11	7	-	8.348
2002	7.788	823	116	27	7	24	7	11	7	-	8.810
2003	8.077	950	125	29	11	25	7	11	7	-	9.242
2004	8.373	1.116	140	30	11	25	7	11	7	-	9.720
2005	8.696	1.320	156	35	16	25	7	11	9	-	10.275
2006	8.954	1.514	190	49	16	25	8	11	9	-	10.776
2007	9.303	1.842	255	58	13	27	8	11	9	-	11.526
2008	9.649	2.210	285	76	23	27	12	-	-	21	12.303
2009	10.027	2.577	312	90	36	28	19	-	-	24	13.113

Fonte: MEC, 2010

Legenda:

EP1 – Ensino primário do primeiro grau;

EP2 – Ensino Primário do segundo grau;

ESG1- Ensino Secundário Geral do primeiro grau;

ESG2 – Ensino Secundário Geral do segundo grau;

ET- nível elementar;

ETB – nível básico;

ETM - nível médio;

CFPP/IMAP's – Centro de Formação de Professores Primários/ Institutos Médios de formação de professores primários

9.1. *Descrição Geográfica da Província de Inhambane*

A província de Inhambane é limitada ao Norte pelo Rio Save, que a separa das províncias de Manica e Sofala. A Oeste confina com a província de Gaza e a Leste com o Oceano Índico, a Sul o mesmo Oceano e também Gaza.

Linhas Exteriores

- *Latitude*
Extremo Norte 20° 57' 09'' / Extremo Sul 24° 51' 42''
- *Longitude*
Extremo Oriental 35° 34' 27' / Extremo Ocidental 34° 41' 30''

Extensão Territorial

- Total 68.615
- Província/País (%) 8.58

Águas Interiores e Litoral

- **Rios:** *Save, Inharrime, Nhanombe, Nhatocue, Furvela, Nhalihave, Changane, Govure, Tevele.*
- **Lagos:** *Manhail, Zevane, Muamuandane, Nhamanene, Nhalehenque, Dongane, Poelela, maiene, Massava, Chiguire, Nhavarre, Nhandimbe, Nhangulaze, Nhanvué e Nhangela.*

Baías:

- Inhambane

Cabos:

- Cabo das Correntes e de São Sebastião.

Ilhas:

- Bazaruto, Santa Carolina, Magarruque, Benguerrua, dos ratos e dos porcos.

População (2007)

- Homens 560.000
- Mulheres 707.000
- Total 1.267.000
- Densidade Populacional: 18 habitantes por Km²

Clima (2006)

- Temperatura Média Mensal:
- Média = 23.1
- Máxima = 32
- Mínima = 15.8
- Precipitação 93.8 (mm)
- Humidade do Ar 69.4 (%)

Quadro 33 – Divisão Administrativa da Província de Inhambane

Distritos	Postos Administrativos	Localidades
Funhalouro	<i>Funhalouro-Sede</i>	<i>Mucuíne</i> <i>Cupo</i> <i>Manhiça</i> <i>Mavume</i>
	<i>Tome</i>	<i>Tome</i> <i>Tsenane</i>
Govuro	<i>Mambone-Sede</i>	<i>Mambone-Sede</i> <i>Pande</i>
	<i>Save</i>	<i>Machacame</i> <i>Jofane</i> <i>Luído</i>
Homoíne	<i>Homoíne</i>	<i>Manhique</i> <i>Chindjinguir</i> <i>Chizapela</i> <i>Golo</i> <i>Inhamússua</i> <i>Mubécua</i>
	<i>Pembe</i>	<i>Pembe</i> <i>Nhaulane</i>
Inharrime	<i>Inharrime-sede</i>	<i>Dongane</i> <i>Nhanombe</i> <i>Chacane</i>
	<i>Mucumbí</i>	<i>Mahalamba</i> <i>Nhapadiane</i>
Inhassoro	<i>Inhassoro-sede</i>	<i>Inhassoro</i> <i>Cometela</i> <i>Maimelane</i> <i>Nhapele</i>
	<i>Bazaruto</i>	<i>Ilha do Bazaruto</i>
Jangamo	<i>Jangamo</i>	<i>Jangamo-sede</i> <i>Ligogo</i> <i>Massavane</i>
	<i>Cumbana</i>	<i>Cumbana-sede</i> <i>Bambela</i>
Mabote	<i>Mabote-sede</i>	<i>Mabote-sede</i> <i>Chitanga</i> <i>Papatane</i>
	<i>Zinave</i>	<i>Maculuve</i> <i>Mussengue</i> <i>Tanguane</i>
	<i>Zinave</i>	<i>Zinave</i> <i>Benzane</i>
Massinga	<i>Massinga-sede</i>	<i>Rovene</i> <i>Guma</i> <i>Lionzuane</i>
	<i>Chicomo</i>	<i>Chicomo</i> <i>Malamba</i>

Distritos	Postos Administrativos	Localidades
Morrumbene	<i>Morrumbene-sede</i> <i>Mocodoene</i>	<i>Morrumbene-sede</i> <i>Cambine</i> <i>Malaia</i> <i>Mocodoene-sede</i> <i>Gotite</i> <i>Sitila</i>
Panda	<i>Panda-sede</i> <i>Mawayela</i> <i>Urrene</i>	<i>Panda-sede</i> <i>Chivalo</i> <i>Machokwe</i> <i>Massalane</i> <i>Mawayela-sede</i> <i>Macavelane</i> <i>Bilanhane</i> <i>Jojo</i>
Vilankulo	<i>Vilankulo-sede</i> <i>Mapinhane</i>	<i>Vilankulo-sede</i> <i>Queuene</i> <i>Mapinhane-sede</i> <i>Belane</i> <i>Muabsa</i>
Zavala	<i>Quissico-sede</i> <i>Zandamela</i>	<i>Quissico</i> <i>Muane</i> <i>Zandamela</i> <i>Maculuva</i>

Quadro 34 - Distribuição % dos AFs por percepção da situação económica do agregado comparando com o ano anterior ao inquérito, segundo características seleccionadas. Moçambique, 2008/9

Características seleccionadas	Avaliação da situação económica							Total
	Muito pior agora	Pior agora	Está na mesma	Pouco melhor agora	Muito melhor agora	Não sabe	Sem informação	
Total	13,5	27,4	30,4	25,7	2,2	0,5	0,2	100,0
Area de residencia								
Urbano	15,7	26,7	33,7	21,3	1,9	0,4	0,2	100,0
Rural	12,5	27,7	29,1	27,5	2,3	0,5	0,3	100,0
Regiao								
Norte	13,4	27,6	25,2	29,9	3,2	0,4	0,2	100,0
Centro	12,3	28,9	32,3	24,1	2,0	0,2	0,3	100,0
Sul	15,5	24,7	35,0	22,4	1,1	1,0	0,3	100,0
Provincia								
Niassa	5,6	23,0	26,5	41,8	2,0	0,6	0,5	100,0
Cabo Delgado	4,9	27,2	27,9	37,9	1,7	0,3	0,0	100,0
Nampula	19,5	29,1	23,7	22,8	4,3	0,4	0,1	100,0
Zambezia	12,9	29,3	32,4	24,3	0,3	0,3	0,5	100,0
Tete	11,6	25,8	24,5	30,5	7,4	0,2	0,1	100,0
Manica	9,3	24,5	49,1	16,6	0,3	0,0	0,1	100,0
Sofala	14,6	35,9	25,2	22,6	1,3	0,3	0,1	100,0
Inhambane	3,5	28,3	32,6	35,0	0,3	0,3	0,0	100,0
Gaza	13,6	17,3	37,2	26,2	0,8	3,8	1,0	100,0
Maputo provincia	22,1	24,0	38,6	13,9	1,4	0,0	0,0	100,0
Maputo cidade	23,7	29,8	30,6	13,5	2,2	0,1	0,1	100,0

Quadro 35 - Incidência da pobreza de consumo (1996/97 – 2008/09)

	Taxa, %			Diferença, pontos %	
	1996-97	2002-03	2008-09	1996-97 a 2002-03	2002-03 a 2008-09
Nacional	69.4	54.1	54.7	-15.3	0.8
Urbana	62.0	51.5	49.6	-10.5	-0.7
Rural	71.3	55.3	56.9	-16.0	1.4
Norte	66.3	55.3	46.5	-11.0	-9.3
Centro	73.8	45.5	59.7	-28.3	14.2
Sul	65.8	66.5	56.9	0.7	-8.2
Niassa	70.6	52.1	31.9	-18.5	-20.0
Cabo Delgado	57.4	63.2	37.4	5.8	-25.2
Nampula	68.9	52.6	54.7	-16.3	1.0
Zambezia	68.1	44.6	70.5	-23.5	26.2
Tete	82.3	59.8	42.0	-22.5	-18.3
Manica	62.6	43.6	55.1	-19.0	11.5
Sofala	87.9	36.1	58.0	-51.8	21.6
Inhambane	82.6	80.7	57.9	-1.9	-22.8
Gaza	64.6	60.1	62.5	-4.5	2.4
Maputo Provincia	65.6	69.3	67.5	3.7	2.5
Maputo Cidade	47.8	53.6	36.2	5.8	-16.0

Fonte: INE 2009

Quadro 36 - Distribuição % dos AFs por tempo (em minutos) que levam para chegar andando a pé até a fonte de água e a uma unidade sanitária, segundo características seleccionadas. Moçambique, 2008/9

<i>Características seleccionadas</i>	<i>Tempo em minutos para a fonte de água</i>					<i>Tempo em minutos para a unidade sanitária</i>				
	<i>Menos de 30</i>	<i>30 - 44</i>	<i>45 - 59</i>	<i>Mais de 60</i>	<i>Total</i>	<i>Menos de 30</i>	<i>30 - 44</i>	<i>45 - 59</i>	<i>Mais de 60</i>	<i>Total</i>
Total	87,8	6,8	1,6	3,9	100,0	43,9	21,3	7,1	27,7	100,0
Area de residencia										
Urbano	93,3	4,0	0,9	1,8	100,0	48,6	28,6	7,3	15,6	100,0
Rural	85,9	7,7	1,8	4,6	100,0	40,3	15,7	7,0	37,0	100,0
Regiao										
Norte	85,0	7,7	1,8	5,5	100,0	53,1	18,8	5,1	23,1	100,0
Centro	89,0	6,6	1,4	3,1	100,0	35,5	21,3	8,1	35,0	100,0
Sul	89,9	5,6	1,7	2,8	100,0	45,8	23,4	7,6	23,2	100,0
Provincia										
Niassa	95,4	2,6	1,7	0,3	100,0	58,4	23,7	3,3	14,5	100,0
Cabo Delgado	73,1	16,2	3,4	7,3	100,0	58,6	25,0	4,6	11,8	100,0
Nampula	86,4	6,1	1,3	6,2	100,0	49,6	15,2	5,9	29,3	100,0
Zambezia	88,2	7,8	1,9	2,0	100,0	28,9	18,9	8,0	44,2	100,0
Tete	88,1	6,5	1,6	3,9	100,0	38,2	19,8	6,2	35,8	100,0
Manica	85,6	7,4	0,5	6,5	100,0	32,5	20,4	13,2	33,8	100,0
Sofala	95,3	2,5	0,5	1,7	100,0	46,7	27,2	5,1	21,0	100,0
Inhambane	90,1	4,4	2,1	3,4	100,0	33,5	14,7	9,0	42,8	100,0
Gaza	85,1	7,9	1,9	5,1	100,0	35,1	19,9	9,1	35,9	100,0
Maputo provincia	89,6	7,4	1,8	1,1	100,0	50,9	28,3	4,5	16,4	100,0
Maputo cidade	98,6	1,1	0,1	0,1	100,0	58,5	27,3	8,6	5,5	100,0

Quadro 37 - Distribuição % dos AFs por tempo (em minutos) que levam para chegar andando a pé até a escola primária e ao mercado de alimentos, segundo características seleccionadas. Moçambique, 2008/9

<i>Características seleccionadas</i>	<i>Tempo em minutos para a escola primária</i>					<i>Tempo em minutos para o mercado</i>				
	<i>Menos de 30</i>	<i>30 - 44</i>	<i>45 - 59</i>	<i>Mais de 60</i>	<i>Total</i>	<i>Menos de 30</i>	<i>30 - 44</i>	<i>45 - 59</i>	<i>Mais de 60</i>	<i>Total</i>
Total	67,9	16,9	4,4	10,8	100,0	66,2	14,3	4,1	15,4	100,0
Area de residencia										
Urbano	76,3	15,8	4,1	3,8	100,0	74,6	15,0	3,0	7,4	100,0
Rural	64,4	17,3	4,5	13,8	100,0	61,4	14,0	4,7	20,0	100,0
Regiao										
Norte	74,1	14,3	3,6	8,1	100,0	71,4	13,8	2,9	11,9	100,0
Centro	60,6	18,7	5,6	15,1	100,0	55,1	15,3	5,9	23,6	100,0
Sul	71,5	17,3	3,6	7,6	100,0	74,1	13,8	3,0	9,1	100,0

<i>Características seleccionadas</i>	<i>Tempo em minutos para a escola primária</i>					<i>Tempo em minutos para o mercado</i>				
	<i>Menos de 30</i>	<i>30 - 44</i>	<i>45 - 59</i>	<i>Mais de 60</i>	<i>Total</i>	<i>Menos de 30</i>	<i>30 - 44</i>	<i>45 - 59</i>	<i>Mais de 60</i>	<i>Total</i>
Provincia										
Niassa	80,2	12,6	2,0	5,3	100,0	74,7	16,8	1,5	7,0	100,0
Cabo Delgado	84,2	11,7	1,7	2,4	100,0	80,5	14,9	0,8	3,9	100,0
Nampula	67,8	16,0	4,8	11,4	100,0	66,1	12,4	4,3	17,1	100,0
Zambezia	54,2	21,0	6,7	18,1	100,0	41,7	18,7	8,3	31,3	100,0
Tete	64,2	15,7	3,7	16,3	100,0	48,0	14,0	2,4	35,5	100,0
Manica	68,0	16,8	6,6	8,5	100,0	64,2	15,2	8,8	11,8	100,0
Sofala	65,9	18,3	3,7	12,1	100,0	79,6	10,2	2,2	7,9	100,0
Inhambane	54,0	21,1	7,4	17,6	100,0	59,2	20,5	6,9	13,4	100,0
Gaza	74,1	17,1	2,5	6,3	100,0	66,3	12,9	4,4	16,4	100,0
Maputo provincia	73,4	18,5	2,9	5,2	100,0	76,9	15,6	1,0	6,6	100,0
Maputo cidade	86,7	11,7	1,2	0,4	100,0	93,3	6,2	0,4	0,1	100,0

Quadro 38 - Distribuição % dos AFs por tempo (em minutos) que levam para chegar andando a pé até a paragem de transporte e ao posto policial, segundo características seleccionadas. Moçambique, 2008/9

<i>Características seleccionadas</i>	<i>Tempo em minutos para a paragem de transporte</i>					<i>Tempo em minutos para o posto policial</i>				
	<i>Menos de 30</i>	<i>30 - 44</i>	<i>45 - 59</i>	<i>Mais de 60</i>	<i>Total</i>	<i>Menos de 30</i>	<i>30 - 44</i>	<i>45 - 59</i>	<i>Mais de 60</i>	<i>Total</i>
Total	66,4	13,2	3,9	16,5	100,0	46,7	20,3	7,5	25,6	100,0
Area de residencia										
Urbano	73,8	15,3	3,3	7,6	100,0	53,8	23,4	8,7	14,1	100,0
Rural	61,3	11,7	4,3	22,7	100,0	38,0	16,5	6,0	39,6	100,0
Regiao										
Norte	73,6	11,7	2,6	12,1	100,0	54,4	17,2	6,7	21,8	100,0
Centro	53,2	15,5	5,8	25,5	100,0	35,5	19,9	7,8	36,8	100,0
Sul	74,9	11,9	2,8	10,4	100,0	51,6	23,6	7,9	16,9	100,0
Provincia										
Niassa	82,5	8,1	2,3	7,2	100,0	68,0	18,9	7,1	6,0	100,0
Cabo Delgado	67,3	21,6	2,9	8,2	100,0	53,9	26,3	3,9	15,9	100,0
Nampula	73,0	9,1	2,6	15,2	100,0	49,6	14,0	7,3	29,2	100,0
Zambezia	47,5	19,1	6,4	27,0	100,0	22,5	23,7	8,0	45,8	100,0
Tete	41,0	17,2	4,7	37,1	100,0	28,2	22,3	11,1	38,4	100,0
Manica	43,8	15,0	9,7	31,5	100,0	34,3	16,9	8,5	40,3	100,0
Sofala	80,8	8,0	2,0	9,2	100,0	59,2	15,4	4,2	21,2	100,0
Inhambane	59,3	15,1	5,7	19,9	100,0	33,1	20,1	14,7	32,1	100,0
Gaza	71,8	13,0	3,1	12,1	100,0	32,3	19,7	9,4	38,7	100,0
Maputo provincia	75,5	14,3	1,7	8,6	100,0	56,3	25,9	6,1	11,7	100,0
Maputo cidade	93,0	4,9	1,1	1,0	100,0	63,6	24,5	7,2	4,6	100,0

Quadro 39 - Despesa média mensal dos AFs por tipo de despesas, segundo características seleccionadas (em meticais a preços correntes). Moçambique 2008/9

<i>Características Seleccionadas</i>	<i>Total</i>	<i>Produtos alimentares</i>	<i>Bebidas alcoólicas</i>	<i>Vestuário e calçado</i>	<i>Habituação e combustível</i>	<i>Mobiliário</i>	<i>Saúde</i>	<i>Transportes</i>	<i>Comunicação</i>	<i>Lazer e recreação</i>	<i>Educação</i>	<i>Restaurantes hotéis, cafés</i>	<i>Bens e serviços diversos</i>
Total	3.300	1.695	21	207	749	201	13	154	76	62	20	24	79
Área de residência													
Urbano	5.333	1.876	47	303	1.656	400	30	356	207	147	63	58	191
Rural	2.466	1.621	11	167	377	119	6	71	22	26	2	10	33
Região													
Norte	2.876	1.629	20	223	511	174	9	124	47	58	5	18	58
Centro	2.723	1.742	8	162	473	125	4	68	50	29	5	19	37
Sul	4.953	1.710	47	264	1.593	374	34	350	162	12.628	67	43	186
Província													
Niassa	3.926	2.063	29	417	409	340	25	225	74	115	7	48	173
Cabo Delgado	2.929	1.863	31	208	485	147	4	74	36	34	2	14	30
Nampula	2.536	1.396	12	170	552	135	7	115	44	52	6	10	35
Zambézia	2.084	1.328	7	123	355	92	4	57	60	18	2	19	19
Tete	3.463	2.456	7	155	576	105	4	67	27	20	5	7	34
Manica	3.085	2.004	12	147	548	154	4	45	35	30	3	41	63
Sofala	3.145	1.700	9	286	581	210	6	124	68	68	16	13	64
Inhambane	3.116	1.622	13	161	786	197	10	140	52	47	9	11	68
Gaza	2.963	1.440	20	173	772	210	12	130	75	59	7	9	56
Maputo	4.197	1.610	17	206	1.333	347	22	287	84	107	49	12	124
Maputo Cidade	10.497	2.262	157	570	3.872	815	105	943	500	319	231	163	562

Estrutura % da despesa mensal por tipo de despesas, segundo características seleccionadas. Moçambique 2008/9

<i>Características Seleccionadas</i>	<i>Total</i>	<i>Produtos alimentares</i>	<i>Bebidas alcoólicas</i>	<i>Vestuário e calçado</i>	<i>Habituação e combustível</i>	<i>Mobiliário</i>	<i>Saúde</i>	<i>Transportes</i>	<i>Comunicação</i>	<i>Lazer e recreação</i>	<i>Educação</i>	<i>Restaurantes hotéis, cafés</i>	<i>Bens e serviços diversos</i>
Total	100,0	51,4	0,6	6,3	22,7	6,1	0,4	4,7	2,3	1,9	0,6	0,7	2,4
Área de residência													
Urbano	100,0	35,2	0,9	5,7	31,0	7,5	0,6	6,7	3,9	2,8	1,2	1,1	3,6
Rural	100,0	65,7	0,4	6,8	15,3	4,8	0,2	2,9	0,9	1,1	0,1	0,4	1,4
Região													
Norte	100,0	56,7	0,7	7,7	17,8	6,0	0,3	4,3	1,6	2,0	0,2	0,6	2,0
Centro	100,0	64,0	0,3	5,9	17,4	4,6	0,2	2,5	1,8	1,1	0,2	0,7	1,4
Sul	100,0	34,5	0,9	5,3	32,2	7,6	0,7	7,1	3,3	2,5	1,3	0,9	3,8
Província													
Niassa	100,0	52,6	0,7	10,6	10,4	8,7	0,6	5,7	1,9	2,9	0,2	1,2	4,4
Cabo Delgado	100,0	63,6	1,1	7,1	16,6	5,0	0,1	2,5	1,2	1,1	0,1	0,5	1,0
Nampula	100,0	55,0	0,5	6,7	21,8	5,3	0,3	4,6	1,8	2,1	0,2	0,4	1,4
Zambézia	100,0	63,7	0,3	5,9	17,1	4,4	0,2	2,7	2,9	0,9	0,1	0,9	0,9

<i>Características Seleccionadas</i>	<i>Total</i>	<i>Productos alimentares</i>	<i>Bebidas alcohólicas</i>	<i>Vestuário e calçado</i>	<i>Habitación e combustíveis</i>	<i>Mobiliário</i>	<i>Saúde</i>	<i>Transportes</i>	<i>Comunicação</i>	<i>Lazer e recreação</i>	<i>Educação</i>	<i>Restaurantes hotéis, cafés</i>	<i>Bens e serv. diversos</i>
Tete	100,0	70,9	0,2	4,5	16,6	3,0	0,1	1,9	0,8	0,6	0,1	0,2	1,0
Manica	100,0	65,0	0,4	4,7	17,8	5,0	0,1	1,5	1,1	1,0	0,1	1,3	2,0
Sofala	100,0	54,1	0,3	9,1	18,5	6,7	0,2	3,9	2,1	2,1	0,5	0,4	2,0
Inhambane	100,0	52,1	0,4	5,2	25,2	6,3	0,3	4,5	1,7	1,5	0,3	0,4	2,2
Gaza	100,0	48,6	0,7	5,8	26,0	7,1	0,4	4,4	2,5	2,0	0,2	0,3	1,9
Maputo	100,0	38,4	0,4	4,9	31,8	8,3	0,5	6,8	2,0	2,5	1,2	0,3	3,0
Província	100,0	21,5	1,5	5,4	36,9	7,8	1,0	9,0	4,8	3,0	2,2	1,6	5,4
Cidade													

Quadro 40 - Despesa média mensal per capita por tipo de despesas, segundo características seleccionadas (em Meticais a preços correntes).Moçambique 2008/9

<i>Características Seleccionadas</i>	<i>Total</i>	<i>Produtos alimentares</i>	<i>Bebidas alcoólicas</i>	<i>Vestuário e calçado</i>	<i>Habitação e combustível</i>	<i>Mobilário</i>	<i>Saúde</i>	<i>Transportes</i>	<i>Comunicação</i>	<i>Lazer e recreação</i>	<i>Educação</i>	<i>Restaurantes, hotéis, cafés</i>	<i>Bens e serv. diversos</i>
Total	829	418	6	51	196	52	3	37	19	15	5	8	20
Área de residência													
Urbano	1.318	442	14	76	415	104	8	89	51	36	16	22	47
Rural	629	408	3	41	106	30	1	15	5	6	0	3	8
Região													
Norte	736	421	5	57	135	45	2	27	11	13	1	5	14
Centro	648	415	2	37	116	29	1	14	11	7	1	6	9
Sul	1.290	418	15	68	428	101	9	91	45	33	18	18	48
Província													
Niassa	989	513	8	108	101	89	6	58	20	27	1	14	44
Cabo Delgado	809	521	8	54	140	37	1	18	9	8	1	4	7
Nampula	627	350	3	42	142	36	1	22	9	11	1	2	8
Zambézia	491	314	2	28	86	22	1	11	13	4	0	5	4
Tete	814	571	3	35	148	24	1	11	6	5	1	2	8
Manica	774	496	3	34	148	37	1	10	9	7	1	11	16
Sofala	734	411	3	65	126	47	1	25	15	15	3	8	15
Inhambane	794	400	4	39	219	55	3	31	13	10	1	3	16
Gaza	673	319	7	37	191	43	3	30	17	11	1	2	11
Maputo Província	1.105	408	8	56	364	98	5	60	25	30	12	6	33
Maputo Cidade	2.856	569	46	153	1.042	227	28	278	141	89	64	72	147

Quadro 41 - Despesa média mensal por adulto equivalente nos AFs por tipo de despesas, segundo características seleccionadas (em Meticais a preços correntes). Moçambique, 2008/9

<i>Características Seleccionadas</i>	<i>Total</i>	<i>Produtos alimentares</i>	<i>Bebidas alcoólicas</i>	<i>Vestuário e calçado</i>	<i>Habitação e combustível</i>	<i>Mobiliário</i>	<i>Saúde</i>	<i>Transportes</i>	<i>Comunicação</i>	<i>Lazer e recreação</i>	<i>Educação</i>	<i>Restaurantes hotéis, cafés</i>	<i>Bens e serv. diversos</i>
Total	1.066	546	8	66	250	65	4	45	23	19	6	10	25
Área de residência													
Urbano	1.649	562	17	95	519	128	10	107	63	44	19	25	60
Rural	828	539	4	54	139	39	2	19	7	8	1	4	11
Região													
Norte	947	548	6	73	172	57	3	33	13	17	1	6	18
Centro	847	548	3	49	150	37	1	17	13	8	1	7	11
Sul	1.632	539	18	86	541	126	11	111	55	41	22	21	61
Província													
Niassa	1.296	680	11	141	131	115	8	72	25	36	2	18	58
Cabo Delgado	1.049	677	10	70	182	47	1	23	12	10	1	5	10
Nampula	798	452	3	54	179	43	2	26	11	14	1	3	10
Zambézia	636	411	2	37	111	28	1	14	15	5	1	6	5
Tete	1.073	757	3	46	193	31	1	14	8	6	1	2	10
Manica	1.027	662	4	46	195	49	1	13	12	9	1	14	22
Sofala	950	539	4	88	159	59	2	32	18	19	4	8	18
Inhambane	1.038	527	5	53	285	70	3	39	16	14	2	4	21
Gaza	884	423	8	50	250	57	4	37	21	15	2	3	16
Maputo Província	1.391	520	9	72	459	120	7	75	30	36	15	7	42
Maputo Cidade	3.541	715	56	189	1.300	284	36	334	173	109	78	81	187